

# Mátria



*A emancipação da mulher*

MULHERES NA COPA

**O lado bom e  
o lado ruim**

PÁG. 6

ENTREVISTA

**Carmen Foro: do  
campo para a luta**

PÁG. 40

JOVENS NA POLÍTICA

**Sangue novo  
na militância**

PÁG. 45

REALIDADE

**Sem creches e  
sem autonomia**

PÁG. 47

**TRABALHO  
INFANTIL  
INFÂNCIA ROUBADA**

**ENCARTE TEÓRICO PÁG. 30**  
AS ORIGENS DA  
OPRESSÃO DE GÊNERO




Capa: Foto divulgação de fiscalização do Ministério do Trabalho

EDITORIAL


1  **Seguimos em frente**

Diretoria Executiva da CNTE


ARTIGOS

10  O significado da renda na emancipação da mulher


Juçara Dutra Vieira

19  A trajetória das mulheres na história do Brasil


Liège Rocha

24  Nossa santa guerra!


Isis Tavares

38  Respeitar as diferenças é educar para a vida

Iêda Leal

43  Sindicatos de Educação da América Latina

Fátima Silva

50  A mulher brasileira e sua participação nos cargos de decisão sindicais

Marta Vanelli

MÁTRIA: a emancipação da mulher / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – ano 11 (mar. 2012/mar. 2013) – Brasília: CNTE, 2003-  
Anual  
ISSN 1980-8984

1. Direitos da mulher. 2. Gênero. 3. Feminismo. I. Título. II. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

CDD 305.42  
CDU 394(05)

Biblioteca: Cristina S. de Almeida CRB 1/18/17

REPORTAGENS

6  **Até aqui tudo bem, mas pode desandar**

Katja Mala e Maurício Angelo

17  **Um recorde na direção certa**

MULHERES NO PODER

26  **Rima MZeid Al-Keilani**

Edvaldo dos Santos

INTERNACIONAL

40  **Carmen Foro: “Não basta ser mulher”**


Katja Mala

ENTREVISTA

47  **Não há vagas**

Maurício Angelo e Laura Veridiana

REALIDADE

54  **A diferença é o respeito**

IGUALDADE


30  **ENCARTE TEÓRICO**  
**As origens da opressão de gênero**

Raquel Felau Gulsoni

60  **GIRO PELO BRASIL E PELO MUNDO**

62  **INTERAGINDO**

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

2  **A lei esbarra na falta de estrutura**

Katja Mala

TRABALHO INFANTIL


12  **Covardia longe de erradicar**

Cristina Sena

MULHERES NA WEB

21  **Sociedade 3.0**

EDUCAÇÃO

36  **Igualdade de gênero agora é matéria oficial**

JOVENS NA POLÍTICA

45  **Elas fazem a diferença**

SAÚDE

52  **HPV – A prevenção começa na escola**

CULTURA

56  **Música sem barreiras**

Maurício Angelo





# A lei esbarra na falta de estrutura

Texto: Katia Maia

CPMI constata fragilidade no combate da violência contra a mulher

**“H**á três anos eu conheci o pai da minha filha. Eu gostei muito dele. Só que, de três meses para cá, ele passou a me xingar, a puxar meus cabelos, a me furar com caneta. Foi aí que eu pensei em mudar. Afinal, qual o exemplo que eu estaria passando para ela, permitindo que ele me batesse?”. Essa é a fala de Analice, após conseguir romper com a sequência de violência à qual fora submetida. Ela agora aposta numa nova história para ela e sua filha.

No entanto, muitas mulheres no Brasil não têm a mesma oportunidade de Analice. O Estado brasileiro tem-se equipado para garantir a segurança de centenas de milhares de mulheres, vítimas de violência no Brasil. A gravidade da situação é tamanha que a estrutura de atendimento e as condições de proteção oferecidas pelos governos foi alvo de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), no Congresso Nacional.

Antes dessa CPMI, já haviam sido instaladas muitas comissões de inquérito para apurar a situação da violência contra a mulher no Brasil. A última delas aconteceu em 2001, trazendo à luz os casos concretos que ocorriam no país. “Agora, essa CPMI de 2012, teve como objetivo avaliar a ação dos órgãos governamentais responsáveis pela implementação de políticas de enfrentamento da violência contra a mulher”, explicou a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), presidente da CPMI.

Dessa vez, a comissão de inquérito visitou 18 estados e o Distrito Federal, realizou 35 reuniões, incluindo audiências públicas no Congresso e nos estados. “Ouvimos representações da sociedade civil, dos diferentes movimentos sociais, de várias áreas do poder judiciário, do poder executivo, além do ministério público, da defensoria pública e até de outras instituições existentes”, relata a deputada.

**Sucateados** – O resultado de um ano de trabalho mostrou que ainda há uma grande precariedade quanto à estrutura com que contam os órgãos oficiais, em se tratando de suas condições físicas, de pessoal e de trabalho. “As delegacias são em número reduzido, muitas delas funcionando em instalações precárias e a quase totalidade contando com um pequeno número de delegadas, inspetores e escrivães”, argumentou a senadora Ana Rita (PT-ES), relatora da CPMI.

Mesmo considerando os recursos empregados pelo governo, a senadora Ana Rita destacou que os mecanismos de proteção e assistência à mulher estão sucateados. A maior parte das delegacias especializadas está em péssimas condições físicas. “Há falta de recursos humanos e, por omissão do poder público, as casas que servem de abrigo contra a violência praticada contra a mulher estão deterioradas”, afirmou.

De acordo com a senadora, o problema muitas vezes advém de mecanismos inadequados vinculados à questão orçamentária. “Boa parte do que é aplicado em política de

atendimento às mulheres sai dos cofres federais e os estados, apenas incubidos da contrapartida, terminam por devolver dinheiro, na medida em que não conseguem aplicar os recursos dentro do prazo”, disse. Na avaliação da senadora falta, por parte dos governos estaduais, “prioridade e compromisso” em relação ao assunto, apontou.

A senadora Ana Rita e a deputada Jô Moraes foram taxativas ao apontar que o problema é ainda mais grave no campo, em relação às trabalhadoras rurais e às mulheres indígenas. “O atendimento fica mais concentrado nas capitais, inalcançável para as mulheres rurais e indígenas, distantes desses centros urbanos”, relatou a deputada.

**Indígenas** – Um levantamento de caráter mundial, feito pela Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado em 2010, revelou que uma em cada 3 índias já foi estuprada em algum momento da vida. Nele também aparecem as mulheres indígenas como alvo fácil de conflitos armados ou de desastres naturais, além de se constituírem em vítimas de racismo, apontado como outro fator de violência.

Foto: Divulgação



Um dos grandes problemas relatados pelas próprias mulheres indígenas tem sido a questão do alcoolismo disseminada entre a população masculina indígena, o que gera vários tipos de ações de violência contra elas.

A própria senadora Ana Rita, em visita ao Mato Grosso, conhecendo a Aldeia Água Bonita, pode perceber como principais determinantes do problema da violência, a droga e o álcool. “A droga gera essa relação conflituosa com as mulheres, resultando na violência”.

Outra grave situação apontada pelas próprias indígenas é a do desrespeito às crianças e aos adolescentes em relação à vida sexual. Segundo elas, em algumas etnias, as meninas são iniciadas sexualmente a partir dos 9 anos e muitas começam a engravidar a partir dos doze anos.

**Tutela do Estado** – A indígena Maria Azumezohero, representante do Conselho Nacional das Mulheres Indígenas, relatou na CPMI o fato de as mulheres indígenas serem violentadas tanto por seus companheiros como por homens não indígenas, com



Senadora Ana Rita - PT/ES

Foto: Katia Maia

o agravante de não contarem com atenção do setor público.

Segundo Maria, a grande contradição ocorre por força da atuação das delegacias de polícia, que prendem índios embriagados e violentos, mas não se envolvem em questões de violência familiar, sob a alegação de que os povos indígenas têm tutela do Estado e seus problemas devem ser tratados pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Para Azumezohero, o órgão precisa ter mais sensibilidade com respeito aos problemas específicos das mulheres indígenas.

O Relatório “Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil”, elaborado em 2011 pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), revela casos como o ocorrido no Município Alto Alegre, na Aldeia Yanomami de Kumixi, onde uma adolescente foi atacada e abusada sexualmente dentro da área indígena, sendo seu agressor funcionário do Ministério da Saúde. Em outro relato, uma mulher do povo Apinajé revela ter sofrido tentativa de estupro ao pegar uma carona para a sua

aldeia. Depois, o motorista mandou que ela descesse e a ameaçou com uma arma.

Procurada pela reportagem de Mátria para falar sobre o assunto, a assessoria de imprensa da Funai informou não contar com ninguém para comentar as denúncias.

**Rural** – Segundo a Fundação Perseu Abramo, numa análise geral, a cada quinze segundos uma mulher é espancada no Brasil. Isso representa 2,1 milhões de mulheres por ano, constituindo-se numa situação bastante aflitiva para as famílias rurais. No entanto, ainda é pequeno o registro dessa modalidade de violência no campo, provavelmente em decorrência do machismo e do patriarcalismo comuns a essas regiões.

Durante a Marcha das Margaridas de 2010, o governo prometeu a instalação de delegacias móveis de assistência à mulher nas áreas rurais. “Em princípio, a presidenta Dilma Rousseff comprometeu-se a disponibilizar dez unidades para atuar nos territórios rurais de maneira experimental. Mas agora estamos em fase de acréscimo e estão sendo



A indígena Maria Azumezohero

Foto: Divulgação

## Violência Sexual contra mulheres indígenas - 2011

**17 casos, 39 vítimas, sendo 12 menores de idade.**

### Onde?

- » Amazonas
- » Bahia
- » Maranhão
- » Mato Grosso
- » Mato Grosso do Sul
- » Roraima
- » Tocantins

Fonte - CPMI da Violência Contra a Mulher



Foto: Katia Maia

Deputada Jô Moraes - PCdoB/MG

As unidades móveis são instrumentos cuja ação pode propiciar mais autonomia e segurança às mulheres do campo. “No entanto, precisamos de mais. Como creches, por exemplo, para que as crianças fiquem protegidas e as mulheres possam trabalhar com tranquilidade”, lembrou Carmen Foro.

**Agressão é comum** – De acordo com Carmen Foro, a violência contra a mulher no campo não tem, atualmente, nenhum suporte que lhe possa atenuar. Dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), durante a Marcha das Margaridas, trouxeram números e casos referentes à violência e à segurança pública no campo. Na ocasião, 11% das entrevistadas declararam já terem sido expulsas de casa.

A própria Contag fez um levantamento, em 2008, durante a 4ª Plenária Nacional de Mulheres Rurais, a qual revelou o fato de que 55,2% das entrevistadas haviam sofrido algum tipo de violência. Dessas, 21,9% foram vítimas de violência física, 51,1% sofreram violência moral e 27,3% sofreram violência sexual.

Do total das mulheres entrevistadas, 27,6% responderam que foram ameaçadas de morte, 11,9% sofreram estupro marital e 4,3% foram vítimas de cárcere. A pesquisa revelou ainda que 63,7% das violências domésticas foram praticadas pelos maridos ou companheiros das vítimas.

Em 2013, a Lei Maria da Penha completa 7 anos e a conclusão que se pode tirar a partir de uma série de audiências públicas é que “a lei pegou. Um exemplo é que nas escolas já se pode ver as meninas, quando ameaçadas, evocando a Maria da Penha. Em certa medida, o conteúdo da lei já se incorporou à educação de muitas escolas”, comemora Jô Moraes.

licitadas 54 unidades. O problema é que ainda não existe nenhuma em funcionamento”, lamenta Carmen Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Conforme anunciado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República (SPM-PR), essas unidades prestarão os serviços de assistência social, jurídica, psicológica e de segurança pública e serão coordenadas pelos governos estaduais. A expectativa é que cada estado receba dois ônibus para prestar tal atendimento. A entrega de unidades móveis faz parte do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

De acordo com a Secretária Nacional do Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da SPM-PR, Aparecida Gonçalves, os governos estaduais e municipais, junto com o movimento organizado de mulheres, decidirão as localidades por onde passarão os veículos.

Para ela, a lei trouxe consigo o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, coordenado pela SPM, que hoje atinge os vinte e sete estados brasileiros. “Mas o controle sobre a efetivação desse pacto ainda é precário”, lamenta.

## A violência em números

Em 2011, dois terços dos casos de violência contra a mulher foram presenciados pelos filhos.

No mesmo ano, **mais de 42 mil mulheres com filhos** denunciaram ter sofrido algum tipo de agressão.

Também em 2011, foram relatados, no total, **quase 75 mil casos de violência contra a mulher**, seja física (61,3%), psicológica (24%) ou moral (10,9%).

Na maioria dos relatos (74,6%), o agressor era **companheiro, cônjuge ou namorado da vítima**, seguidos por ocorrências envolvendo **ex-namorado ou ex-marido (16,3%)**.

Fonte - IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), na amostra Síntese de Indicadores Sociais.



*Laiana já foi doméstica e hoje orgulha-se de ser tratorista*

# Até aqui tudo bem, mas pode desandar

**Texto:** Katia Maia e Maurício Angelo

**“M**ulher no volante, perigo constante”, apesar de bastante conhecido, esse dizer popular não incomoda Laiana Sammya. Ela sabe que, no fundo, conta com a admiração dos colegas de trabalho, não só pela profissão por ela escolhida, como também pela importância de sua presença como tratorista na construção de uma das doze arenas que receberão os jogos da Copa do Mundo 2014.

Laiana, 29 anos, é uma das quase 200 mulheres que ajudam a reconstruir o Estádio Mané Garrincha, em Brasília, estádio que será palco da abertura da Copa das Confederações, em junho próximo. Já tendo trabalhado como doméstica, ela agora dirige uma máquina manipuladora – uma espécie de trator – e tem orgulho de ocupar um espaço ainda dominado pelos homens.

“Eu não ligo para as brincadeiras. Quando me desafiam, fico ainda mais determinada a continuar”, diz. Segundo ela, a profissão que escolheu tem a ver com uma paixão: “eu adoro dirigir!”, declara.



Em todo o país, centenas de mulheres colocaram a mão na massa e estão conquistando cada vez mais espaço na realização das obras da Copa. Um lugar que lhes traz mais autonomia e poder.

“Temos uma série de fatores que influenciam positivamente a vida das mulheres com a realização da Copa do Mundo em 2014 – bem como das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016 –, eventos que representam, acima de tudo, oportunidades para as mulheres brasileiras”, avalia Beatriz Gregory, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

**Qualificação** – Um reflexo do interesse das mulheres em se qualificar e ocupar novos postos de trabalho está no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pro-natec). O programa do Governo Federal, oferece cursos de educação profissional e a maior parte (60%) das 50 mil vagas oferecidas, tanto para cursos relacionados ao turismo como à construção civil, foi ocupada pelas mulheres.

“Pode-se também perceber a enorme inserção das mulheres numa outra área, a de Controle de Processos Industriais, na qual, não raras vezes, a presença de mulheres quase alcança 50%, quebrando preconceitos e contribuindo para a alteração da atual divisão sexual do trabalho”, pontua ainda Beatriz.

Rosa Amélia Lima Costa, 45 anos, era auxiliar de cozinha, e hoje em dia trabalha na carpintaria da Arena de Brasília, demonstrando nítida satisfação pelo lugar conquistado. “Acho que estamos ganhando espaço e a mulher tem todo o talento para chegar além”, diz, enquanto é observada pelos companheiros de carpintaria.



Rosa trabalha na marcenaria do estádio da Copa e quer ir além

**Autonomia** – Essa possibilidade de conquistar novos postos de trabalho e ocupar profissões antes reconhecidamente masculinas é uma forma de “a mulher conquistar sua autonomia econômica e com isso se inserir melhor na sociedade, tendo em suas mãos a possibilidade de definir sua vida e fazer suas próprias escolhas”, comemora Beatriz.

No primeiro semestre de 2012, levantamento do governo federal indicava que, dos 19.403 trabalhadores envolvidos com a construção dos estádios, 907 eram mulheres, o equivalente a 5% do total. Pode parecer pouco, mas equivale ao dobro da média nacional registrada na construção civil.

A Copa do Mundo vai, sem dúvida, trazer impactos positivos na vida de centenas de milhares de mulheres. Além de todo o contingente que se qualifica e assume novas profissões em espaços tidos como tipicamente masculinos, há ainda aquelas

que estão se preparando para ocupar o setor de turismo. Mulheres que vão à luta e não têm medo de ousar.

**Riscos** – Mas, como nos ensina um outro dito popular, “a mão que dá também tira” e os grandes eventos esportivos mundiais programados para acontecer no Brasil também acendem uma luz amarela no cruzamento. A ameaça é de que eles se tornem, na verdade, uma porta aberta para a exploração sexual de crianças e adolescentes.

“A nossa preocupação central é quanto à exploração sexual de mulheres e meninas que, em tal contexto, representam a maioria de prováveis vítimas, fazendo com que o governo brasileiro esteja bastante preocupado com a questão”, declarou Beatriz Gregory.

Beatriz acrescenta que a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República tem tido a preocupação de levar para o mundo esportivo as campanhas de combate



à violência contra a mulher, com a intenção de vê-las divulgadas também pelos grandes times.

**Turismo sexual** – Em outubro de 2012, em Paris, durante a apresentação de um estudo sobre a relação entre o turismo de lazer e a exploração sexual de menores no Brasil, pesquisadores e especialistas fizeram um alerta sobre o risco de

se ver ampliado o turismo sexual infantil no país durante a realização da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016.

O estudo, coordenado pelo Serviço Social da Indústria (Sesi), foi divulgado durante o seminário internacional “Turismo Sexual Envolvendo Crianças e Grandes Eventos Esportivos”, o qual reuniu organizações que lutam contra a exploração sexual infantil e profissionais do setor de viagens de diversos países.

Durante esse evento, a organização internacional *Child Prostitution Child Pornography & Trafficking of Children for Sexual Purposes* (ECPAT), para trabalhar para diminuir o risco à prostituição e ao tráfico de crianças para fins sexuais, também anunciou o lançamento, com apoio do Sesi, de uma campanha internacional para prevenir o agravamento desse problema durante os Jogos no Brasil.

A campanha da ECPAT, intitulada “Não desvie o olhar”, lançará vídeos e pôsteres para exibição em aeroportos, aviões, agências de viagens, bares, restaurantes e outros espaços públicos em dez países

da Europa e também no Brasil. É prevista ainda a criação de um site europeu para denúncias.

**Meninas** – O pesquisador Miguel Fontes, do Sesi, analisou a relação existente entre o número de entrada de turistas estrangeiros em São Paulo e na Bahia, de 2008 a 2010, e o total de denúncias de exploração sexual infantil ocorridas no período, nesses dois estados.

De acordo com as palavras do consultor, “a exploração sexual de crianças e adolescentes está ligada às atividades turísticas de lazer. Por isso, podemos projetar que a realização de grandes eventos esportivos mundiais, ao promover um aumento do fluxo de pessoas (para o Brasil), pode ampliar o número de casos desse tipo”. Até porque, confirmando a grandiosidade dos eventos, estimativas do Ministério do Turismo falam da possibilidade da presença de 600 mil turistas estrangeiros e 5 milhões de visitantes brasileiros só durante a Copa do Mundo de 2014.

Ainda segundo Fontes, as crianças exploradas sexualmente no Brasil têm a idade média de onze anos, sendo que a cada 5 casos de denúncias, 4 deles envolvem meninas, 37% do total de casos concentrados na Região Nordeste.

**Estima-se que 2 milhões de crianças se prostituam no mundo. Mais de 40 milhões de pessoas no mundo se prostituem atualmente e a grande maioria (75%) são mulheres com idades entre 13 e 25 anos.**

Fonte: Fundação Scelles/2012



Beatriz Gregory: o governo federal está preocupado com a exploração de mulheres durante o evento

## Igualdade pelo reconhecimento

**Na linha de frente operária, mulheres colaboram para a realização da Copa do Mundo de 2014, no Brasil**

É provável que a construção civil seja a mais masculina das áreas de trabalho. Portanto, culturalmente passou até a ser natural que carregue com ela o DNA do preconceito, do machismo e da resistência a mudanças. Mesmo assim, no imenso canteiro de obras em que se transformou o Brasil na preparação para a Copa do Mundo de 2014, a participação feminina se faz sentir, ainda que de maneira tímida, mas fundamental.

Em Fortaleza, capital do Ceará e quinta cidade mais populosa do país, com 2,4 milhões de habitantes, duas mulheres fizeram parte da construção do novo Castelão (Governador Plácido Castelo), estádio com capacidade para cerca de 64 mil espectadores. A obra custou R\$ 518 milhões de reais e contou com mais de dois mil colaboradores, dentre os quais sessenta e cinco mulheres. Já na condição de operárias, o número foi bem menor: apenas doze.

**Mirna** – No comando de tudo, como prefeita da obra, esteve Mirna Tatiana Maia Cunha, 39 anos. Mirna é uma das poucas encarregadas-chefes nas obras da Copa distribuídas pelo país. E, para ela, que migrou da área de saúde para a construção civil, a experiência foi muito interessante e a relação com os operários foi a mais sadia possível: “Aceitei o desafio e nunca tive

nenhum problema com eles. Lidar com operário é difícil, principalmente neste ramo, porque trabalham sobre pressão, com data para entregar, etc. Nunca recebi nenhuma cantada nem escutei nenhuma gracinha, pelo contrário, sempre fui muito respeitada”, conta.

Além de atuar como prefeita da obra, Mirna também se encarregou de prestar auxílio aos encarregados vindos de fora do Ceará, ajudando-os não só a procurar residências para alugar como a mobiliar suas casas, propiciando-lhes a manutenção. Com uma relação tão próxima, Mirna atuava também no sentido de garantir os direitos trabalhistas dos operários e o pagamento da remuneração na data correta.



*Mirna, prefeita da obra, sente orgulho de estar à frente da construção*

Mirna pretende seguir atuando na área e até aceita mudar para outro estado ou outra região. “O que eu quero são desafios”, completa.

### Relação antiga

Para Francisca Falcão Damasceno (foto abaixo), 34 anos, uma das doze operárias a trabalhar na obra do Castelão, a oportunidade de trabalhar teve uma ligação histórica com a sua família: o pai e o avô participaram da obra original do estádio, em 1971.

“Fiz um curso de formação e também pude estudar por meio de um convênio firmado pelos responsáveis pela própria obra, concluindo o ensino básico. Assinaram minha carteira e tudo começou a melhorar de verdade. Eu já vinha de outra obra, então não foi tão difícil por ter o costume de trabalhar com companheiros homens, mas o preconceito ainda existe e é grande, sim”.

Francisca pretende tirar a habilitação de motorista e já se inscreveu num curso de mestre de obras para dar sequência à sua carreira.

A julgar pelas falas de Mirna e de Francisca, obter sucesso e modificar a realidade, tão marcada pelo preconceito e pela resistência, parece ser um caminho natural tanto para uma como para outra.

# O significado da renda na emancipação da mulher



**Juçara Dutra  
Vieira**

Vice-presidente da IE  
e Coordenadora do  
Comitê da Mulher da IE

## 1. Renda: do acessório ao essencial

**N**a nossa rica e polissêmica língua portuguesa, *renda* tanto significa um tecido, um bordado, um acessório quanto um resultado de atividade econômica produzida pelo trabalho, pelo capital ou pela conjugação de ambos. No primeiro caso, a sua confecção artesanal implica delicado manuseio em que se mesclam habilidade, criatividade e paciência. Em nossa cultura – e na realidade em que ela se expressa – essa é uma tarefa peculiarmente feminina. Embora produzidas em todo o país, as rendas nordestinas são as mais famosas. Atualmente, além de serem encontradas em típicas feiras de artesanato, é possível comprá-las em sofisticadas lojas, situadas em aeroportos e centros de compras. Essa atividade tradicional ficou marcada na cantiga popular “Mulher Rendeira”: “Olê, mulher rendeira,/Olê, mulher rendá,/Tu me ensina a fazer renda/Que eu te ensino a namorar”.

A música, que foi tema do filme “O Cangaceiro”, de Lima Barreto (1953), está associada ao fenômeno do cangaço, luta armada que ocorreu no país, mais concentradamente no sertão nordestino, entre o final do século XIX e o início do século XX. O cangaço teve motivações econômicas, políticas e sociais, com diferentes gradações, ao longo de sua vigência. Porém, o pano de fundo sempre foi o mesmo: a estrutura oligárquica da ocupação da terra e a conseqüente geração de pobreza e de miséria naquele contexto. O tom lúdico da melodia não esconde o problema da falta de perspectivas para homens e mulheres, especialmente para estas: “As moças de Vila Bela/ Não têm mais ocupação./ Sé que fica na janela/ namorando Lampião.”

Embora tenha havido mudanças na vida econômica e social, a realidade material dessas mulheres nordestinas atravessou o século XX e chegou ao século XXI. A pobreza está sempre associada a outros fatores de restrição de direitos, como o direito à educação, à moradia, ao emprego e, conseqüentemente, à renda. Por evidente, a renda de que se fala, agora, não é a acessória – que enfeita as pessoas e os ambientes – mas é a essencial, a que assegura uma vida digna, ainda que despida de muitas das conquistas da inteligência e do trabalho humano.

Reportagem de Sanches (2013) divulga pesquisa da antropóloga Walquíria Domingues Leão Rêgo, da Universidade Estadual de Campinas, que acompanhou, nos últimos cinco anos, as mudanças ocorridas na vida de mais de cem mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Elas vivem no interior do Piauí e do Maranhão, na periferia de São Luís, no litoral de Alagoas e no Vale do Jequitinhonha. À exceção destas últimas, que são de Minas Gerais, todas as outras são nordestinas. As constatações são muito interessantes.

A estudiosa queria saber se o Bolsa Família tinha sentido meramente assistencialista para essas mulheres ou se conseguira resgatar algum senso de cidadania. Entre as constatações obtidas junto às entrevistadas estão as seguintes: o dinheiro confere mais liberdade, pois, quando a mulher faz uma compra, ela também faz escolhas; é possível ter acesso a produtos antes proibitivos, como um simples pote de iogurte; existe espaço para o cuidado com sua própria imagem, já que a mulher pode comprar um batom (no caso, o primeiro adquirido com o próprio dinheiro). Essas possibilidades de escolha não estão somente vinculadas ao benefício, mas à concepção do

**Um dado relevante é que muitas das mulheres alcançadas pelo Programa conseguiram ter renda fixa pela primeira vez em suas vidas. Trata-se, agora, de decidir sobre a própria vida e sobre as relações familiares.**

Programa, que confere titularidade das contas às mulheres em um percentual superior a 90%.

Um dado relevante é que muitas das mulheres alcançadas pelo Programa conseguiram ter renda fixa pela primeira vez em suas vidas. Então não se trata apenas de escolher entre comprar um tipo ou outro de alimento. Trata-se, agora, de decidir sobre a própria vida e sobre as relações familiares. A autonomia financeira permite manter ou romper um casamento em que a mulher é vítima de violência, por exemplo. Claro que uma atitude dessas também depende de outras superações, pois o ambiente patriarcal e a religiosidade são fatores que pesam muito nas definições que envolvem a família. A reportagem traz o depoimento de uma mulher de 34 anos, mãe de três filhos pequenos, que se recusava a falar sobre maus tratos impingidos pelo marido. No ano seguinte (a pesquisadora colheu depoimentos das mesmas pessoas, consecutivamente, durante cinco anos), ela não só estava separada do marido como ostentava uma imagem de serenidade.

A investigação também revela o aumento do número de mulheres que passaram a utilizar métodos anticoncepcionais. Essa é outra questão vital para as mulheres, pois a possibilidade de decidir sobre o próprio corpo e sobre a maternidade significa o acesso a um direito humano e social. As lutas feministas já lograram muitos avanços, alguns dos quais traduzidos em políticas públicas. Porém, ainda há pressões muito fortes, que combinam resistências culturais com falta de acesso à informação e aos próprios meios contraceptivos.

Ao contribuir para a compreensão de fenômenos sociais, um estudo acadêmico desse tipo confere cientificidade a conhecimentos empíricos,

abre novas possibilidades analíticas, permite outras abordagens.

## 2. O passo seguinte

A política de distribuição de renda por meio do Programa Bolsa Família tem impacto social muito superior ao investimento financeiro. Isso acontece porque seus resultados incidem, diretamente, sobre as condições de vida de milhões de brasileiros, tanto na vida pessoal quanto na esfera familiar ou social. Seja no sertão, seja em outras comunidades empobrecidas, o escasso recurso de cada beneficiário do Programa tem uma projeção geométrica, pois alimenta uma cadeia de necessidades básicas apresentando reflexos

# Quando o horizonte é a sociedade socialista, o direito se constrói na direção da igualdade.

sobre o conjunto da população. Ao mesmo tempo, as exigências do Programa relacionadas com a frequência à escola, por exemplo, representam valores agregados que vão conformando a cidadania.

Evidente que, quando o horizonte é a sociedade socialista, o direito se constrói na direção da igualdade. Nesse sentido, as mulheres que tiveram acesso à renda precisam, agora, reivindicar trabalho, emprego, remuneração justa. Essa elevação de expectativa é impulsionada pelo acesso a outros direitos, como, por exemplo, à educação e à cultura. O Estado, mesmo atuando em favor ou não fazendo disputa com o capital, pode ser mediador dessa relação,

direcionando parte dos recursos financeiros por meio da gestão pública.

Sanches (2013) fala em uma revolução feminista provocada pelo Bolsa Família no sertão. De fato, não é pouca coisa abrir espaços para além do canto da cozinha ou do meio da roça. Mulheres antes invisíveis tomaram forma e assumiram o papel de garantir a sobrevivência da família. Nesse percurso, foram descobrindo seus corpos, suas mentes, suas vontades e seus desejos. Agora, paradoxalmente, seu maior projeto deve ser o de libertar-se daquilo que deu início à sua liberdade: o próprio Bolsa Família.

Isso, porém, só pode acontecer se a renda for conseguida por meio da estabilidade obtida por um posto ou um espaço de trabalho. Aqui entra a transversalidade das políticas públicas. Como a mulher pode trabalhar? É imprescindível que tenha formação, elevação de escolaridade, educação de qualidade. Também é fundamental que esteja incluída em uma rede de proteção de saúde e de seguridade social. É preciso que seus filhos tenham creches, entre outros direitos da infância, como o de poder, de fato, ser criança. Enfim, a mulher que tem acesso à renda pode, se for de seu agrado, vestir renda, e, como sugere a cantiga popular, dedicar parte da vida a namorar.

### REFERÊNCIAS:

BARRETO, Lima. **O Cangaceiro** (filme inspirado na figura de Lampião, concebido e dirigido por Barreto, com diálogos criados por Rachel de Queiroz, foi premiado no Festival Internacional de Cannes). 1953.

SANCHES, Mariana. **O Bolsa Família e a revolução feminista no sertão** (reportagem sobre pesquisa da antropóloga Walquíria Domingues Leão Rêgo). Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/516750>>. Acesso em: 05 fev. 2013.



# Covardia longe de erradicar

**Texto:** Cristina Sena

**Segundo a Pnad, cerca de 3,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos estavam trabalhando no país em 2011**

**M**ariana acorda todos os dias às 6h, toma café e se prepara para estudar. À tarde, é a vez de cumprir outro compromisso. Ela volta para casa, almoça rapidamente e se desloca para o lixão. Aos 11 anos, a garota enfrenta uma jornada dupla pesada, até para adultos.

A menina é mais uma brasileira que engrossa o contingente populacional daqueles que trabalham no País, na faixa etária de 10 a 13 anos. De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 710 mil crianças envolvidas com algum tipo de atividade laboral, seja nos centros urbanos, seja no campo, as quais representam 5% da população brasileira nessa faixa etária. Segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), cerca de 3,7 milhões de

crianças e adolescentes de 5 a 17 anos estavam trabalhando no país em 2011.

Importante destacar que essa foi a única faixa etária em que houve aumento nos índices nacionais. No Censo 2000, eram 699 mil pequenos operários. Um dado que, segundo Luiz Henrique Lopes, chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), surpreendeu o governo: “Não esperávamos esse resultado ruim, pois a Pnad mostrava uma queda crescente. O que estamos fazendo desde que saiu o Censo é verificar em quais atividades é mais frequente o envolvimento de crianças e adolescentes para atacarmos o problema de forma mais eficaz. Teremos que reinventar ações de fiscalização e melhorar todo o aparato das redes estaduais para chegarmos de forma mais efetiva”.

## As meninas e o trabalho doméstico

O Brasil possui um contingente de 1,34 milhão de trabalhadoras domésticas de 10 a 17 anos. A maioria operária na área rural. Elas representam 39,4% do total de crianças e adolescentes ocupados. E se, em termos numéricos, no trabalho irregular fora de casa são os meninos as principais vítimas, é no interior das residências que as meninas perdem sua infância e a chance de usufruírem um amadurecimento saudável. Um labor invisível, de difícil fiscalização, sobretudo quando executado dentro do próprio lar, sendo até aceito socialmente.

“Se no trabalho infantil em geral 65% dos envolvidos são do sexo masculino, a situação muda completamente quando se fala do tipo doméstico. Aí, as garotas representam de 70% a 80% dos envolvidos”, continua Luiz Henrique. “São atividades para as quais as meninas não estão preparadas, que só podem ser exercidas por adultos, já que requerem força física e a criança não está desenvolvida para tal”, acrescenta a secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPeti), Isa Oliveira. Além de atrapalhar o desenvolvimento cognitivo, a atividade doméstica expõe a criança ao risco de acidentes, como queimaduras, intoxicação, entre outros.

São muitas e muitas histórias vividas assim. Histórias marcadas pelo machismo e pela violação de direitos, histórias que parecem não ter fim.

*Creuza Maria Oliveira: sobrevivência a levou ao trabalho doméstico ainda menina*

Há mais de 40 anos, a menina baiana Creuza Maria Oliveira, então com 9 anos, teve que sair de casa. Foi trabalhar em uma residência em Salvador, onde morava. “Eram muitos filhos e eu trabalhando fora era uma boca a menos para alimentar”, lembra.

Naquela casa, ela não tinha salário. Trabalhava duro o dia inteiro e não ia à escola, apesar da promessa feita nesse sentido à sua mãe. Aos 16 anos, conseguiu frequentar o antigo Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral, como era conhecido. Diz ela: “Terminei com muito custo. Dormia em sala de aula, a escola passava dever, mas não dava para fazer. Chegava atrasada porque a patroa não permitia sair sem deixar a mesa posta”.

Como ela, muitas das suas colegas desistiram de estudar. “Era cansativo e muitas patroas não queriam empregada que estudasse. Entre o trabalho e o estudo, a gente optava por trabalhar. Era onde a gente morava. Eu não tinha como voltar para a casa dos

meus pais”. Creuza perdeu o pai aos 5 anos e a mãe aos 12. A falta de oportunidades fez com que ela continuasse no trabalho doméstico. Recebeu seu primeiro salário aos 15 anos e, aos 21, viu sua carteira de trabalho assinada pela primeira vez.

Aos 30 anos, conheceu o movimento sindical, que mudou sua vida. Aliou-se a outras mulheres que, como ela, tinham ânsia de mudar a própria realidade e passou a lutar por respeito e dignidade. Em 1990, fundou o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia. Atuante também na Associação Profissional das Domésticas, integrou o grupo que conseguiu incorporar direitos trabalhistas de sua categoria à Constituição Federal.

Mas, para ela, ainda há muito a avançar, em especial no que se refere ao trabalho infantil doméstico. “Eu ainda ouço os mesmos argumentos que ouvia na época em que era criança e tive que trabalhar. Dizem que é melhor trabalhar que ficar desocupada, fazendo besteira. Quando



Foto: Vetter Campanato/Abn

a menina entra na adolescência, afirmam que, se não trabalhar, vai ter tempo livre para namorar. Ainda acham que é natural”, lamenta.

Hoje ela atua como presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad). Foi reconhecida em 2011 com o Prêmio Direitos Humanos, de iniciativa do Governo Federal, tendo sido também finalista do Prêmio Cláudia 2012, na categoria Trabalho Social, promovido por essa revista da Editora Abril. “Participar da luta sindical representou o resgate da autoestima e é, para mim, a busca por igualdade de gênero, de raça”, afirma.

### Ajudar não é trabalhar

Sobre essa temática, é preciso atentarmos para diferenças que a perpassam. Nem toda a colaboração em casa é considerada trabalho infantil doméstico. Ajudar nas tarefas diárias, sob supervisão de um adulto, é até saudável para o desenvolvimento da criança. “Acho que as famílias, independentemente do estrato de renda, devem promover a participação. Quando se faz isso em família vira festa. Outra coisa é fechar a

porta e deixar a menina com a responsabilidade. O trabalho doméstico é muito penoso, só aparece quando não está feito. Todas as meninas que começam muito cedo, tornam-se adultas mais cedo. A criança tem que brincar, tem que imaginar”, explica Isa Oliveira.

### Tênis, videogame e celular

A região Nordeste, onde havia maior exploração da mão de obra infantil em 2000, foi a única a reduzir o problema em todas as faixas de idade. Já as demais regiões apresentaram dados alarmantes, principalmente entre a população de 10 a 13 anos.

Na avaliação do assistente social Vicente Faleiros (foto acima), fundador do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria) e pesquisador de questões ligadas ao trabalho infantil, o programa de transferência de renda Bolsa Família é um dos responsáveis pela diminuição dos índices de trabalho infantil no Nordeste. “É uma região com custo de vida mais baixo, em que esse tipo de política pública, com esse valor,



Foto: UnB Agência

tem mais efetividade. Em Brasília, por exemplo, onde o custo de vida é bem mais elevado, o Bolsa não consegue arcar com as necessidades”.

Há que se considerar, no entanto que, de acordo com o chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil do MTE, a subsistência não é mais o principal motivador para o ingresso prematuro no mercado. “O Censo revelou que a grande maioria está trabalhando porque quer um tênis, um videogame, um celular ou algo do tipo. Essa constatação exige mudanças na forma de o governo agir.” Lopes adianta que, para responder às novas necessidades, o Peti passará por reformulação, a ser anunciada ainda no começo deste ano.



Foto: Vall Lima

**DF é a única unidade da federação com aumento generalizado da exploração de mão de obra infanto-juvenil.**

**22.830 para 29.618 indivíduos** de 10 a 17 anos

**1.709 para 4.776 indivíduos** de 10 a 13 anos  
(variação de 179,46%)

Fonte: censo IBGE/2010



*Imagem da campanha Ela Não brinca em Serviço, do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec)*



## Felicidade

O nome dela lembra felicidade, mas sua história de pobreza e trabalho duro fez com que esse sentimento ficasse distante de sua história. Felismina começou a lida tão cedo que nem sabe quando ao certo. Com a mãe e outras mulheres e meninas da família, fabricava redes para vender. O município era Jardim de Piranhas, com pouco mais de 13 mil habitantes, localizado a 330 quilômetros da capital do estado, Rio Grande do Norte.

Na adolescência, a menina foi inscrita no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) que, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), centraliza as ações governamentais nessa área. Em atividades no contraturno da escola, aprendeu sobre cidadania, esporte, música. Mas a nova perspectiva transformou-se em frustração. Aos 16 anos foi levada a se aposentar. A coluna se ressentiu do esforço provocado pela atividade precoce. Mesmo assim, continuou a trabalhar em atividades difíceis e sacrificantes, já que não conseguiu êxito nos estudos.

Agora, aos 27 anos, Felismina costuma contar sua história para outras pessoas. Fala de sua desesperança, para que outras meninas não repitam sua trajetória. Nessa perspectiva, foi palestrante em uma atividade promovida pela Superintendência Regional do Trabalho no Rio Grande do Norte.

## Odara

Em yorubá, língua de uma das nações africanas chegadas ao Brasil durante a escravidão, odara significa belo. Esse é o nome de uma menina que, aos 10 anos, foi retirada por fiscais do trabalho, junto com sua família, de uma propriedade rural,

uma fazenda próxima do quilombo onde nasceu, na Bahia. Odara cozinhava para a família e cuidava dos irmãos menores enquanto o pai e a mãe trabalhavam na roça. Todos, na verdade, estavam em situação escrava.

Em uma conversa com a chefe de fiscalização, Marinalva Dantas, a menina confidenciou: seu pai prometera que ela voltaria a estudar e não precisaria mais trabalhar. A fiscal nunca mais pode estar com Odara, mas nunca esqueceu de “como era linda, como tinha sonhos”.

Em 20 anos de trabalho como auditora fiscal do MTE, Marinalva conheceu essas e muitas outras histórias. Fiscalizou trabalho escravo, atuou em casas de farinha, feiras livres, plantações. Em função de sua atividade, ela aborda meninos e meninas em todo o estado do Rio Grande do Norte, percebendo claramente que alguns mentem a idade, outros são rostos conhecidos, de tanto que já foram abordados. São crianças que apenas mudam de atividade, dificilmente param de trabalhar.

Para ela, a exploração sexual é a atividade mais prejudicial, para dizer o mínimo. Marinalva preocupa-se com a mudança de estratégias da rede de exploração, como explica: “Os estrangeiros agora usam menos os hotéis. A exploração está acontecendo também em domicílios”, denuncia.

Mas nem todas as histórias têm final triste. “Muitos meninos e meninas conseguem parar de trabalhar, melhoram nos estudos, garantem um futuro onde existam mais oportunidades. O apoio tem que ser à família, não só à criança. Tem que envolver renda, consciência. Tem que ser integral”, pondera. Os dados do Censo foram divulgados no período em que o Brasil se prepara para sediar a III Conferência Global



Marinalva Dantas: muitas histórias de exploração durante fiscalização

sobre Trabalho Infantil. O evento reunirá, em outubro, representantes de vários países para trocarem experiências bem sucedidas e discutirem desafios ligados à erradicação do problema.

Em 2012, foram 7,3 mil ações de fiscalização em todo o território nacional, as quais resultaram em 6 mil crianças afastadas de experiências de trabalho. O País conta ainda com um Plano Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, vigente até 2015, e com uma comissão, formada por 15 ministérios, cujo objetivo é combater a prática ilegal e erradicar suas piores formas em território nacional até 2016, meta assumida perante a Organização das Nações Unidas (ONU). Para a secretária executiva do FNPeti, tais medidas ainda não são suficientes para realizar o compromisso. Até porque, o quadro exige grandes mudanças: ao todo, 90% da população de 10 a 13 anos que trabalha também

estuda. São mais de 639 mil nessa situação. No entanto, no grupo de 15 a 17 anos, 26% dos adolescentes que trabalham não estavam matriculados na escola. Entre os que não trabalhavam, o percentual era de 14%.

**O número de denúncias de violações de direitos humanos, feitas por meio do Disque 100, alcançou 155.336 de janeiro a novembro de 2012. Aumento de 77% em relação ao mesmo período de 2011. Desse total, 77,5% (120.344) relacionadas a violações de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.**

Fonte: SDH/BR



# Um recorde na direção certa

Nas últimas eleições, mulheres conquistaram 12,1% das prefeituras em todo o país. O melhor resultado da história

**E**las são brasileiras, têm entre 22 e 67 anos, ocupam as mais variadas funções, estão espalhadas por 26 estados e desde o dia 1º de janeiro comandam 663 cidades do país, o equivalente a 12,1% do total de municípios. Resultado melhor do que os 9,1% registrados em 2008.

As eleições de 2012 mostraram as mulheres cada vez mais presentes na vida política do Brasil, ampliando sua participação quando o assunto é disputar o voto do eleitor. O último pleito revelou o crescimento da participação feminina. O País registrou um aumento de prefeitas eleitas, 31,5% a mais do que nas eleições de 2008.

Quando o assunto é o total de vereadoras eleitas, as estatísticas também indicam ampliação da participação feminina, tendo o total de mulheres alcançado 7.648, representando 13,3%

das vagas disponíveis. Esses números, embora baixos, são recordes na história brasileira. O percentual de candidatas do sexo feminino também aumentou, crescendo 21,3% no ano de 2012, em relação a 2008.

De acordo com o demógrafo e professor titular do mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE), José Eustáquio Diniz Alves, tais números representam, sem dúvida, um avanço a serem até comemorados, mas sobre eles devem ser feitas algumas ressalvas.

**Um século e meio** – Vinte anos se passaram (de 1992 a 2012) e a participação feminina saiu de 7% atingindo 13% no período, o que significa 1% de acréscimo a cada eleição, faltando, portanto, 37% para os 50%, a serem conquistados vagarosamente,

considerando que as eleições ocorrem a cada 4 anos. “Se formos nesse ritmo, estamos avançando de uma forma muito lenta e gastaremos 148 anos para atingir a paridade”, avalia José Eustáquio. “É muito insuficiente, dada a importância da inserção das mulheres”, lamenta.

**Lei** – As eleições municipais de 2012 destacaram-se por terem sido as primeiras sob a vigência da Lei No 12.034/2009, cujo conteúdo determina que “cada partido ou coligação, preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”. Foi também o primeiro pleito depois da eleição de uma mulher para a presidência do Brasil.

Na avaliação da deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP), coordenadora da bancada feminina da Câmara, a eleição de Dilma Rousseff para a

Presidência da República motivou muitas mulheres a participarem mais ativamente da vida política. “A presidenta Dilma é referência e o Brasil vive um momento novo com a sua eleição”, analisa.

**Efeito Dilma** – A deputada Benedita da Silva (PT-RJ), membro da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal, ressaltou serem os resultados das últimas eleições “um recorde que deve ser comemorado por todas nós, mulheres, que representamos a maioria da população”.

Quanto a isso, uma pergunta é pertinente e merece nossa atenção: por que essa maioria não se reflete no meio político onde foi preciso criar uma lei obrigando os partidos a

umentarem o número de candidatas? É preciso pensar ainda que o resultado das urnas revelou o longo caminho que se tem pela frente até a paridade.

Para o professor José Eustáquio, a pergunta é intrigante, já que a mulher conseguiu avançar em várias áreas – educação, saúde, esportes, cultura –, não obtendo o mesmo êxito na política. Segundo ele, isso se dá porque existe uma barreira por parte dos partidos. O pesquisador começou a estudar o tema há 20 anos, e na época uma de suas indagações era “se o eleitorado discrimina a mulher”. Outra de suas questões dizia respeito a “se mulher não vota em mulher”.

Uma hipótese, segundo ele, era que o eleitorado não votava em mulher e a outra era que existia uma barreira para as mulheres chegarem ao eleitorado. A primeira, sabemos bem, vários institutos de pesquisa e o resultado das últimas eleições presidenciais trataram de derrubar.

**Barreiras** – Em 2010, dos 9 candidatos a presidente, 7 eram homens e duas eram mulheres (Dilma Rousseff e Marina Silva). Apesar dessa diferença, juntas, no primeiro turno, elas obtiveram 2/3 dos votos. Quanto a esse fato, o professor José Eustáquio continua sua análise: “eu já pesquisei em outros países e não vi nenhum onde as mulheres tenham conseguido tantos votos num primeiro turno (67%). E se se vota em mulher para presidente da República, por que não se vota para prefeito ou vereador?”, questiona.

A barreira, portanto, estaria nos partidos políticos, segundo o professor. “Não existe nenhum partido que tenha presidenta mulher e essa falta de estrutura partidária faz com que exista um fenômeno desse tipo”, lembrou.

Outro ponto que tem dificultado a participação mais efetiva das mulheres na política é a questão da divisão sexual do trabalho. “As mulheres têm

que cuidar dos filhos e, em nome da família, acabam abrindo mão de uma carreira profissional”, diz ele. E completa: “a política exige maior dedicação e, na medida em que os homens estão desobrigados culturalmente desses cuidados diários, podem assumir cargos políticos com mais facilidade, cargos que, em geral, exigem viagens de afastamento, reuniões”.

## Curiosidades – eleições 2012

**Das 138.599 candidatas, 143 concorreram respaldando-se no apoio da presidenta Dilma.**

**Pelo menos 45 cidades brasileiras tiveram apenas mulheres concorrendo para prefeito.**

**Minas Gerais foi o estado com maior número de prefeitas eleitas – 71.**

**São Paulo ocupa o segundo lugar, elegendo 67 prefeitas.**

**Acre foi o único estado que não elegeu representantes do sexo feminino para o cargo de prefeito.**

**As mulheres obtiveram melhores resultados na Paraíba onde dois em cada 10 prefeitos eleitos são mulheres.**

**Por partidos, a maior parte das mulheres eleitas é do PMDB (122), seguido pelo PSDB (95), PT (67), PSD (56), PSB (51) e PP (44).**

**Nas capitais, apenas uma mulher foi eleita: Teresa Surita (PMDB) conquistou a prefeitura de Boa Vista, com 39,26%.**

## Ranking da participação das mulheres nos Parlamentos

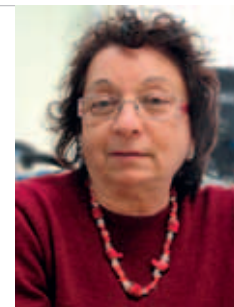
Média mundial: 20%,  
Países nórdicos: 42%  
Alguns países em desenvolvimento já registram 40%. Outros atrasados, como Angola (34,1%), Moçambique (39,2%) e Bolívia (25,4) tem índices significativos.

FONTE: Inter-Parliamentary Union - IPU - 186 países pesquisados e Bolívia (25,4).



# A trajetória das mulheres na história do Brasil

As mulheres brasileiras têm uma bela trajetória de luta e suas vitórias resultam da sua mobilização, pressão e reivindicações, e em seu caminhar vêm sempre contando com o apoio de outros segmentos avançados da sociedade.



**Liège Rocha**

Secretária Nacional da Mulher/PCdoB e Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)

**A** primeira legislação relativa à educação de mulheres – bastante restrita – surgiu no século XIX (1827), permitindo às meninas frequentarem apenas escolas elementares. Foi também nesse século que surgiu a imprensa feminina (O Jornal das Senhoras, em 1852; e O Sexo Feminino, em 1873. E, no final do ano de 1889, algumas feministas deram início à luta pela igualdade de direitos e pela conquista do voto, por entenderem que “o voto não seria apenas um instrumento para alcançar o progresso feminino, mas também um símbolo dos direitos de cidadania”.

Nesse processo, o século XX é ímpar no desenvolvimento do movimento das mulheres, tendo-se tornado conhecido como o século das mulheres. Senão, vejamos:

**Em 1922** – criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

**No mesmo ano** – realização da Semana de Arte Moderna, com destaque para Anita Malfati e Tarsila do Amaral como expressões marcantes no cenário cultural brasileiro da época.

**Em 1932** – luta das sufragistas, conquistando o direito ao voto, no contexto da Revolução de 30, e garantindo direitos das mulheres trabalhadores num capítulo específico da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

**De 1964 a 1985** – luta contra o regime militar e pelas liberdades democráticas:

- » Participação de mulheres na Guerrilha do Araguaia (com a presença de Helenira Resende, Maria Lúcia Petit, Dina Monteiro, Dinaelza, dentre outras);
- » Protagonismo no processo da luta pela Anistia (or-

- ganização do Movimento Feminista pela Anistia e do Comitê Brasileiro pela Anistia);
- » Participação de mulheres brasileiras durante a realização da I Conferência Mundial sobre a Mulher, México – 1975);
- » Criação de grupos de reflexão, surgimento dos Centros Brasileiros da Mulher e organização, no início da década de 80, dos grandes Congressos da Mulher Trabalhadora, com o retorno das mulheres exiladas, em 1979;
- » Nessa mesma década – criação de Conselhos e Delegacias da Mulher, culminando com promulgação da Constituição de 88; ressurgimento de jornais feministas (Brasil Mulher e Mulherio); e criação dos Clubes de Mães, do Movimento Contra a Carestia e do Movimento por Creches.
- » Eleições de 1982 – influência das mulheres organizadas para inclusão de suas reivindicações nas plataformas políticas dos candidatos.
- » 1983 – em governos do PMDB, surgimento dos primeiros Conselhos de Defesa dos Direitos das Mulheres, em São Paulo e Minas Gerais, com vistas a propor políticas públicas para as mulheres.
- » 1985, em São Paulo – criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher, impulsionando a discussão sobre a necessidade de políticas públicas para enfrentamento do problema da violência contra a mulher.
- » Durante o processo da Assembleia Nacional Constituinte – atuação ativa das mulheres, apresentando emendas, por meio do “lobby do batom”, com caravanas à Brasília e com o Manifesto aos Constituintes.

**1988 – Nova Constituição** – inclusão dos seguintes pontos na Carta Magna: a) no Art. 5º, Inciso I – homens e mulheres são iguais

**O voto não seria apenas um instrumento para alcançar o progresso feminino, mas também um símbolo dos direitos de cidadania.**

em direitos e obrigações; b) no Art. 7º, Inciso XVIII – direito à licença da gestante (120 dias), sem prejuízo do emprego e do salário; c) no Inciso XX – proteção do mercado de trabalho da mulher; d) no Inciso XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas; e) Inciso XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

**1989, em São Paulo (governo Luiza Erundina)** – criação da 1ª Coordenadoria da Mulher, que no ano seguinte instala a Casa Eliane de Grammont, para atendimento multiprofissional a mulheres envolvidas em situação de violência.

**Década de 90** – enfrentamento pelas mulheres das consequências do projeto neoliberal (privatizações, sucateamento dos serviços públicos, precarização do trabalho...) com mobilização, sob o lema “O neoliberalismo é anti-feminista”.

**Ainda nessa década** – participação na promoção das Conferências Mundiais, organizadas pela ONU (ECO 92; Direitos Humanos – Viena 83; Cairo 94; e Beijing 95), investindo em que o Estado assumira as políticas públicas para as mulheres.

**1996 – por influência dos ventos de Beijing** – instituição das cotas de 30% a 70% para cada sexo na composição das chapas majoritárias dos partidos políticos.

**Nesse mesmo ano** – realização da campanha “Mulher sem Medo do Poder”, que mobilizou mulheres de norte a sul do País nas ruas, em cursos para pré-candidatas, em campanhas de filiação de mulheres em praça pública.

Após toda essa trajetória de luta e conquistas, o século XXI encontra ambiente propício à continuidade do movimento. E as mulheres prosseguem sua caminhada, de maneira incessante e firme, gerando novas ações:

**2002 (junho)** – realização em Brasília, sob a responsabilidade de onze organizações/articulações de mulheres, da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, que aprovou a Plataforma Política Feminista, divulgada para a sociedade brasileira e entregue aos candidatos à presidência da República.

**2003 (Governo Lula)** – vigência de um momento de esperança para os oprimidos e excluídos, na busca de novos caminhos de transformação para o Brasil, com a expectativa de aprofundamento da construção da democracia brasileira.

O contexto da época mostra-se favorável a que as mulheres avancem na educação, no trabalho, na luta democrática.

**2003 (1º de janeiro)** – criação, por meio da Medida Provisória Nº 103 (Art.54 – Parágrafo Único), da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, conquista bastante importante, garantindo a transversalidade de gênero nas políticas públicas.

**Hoje** – inquestionável o avanço da participação política das mulheres e obtenção de expressivas conquistas:

- » Lei Nº 10.778, de 23 de novembro de 2003 – que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, de casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.
- » Lei Nº 11.340/06, conhecida como Lei “Maria da Penha”, sancionada pelo Presidente da República no dia 7 de agosto de 2006 – determinando que, desde então, todo caso de violência doméstica contra a mulher passa a ser considerada crime.
- » Minirreforma eleitoral de 2009 – que garante que 5% do fundo partidário sejam destinados à formação das mulheres; 10% do tempo da propaganda dos partidos na TV sejam destinados às mulheres; e 30% de vagas sejam ocupadas por mulheres nas chapas concorrentes.

## Superar a sub-representação nos espaços de poder e decisão como uma questão fundamental para o fortalecimento da democracia.

As mulheres avançaram na educação, tendo um nível de escolaridade superior ao dos homens. Cresce, a cada ano, a presença feminina no mercado de trabalho. É uma realidade incontestável o papel da mulher na luta democrática. E na eleição da 1ª Presidente da República, cujo significado é emblemático no subjetivo de todas

nós, as mulheres foram atrizes extremamente importantes.

Toda a crescente participação política das mulheres nos vários espaços da sociedade brasileira vincula-se, evidentemente, à luta das próprias mulheres para garantir e ampliar suas conquistas, mas outros fatores também dão-lhe sustentação: as mudanças sociais, políticas e culturais, uma nova visão de mundo, o nível de escolaridade e a queda da taxa de fecundidade.

Temos, enfim, que são muitos os desafios colocados para as mulheres nos dias de hoje – superar a sub-representação nos espaços de poder e decisão como uma questão fundamental para o fortalecimento da democracia, romper com os preconceitos e as desigualdades, contribuir para a garantia da laicidade do Estado, perseguir a autonomia econômica e exigir a democratização da mídia – para que se trilhe um caminho que leve à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A photograph showing a woman's legs in high-heeled shoes resting on a laptop keyboard. The background is a blurred image of a laptop screen with the word 'STUDS' visible. The overall color palette is purple and blue.

# Sociedade 3.0

## Como a internet pode contribuir para a propagação do machismo tradicional e ao mesmo tempo ser um campo aberto de discussão

**S**egundo dados do Ibope, aproximadamente 94 milhões de brasileiros acessaram a *internet* em 2011, fazendo com que o Brasil fosse considerado o quinto país mais conectado do mundo. Além disso, 51 milhões de pessoas usam a *internet* regularmente e estamos na liderança em termos de média de tempo em que permanecemos conectados: 69 horas, por pessoa, durante a semana. Nenhum outro povo passa tanto tempo conectado, em média, quanto o brasileiro.

Tais números levam a algumas reflexões: uma delas diz respeito a que seria difícil afirmar que um

contingente tão amplo e tão plural de pessoas pudesse representar uma única posição ou uma tendência específica, seja em termos de visão de mundo, de preferências dos mais variados tipos ou de qualquer característica comum. Outra, é a que nos faz lembrar que, desde que a *internet* começou a estar disponível e acessível no Brasil, em meados dos anos 90, a *web* trouxe, como em todo o mundo, a expectativa de ser uma plataforma de revolução do conhecimento e da mídia, impactando as relações humanas em geral. Tendo isso em mente, seria possível afirmar que, por meio da *web*, como reflexo direto da sociedade, houve realmente

alguma mudança quanto à mentalidade machista, patronal e fálica hegemônica na sociedade? Como a rede repercute a sociedade e essas suas facetas?

Para o grupo que conduz o site Blogueiras Feministas (<http://blogueirasfeministas.com/>), coletivo de mulheres que se uniram para pensar as relações de gênero, refletindo sobre suas implicações e buscando disseminar questões ligadas ao tema: “a sociedade está em constante mudança. Porém, ainda vivemos numa sociedade machista, cujas manifestações caracterizam o seu status quo. Sociedade, cujo acesso à internet é mais disseminado entre as classes média e alta. Então, o

*Blogueiras feministas: militância também nas ruas*



que vemos na web, mais do que mudanças, são novos espaços para diálogo. Ao mesmo tempo em que surgem grupos claramente anti-feministas, misóginos, homofóbicos, lesbofóbicos e transfóbicos, vemos muitas pessoas chegando até nós curiosas para entender melhor o feminismo.”

Em 2 anos de atividade, o grupo reúne mais de 600 pessoas no seu fórum de discussão, com 700 artigos publicados, os quais foram escritos por mais de 80 autores diferentes. Para o escritor e pesquisador Idelber Avelar, por muitos anos responsável pelo blog “O Biscoito Fino e a Massa” <http://www.idelberavelar.com/>, colaborador da revista Fórum e autor dos livros “Alegorias da derrota” e “Figuras da violência”, a rede cumpre um papel, junto à sociedade, maior do que o suposto, indo além de meramente refleti-la de forma direta. “Se você visitar as caixas de comentários dos grandes portais, por exemplo, você terá uma impressão de que o estado de coisas realmente existente na população é muito mais reacionário e preconceituoso do que de fato é. Já em outros espaços online (redes sociais, blogs), você encontrará uma dinâmica distinta. É melhor pensar o próprio social como algo também construído online, numa interação de forças (retóricas, interpretativas,

políticas etc.). Acho mais produtivo entender a rede assim”, afirma.

### Mulher objeto?

Para as blogueiras feministas, o conceito de “mulher objeto” já não é capaz de abarcar a complexidade das questões nelas envolvidas. “As diferentes possibilidades de relacionamentos afetivos e sexuais, o desejo de serem donas de seus próprios corpos e até mesmo a arte são alguns dos elementos que contribuem para o debate. O que podemos fazer é analisar o contexto em que uma mulher está inserida”, lembram. Até porque, apesar da internet se constituir como mídia relativamente nova e autônoma, ao contrário de se mostrar capaz de conseguir pluralizar o debate e trazer uma abordagem diferente daquela que é apresentada na mídia tradicional e na publicidade, acaba por repeti-la. “O problema não é a ‘mulher objeto’ em si, mas o contexto em que ela é apresentada e os usos que se fazem de sua imagem e dos estereótipos reproduzidos e estigmatizados, que acabam por prejudicar todas as mulheres”, afirma Bia Cardoso, integrante das Blogueiras Feministas.

Para Idelber, a web não se mostra nem mais imune nem mais presa aos preconceitos e vícios de linguagem perpetuados no interior da mídia

tradicional ou fora dela. Isso depende de quais espaços, zonas e comarcas da internet tenhamos como referência. “O que ela torna possível é uma interatividade na qual esses preconceitos podem ser interrogados mais efetivamente que nas mídias gutenberguiana e televisiva, notadamente mais unidirecionais. Em outras palavras, ela tem, sim, ante as mídias anteriores um grau inédito de multidirecionalidade, que traz à circulação social dos signos um elemento desestabilizador, renovador”, pondera o pesquisador.



**“Se você visitar as caixas de comentários dos grandes portais, por exemplo, você terá uma impressão de que o estado de coisas realmente existente na população é muito mais reacionário e preconceituoso do que de fato é”.**

*Idelber Avelar, escritor e pesquisador*





## Da web para as ruas

Surgido em 2011, no Canadá, depois de uma série de casos de abusos sexuais ocorridos na Universidade de Toronto, o movimento “Slut Walk” ganhou repercussão em outras partes do mundo, batizado de Marcha das Vadias, reivindicando respeito às mulheres e ao direito de fazerem o que quiserem com seu corpo. “O debate evoluiu em alguns pontos, como o assédio nas ruas e a discussão em torno da culpabilização da vítima em casos de violência sexual. A Marcha das Vadias acaba sendo o grande movimento que sai da rede para as ruas. É uma manifestação clara de que as mulheres, em sua maioria jovens, querem ser respeitadas e também representa uma reivindicação dos espaços da cidade por essas mulheres”, afirma Bia.

Outro assunto que costuma pautar a atuação das blogueiras, em particular, e a discussão na web, em geral, é o aborto, o qual enfrenta forte resistência por parte do conservadorismo político, religioso e de entidades, país afora. Também quando da aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006, os *blogs* atuaram diretamente no debate, não só por meio de *posts*, mas também participando de discussões com parlamentares e contribuindo para atrair a atenção da mídia e para conquistar a pressão do público. Idelber acredita que esse papel é difícil de mensurar, considerando que tal participação vai além do ativismo puro e simples. “O papel da escrita em primeira pessoa durante a disseminação de grande número de blogs de mulheres, num período curto de tempo, em si, é um fenômeno que se constitui num acontecimento político a ser entendido. Acho inclusive que os blogs experienciais de mulheres, não ativistas, naquele momento particular da aprovação da Lei Maria da Penha foram muito mais importantes politicamente”, conclui.



# Nossa santa guerra!

O século passado foi marcado por grandes lutas e grandes conquistas das mulheres em torno dos seus direitos.



**Isis Tavares  
Neves**

Secretária de Relações de Gênero da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Conselheira do CNDM

**U**ma breve retrospectiva a respeito, permite-nos encontrar, mesmo invisibilizado pela história oficial, o relevante papel das mulheres nas mais variadas áreas – na política, nas artes, nas ciências, no trabalho, na educação, nos esportes –, o que trouxe significativos avanços para a Humanidade.

As conquistas, bem sabemos, avançam de maneira subordinada à conjuntura política e econômica. Até porque, em tempos de democracia e crescimento econômico, os movimentos sociais conseguem maior interlocução com os padrões e com o poder público.

Nessa perspectiva, iniciamos o ano de 2013 de modo semelhante ao dos anos anteriores: lutando pela reafirmação das conquistas alcançadas e na defesa intransigente de outras tantas, a serem ainda concretizadas – os direitos sexuais e reprodutivos, o direito a se contar com mais mulheres nos espaços de poder, o direito à autonomia econômica, o direito à democratização dos meios de comunicação; enfim, levando adiante a nossa luta, já secular e histórica, por igualdade.

É preciso, no entanto, considerar que há alguns anos, acoplada à crise econômica global – que vem provocando um rearranjo político e econômico no mundo –, surgem, em nível mundial, uma ameaça não só aos avanços e direitos já conquistados, mas à própria luta das mulheres.

Tal ameaça não passa incólume ao movimento das mulheres e provoca reações. Na Europa, por exemplo, movimentos sociais tentam organizar trabalhadores e trabalhadoras, estudantes, contra a ofensiva da direita que penaliza a população com medidas para salvar o grande capital.

Estudo feito pelas organizações *Plan International e Overseas Development Institute*, utilizando dados do Banco Mundial, aponta para a realidade de que em diversos países – sejam eles mais ou menos atingidos pelos efeitos da crise –, as mulheres e meninas são as mais sacrificadas. Os cortes nas políticas sociais de saúde, educação, moradia etc., além da redução dos benefícios, trazem consequências perversas tanto para umas como para outras: aumenta a mortalidade infantil, em especial de meninas antes dos 5 anos de idade; torna-se debilitada a alimentação das mulheres, em função das necessidades da família; acirra-se a dificuldade financeira, gerando, inclusive, a exploração sexual e a prostituição de mulheres e menores; ampliam-se todas as formas de violência.

Mas os efeitos da crise não param por aí. Uma outra guerra maior está instalada. Trata-se da guerra ideológica contra os avanços e conquistas das mulheres. É quando se observa que representantes dos setores mais atrasados e reacionários valem-se deste período de crise para tentar “reorganizar” a sociedade. Faltam empregos? São os homens, então, que devem ter prioridade, pois não tem TPM, não precisam de licença maternidade, e licença paternidade nunca foi prioridade. Aumentou a exploração sexual de crianças e adolescentes? É por culpa das mulheres que abandonam seus lares em busca insana de sucesso profissional, autonomia financeira e poder!

Aliada a isso, tem lugar a nova reestruturação produtiva que explora o trabalho imaterial e produz uma exploração mais perversa, pois se apossa da subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras, nos espaços e tempos mais improváveis, sob a aparência de que se está

---

**As mulheres podem ser o principal alvo nessa guerra histórica e ideológica por manter as mulheres na esfera do privado, afastadas de ações políticas.**

dando maior liberdade para as pessoas. Cada qual faz seu horário de trabalho, conquanto esteja disponível de acordo com a necessidade da empresa. Lazer, privacidade, vida em família estarão condicionados à hora em que a empresa, direta ou indiretamente, precisar do trabalhador. Ou seja, a sua presença física não é necessária 24 horas, mas a presença da empresa e da natureza do seu trabalho em sua mente e, conseqüentemente, em sua vida, passa a ser algo inexoravelmente constante.

Acusadas pelas religiões de serem responsáveis pelas mazelas da sociedade por tentarem “ser iguais” aos homens, tornam-se alvos fáceis e são incentivadas a buscar trabalhos que não as afastem dos cuidados com o lar, com os filhos e com os maridos.

Para dar suporte a tudo isto, a “palavra” entra em cena. Multiplicam-se nas redes sociais vídeos de mulheres religiosas preocupadas com a crise, o desemprego e suas conseqüências para a autoestima dos homens. Somente dos homens. Suas conclusões, a partir de “debates” entre elas mesmas, são de que hoje os pais estimulam suas filhas a terem compromissos em estudar, em frequentar faculdade, em ter uma profissão, em adquirir carro, depois um apartamento, e perguntam-se: e o casamento? Alguém está preocupado em preparar suas filhas para o casamento? Para serem as edificadoras do lar, representantes da moral e dos bons costumes?

E essas líderes religiosas vão mais além, indagando: que mulher é essa que estamos criando? Os homens estão se tornando apequenados, subjugados pelo ego sem limites de suas esposas ou futuras esposas. O homem retorna à casa depois de um dia de trabalho e ainda se vê obrigado a dividir tarefas porque sua esposa também acabou de chegar do trabalho, ou ainda não chegou. E elas concluem: o homem deve ser e se sentir superior à mulher, pela simples “razão” de que ele é mesmo superior. Porque assim está escrito.

A ideia dominante é de que feministas são mulheres que tentam transformar tudo em questão política, e geralmente com fins eleitorais. São mulheres que, além de serem feias, com predominância de características tidas como masculinas, são insatisfeitas, têm dificuldades nos relacionamentos, sem contar outros tantos rótulos contra elas empregados, já bastante conhecidos de todos e todas nós.

Então, guerra ao feminismo e a suas militantes.

Mas tais discursos de convencimento não se resumem às mulheres que desempenham papel de lideranças de igrejas. Também mulheres incluídas no rol das chamadas celebridades – vinculadas ao mundo dos esportes, da música e até da política –, têm dado declarações bastante atrasadas, podemos dizer dignas da era medieval, em referência ao papel das mulheres na sociedade. A gravidade da questão está em que falas assim, em maior ou menor grau, podem criar estereótipos e expectativas em milhares de jovens, em seu processo de formação de valores.

É digna de nota a declaração da esposa de um famoso jogador, afirmando que, quando um homem trai, a culpa sempre é da mulher e que, se um dia fosse traída pelo marido, com certeza a culpa seria dela, algo de errado ela deveria estar fazendo e cabia a ela descobrir o quê.

Outros discursos conservadores e reacionários juntam-se a esse. É o caso da redução das bandeiras de maior democracia que incluem os direitos sexuais e reprodutivos e, nesse bojo, a laicidade do Estado que, como tal, deveria garantir políticas públicas de enfrentamento ao aborto clandestino, motivo de morte de milhares de mulheres e adolescentes.

Hoje, apesar de termos vencido séculos de violência, dominação e opressão e estarmos ocupando cada vez mais espaços de poder e decisão, seja na política, na academia, nas artes, enfim, de termos uma presidenta e

muitas valorosas mulheres atuando bravamente no mundo inteiro, esse é apenas um lado da questão. Ainda hoje, temos nossa imagem explorada e rebaixada a mero objeto sexual, não raras vezes, tidas como figuras apáticas ou desprovidas de raciocínio e opinião própria.

Longe de não nos importamos com nossas famílias, filhos e filhas, queremos construir um mundo melhor para os filhos e filhas de todas as famílias. Queremos um mundo melhor onde os interesses de pequenos grupos com grandes poderes não determinem quem é de primeira ou de segunda categoria. E, principalmente, um mundo onde os conceitos de democracia, família, ética, moral, não sejam construídos por poucos para serem impostos a milhares.

Acima de tudo, acreditamos que homens e mulheres podem construir juntos um mundo onde seja valorizada a cultura da paz, a autodeterminação dos povos, a igualdade, não só no trabalho, mas em seu sentido mais amplo: na vida, compartilhada por homens e mulheres.

---

## Queremos um mundo melhor onde os interesses de pequenos grupos com grandes poderes não determinem quem é de primeira ou de segunda categoria.



# Rima M Zeid Al-Keilani

Diretora-Geral de  
Educação na Palestina

*"A mulher desempenha na sociedade palestina um papel bastante destacado, em todos os aspectos, seja econômico, cultural ou político."*

Por: Edvaldo dos Santos

**D**urante o Fórum Social Mundial Palestina Livre, realizado em Porto Alegre, de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2012 – evento que reuniu representações de 36 países, em mais de 150 atividades, em torno de questões referentes ao povo e à autonomia palestina, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) promoveu uma mesa de debate sobre a Educação, com foco nas condições enfrentadas pelos trabalhadores da região. Para o presidente da CNTE, Roberto Leão, a educação é uma forma de resistência à ocupação. “O povo palestino mostra que pode viver e aprender a despeito da situação em que se encontra. Os grandes problemas enfrentados por eles são resultado direto da histórica omissão da ONU em fazer valer suas resoluções, o que levou a ocupação e divisão do seu território”, enfatizou Leão.

A diretora-geral de Educação da Palestina, Rima M Zeid Al-Keilani, foi convidada por nossa entidade para participar da mesa de debates. Antes de sua palestra, a revista *Mátria* conversou com Rima para conhecer um pouco da realidade vivida pela mulher palestina, principalmente com relação à sua formação educacional, às dificuldades para conseguir frequentar a escola num ambiente tão hostilizado pela guerra cotidiana e a como o governo local tem apoiado aqueles que tentam viver dignamente. Bem sabemos que na região do Oriente Médio, israelenses e palestinos vivem uma guerra secular e as tensões perduram há muitos e muitos anos.

Em 1947, a ONU estabeleceu a divisão do território palestino entre judeus que, com seus 700 mil habitantes, passariam a ocupar 57% das terras, e palestinos, cuja população de cerca de 1,3 milhão de habitantes viria a ocupar os restantes 43% do território. Em 1964, o líder palestino, Iasser Arafat, criou a Organização para Libertação da Palestina (OLP) e, apesar dos vários acordos de paz ensaiados, persistem os conflitos na região. Nesse ambiente hostil, os educadores tentam cumprir sua tarefa social, envolvendo os alunos em torno da questão do conhecimento e do repasse de informações, porém as dificuldades são extremas, como relata Rima.

Rima Al-Keilani tem 57 anos, é casada e mãe de dois filhos homens. Ela é a primeira mulher a exercer um cargo de diretora-geral do Ministério da Educação na Palestina e nesta entrevista ela destaca os impedimentos de os professores, neste ambiente de conflito permanente, cumprirem o seu papel, ensinando muçulmanos e cristãos, fazendo-o sob forte e cotidiana pressão psicológica. Aqui, ela destaca a importância da mulher palestina nesse contexto e lamenta o fato de as pessoas se lembrarem do seu país apenas como região de conflito.

**Revista *Mátria* – A senhora poderia comentar sobre o perfil da mulher palestina atualmente?**

**Rima Al-Keilani** – *A mulher desempenha na sociedade palestina um papel bastante destacado, em todos os aspectos, seja econômico, cultural ou político. A mulher palestina tem direito de votar e ser votada. Temos mulheres diretoras de banco, atuando em entidades culturais e desempenhando muitas outras atividades. Eu, por exemplo, sou diretora-geral de Educação no Ministério de Educação do meu país. Para você ver, recentemente, nós tivemos uma eleição para presidente e as mulheres puderam se candidatar.*

**RM – E sobre o aspecto educacional? Como é a situação da mulher? Existe o desestímulo ao acesso da mulher à educação?**

**RZA** – *Como falei anteriormente, a mulher exerce um forte papel em várias atividades e a educação é um dos setores onde somos bastante ativas. Explícitei o meu caso, porque sou a primeira mulher a exercer o cargo de diretora-geral do Ministério, mas temos outros casos de mulheres exercendo cargos de poder. A atual ministra da educação também é mulher. Hoje, nas escolas palestinas, somos 52% de mulheres, somos, portanto, mais numerosas que os homens. Nas universidades, esse percentual chega a 56%. Isso mostra claramente a nossa importância na sociedade. Na área educacional, o percentual de professoras nas escolas é maior. No que se refere a diferenças, temos escolas separadas para meninos e meninas, eles não estudam juntos. Estamos, no momento, inclusive, com o problema de falta de professores para as escolas masculinas. Tivemos que dar um passo importante nesse sentido, colocando professoras para lecionar para meninos. Isso suscitou críticas.*

**RM – Bom, falando dos professores, como é a sua formação, eles são em sua maioria formados em escolas superiores?**

**RZA** – *Nossos professores são preparados nas nossas universidades, dentro da própria Palestina, porém, estamos procurando trabalhar melhor a questão pedagógica que, em nosso entendimento, precisa melhorar. Estamos buscando tal possibilidade fora da Palestina, com professores vindos de outros países para atuar*

Nas ruas de Porto Alegre, brasileiros fazem passeata em favor da Palestina



conosco. Destaco, por exemplo, o trabalho pedagógico realizado para a inclusão de pessoas com deficiência, ou seja, o preparo de nossos professores para que possam atuar junto a esse tipo de aluno. Estamos investindo, nesse sentido, na mudança pedagógica do ensino.

**RM** – Poderia nos falar sobre o conflito existente na região? Qual a interferência desse conflito religioso na educação?

**RZA** – Com certeza, o conflito no Oriente Médio interfere muito na educação. É só pensarmos na existência do muro da separação na Cisjordânia impedindo a livre circulação de estudantes. Com isso, também os professores têm muitos problemas quando precisam se deslocar de uma cidade para outra. Até porque é necessário ter permissão das autoridades e nem sempre eles

conseguem tê-la. A intolerância gera muitos problemas, ocasionando, inclusive, o fechamento de escolas quando há alguma manifestação religiosa. Os alunos têm muitas dificuldades de aprendizagem por força dessa pressão psicológica. Em Jerusalém, por exemplo, as autoridades tentam sempre apagar a história Palestina dos livros estudados pelos alunos. Isso dificulta bastante o trabalho dos professores.

Veja: nas escolas palestinas temos dois livros obrigatórios para a formação religiosa – um para os muçulmanos e outro para os cristãos. E é preciso ainda ter em conta que, fora as duas religiões, temos ainda os Ameritas, um grupo pequeno, a ser também considerado, já que cada grupo tem direito de estudar de acordo com sua religião. Sobre tais livros, quero destacar que ambos buscam incentivar os valores humanos, combatendo, assim, a intolerância religiosa e

estimulando a que se aceite a opção do outro. E há ainda o seguinte aspecto: o de termos várias famílias de cristãos desejosas de matricular seus filhos em escolas muçulmanas, com intenção de garantir o aprendizado na língua árabe.

**RM** – E sobre liberdade de informação? Como é tratado pelo governo o acesso a tecnologias, como a internet? Há censura no tocante ao acesso à informação digital?

**RZA** – O acesso à informação é totalmente liberado na Palestina. Não existe nenhuma censura endereçada à informação divulgada na internet ou aos meios de comunicação. Todos os partidos têm direito de manifestar sua opinião e a ter seus meios de comunicação, mesmo que sejam contra o governo. Quando há qualquer ato de opressão das forças

de segurança, o presidente manda abrir inquérito para apurar responsabilidades.

**RM** – Como a senhora vê o ingresso da Palestina na condição de estado-membro da ONU e como isso pode refletir na busca da paz no Oriente Médio?

**RZA** – Quero ressaltar o ato do nosso presidente, Mahmud Abbas, ao apresentar o pedido da Palestina para reconhecimento pela ONU, coincidindo com a realização desse debate no Fórum Social Mundial aqui em Porto Alegre. Penso que a nova posição da Palestina como estado-membro da Organização das Nações Unidas vai contribuir de

maneira significativa para a promoção da paz no Oriente Médio. Isso vai influenciar, por exemplo, os alunos que vão estudar fora da Palestina, que hoje se sentem inferiorizados por não terem uma pátria, um Estado a que representem. Com esse reconhecimento, por parte da ONU, eles agora passam a ser reconhecidos de uma forma nova, e isso há de lhes dar orgulho.

**RM** – Poderia fazer um breve relato sobre sua participação nesse debate promovido pela CNTE?

**RZA** – É muito importante a nossa participação neste Fórum aqui no Brasil, até mesmo para divulgar a nossa

causa, pois quando falam da Palestina sempre enfatizam o conflito que nos acomete. Ninguém quer saber da vida das pessoas, como elas vivem, como é o seu cotidiano ou o que as autoridades locais fazem pela vida das pessoas que vivem no Oriente Médio. Além do mais, quero registrar que recentemente estive aqui no Brasil e pude conhecer algumas iniciativas do governo brasileiro para melhorar a vida das pessoas e tenho a intenção de levar essas experiências positivas para serem implementadas na Palestina. Quero também agradecer o apoio do povo brasileiro à causa Palestina, muito importante para nós, e deixar, por intermédio da Revista Matria, um abraço a todos os brasileiros. Muito obrigada!



Conflito no Oriente Médio também interfere na educação das crianças

# As origens da opressão de gênero

Por: Raquel Felau Guisoni

Há várias correntes de pensamento que procuram explicar a origem da opressão de gênero.

Neste artigo, ao analisar a concepção marxista, também faremos considerações sobre as outras concepções quanto à origem da opressão das mulheres.

## A corrente marxista e a opressão das mulheres

O materialismo-histórico, cujos maiores representantes são Marx e Engels, aponta as bases da opressão feminina e os caminhos para superá-la. Tais pensadores afirmam que a opressão da mulher coincide com o surgimento da propriedade privada dos meios de produção e com o surgimento das classes sociais.

Embora concentrem seus esforços na análise do mundo do trabalho, das relações de produção, várias obras de Marx e Engels tratam mais diretamente da opressão da mulher. Destacam-se aqui “A Sagrada Família” (1845) e “Os Manuscritos Econômicos e Filosóficos” (1844).

Na Ideologia Alemã (1846), Marx e Engels atribuem o mesmo peso teórico aos conceitos de classe social e de “opressão do sexo feminino pelo masculino”. Afirmam que a reprodução e manutenção da vida dos indivíduos, assim como as relações sociais que os mesmos estabelecem, são tão importantes quanto as relações de produção. É Engels quem diz:

*A primeira divisão do trabalho é aquela existente entre o homem e a mulher para a procriação. [...] a primeira oposição de classe coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher no casamento conjugal e a primeira opressão de classe com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino. (RANGEL, Olívia e SORRENTINO, Sara, 1994:49)*





São eles que no Manifesto do Partido Comunista, de 1848, explicam que somente com a socialização da propriedade pode desaparecer a situação de submissão da mulher. Destacam também o papel da família na reprodução da opressão da mulher e apontam a necessidade dessa instituição ser modificada.

Em 1884, dando continuidade aos estudos de Marx sobre Morgan e seu livro “A sociedade antiga”, Engels escreve “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, onde analisa as diversas fases históricas do desenvolvimento da Humanidade, para comprovar que as mudanças na condição da mulher sempre corresponderam às grandes transformações sociais, ao desenvolvimento da ciência e da técnica. Analisa a involução da situação da mulher desde a igualdade, na época do chamado comunismo primitivo, até a condição da chamada civilização. Indica que a história de submissão da mulher começa quando ela é afastada da produção social.

Engels afirma ser o primeiro passo para a emancipação da mulher, e não o último, a sua incorporação ao trabalho produtivo em larga escala social. No entanto, continua, a superação definitiva dessa opressão milenar apenas se dará por meio de uma revolução social que transforme os meios de produção, e a riqueza por eles produzida, em propriedade social. Será a revolução socialista, que limpará o terreno para que a libertação da mulher possa, finalmente, ser completada.

Muitas são as críticas às teses marxistas sobre a opressão da mulher. A principal delas utiliza o argumento de que essas reduziram a condição feminina a uma questão econômica, a um apêndice das relações de produção. Mas o próprio Engels esclareceu tal questão na carta a Bloc, datada de 1890: “Segundo a concepção

*materialista da história, o fator que em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real (grifo nosso).*

*Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fator econômico é o único fator determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levantam sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige, etc., as formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que dela participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma (grifo do autor), como fator predominante (Engels, 1985:p.547).*

Marx e, sobretudo, Engels, **atribuíram ao gênero estatuto teórico, assim como o fizeram em relação às classes sociais (grifo nosso).** Eles foram os primeiros a destacar que a reprodução dos indivíduos, a manutenção de suas vidas e as relações familiares também são relações estruturais, tão decisivas quanto as ligadas à produção, apenas são menos dinâmicas. Marx ainda acrescenta em “A Ideologia Alemã” que:

*Esses três aspectos da atividade social (produção, satisfação das necessidades e reprodução/família) não devem ser considerados como três fases distintas, senão que intimamente ligados, como três aspectos que vêm existindo desde o princípio da História e desde o primeiro homem e que, sem dúvida, ainda hoje seguem regendo a História. [...] O móvel essencial e decisivo ao qual obedece a humanidade na história é a produção e a reprodução da vida imediata, e por sua vez essas são de duas classes: a produção dos meios de existir, de tudo o que serve de alimento, vestuário, domicílio e utensílios; e, por outro lado, a produção do homem mesmo – a continuação da espécie. (RANGEL, Olivia e SORRENTINO, Sara, 1994:50).*

Até meados do século XIX, a ideia de que a mulher tem que ficar

em casa permaneceu quase inalterada, mas a realidade outra vez se mostrou mais forte: em que pese toda a ideologia, a mulher trabalhava porque precisava sobreviver.

Em 1889, Albert Bebel escreveu “A mulher e o socialismo”, defendendo que “a tarefa histórica da classe operária está indissoluvelmente ligada à tarefa de libertação da mulher.” Que essa era uma tarefa do presente e não só do futuro Estado socialista. Reconheceu as especificidades da luta feminista, as quais permitiriam unir as mulheres de várias classes em torno de algumas bandeiras. Alertou que, para as socialistas,

*não se tratava apenas de realizar a igualdade de direitos da mulher como o homem, no terreno da ordem social e política existente, o que se constitui em objetivo do movimento feminino burguês, mas de eliminar todas as barreiras que fazem com que o homem dependa do homem e, portanto, um sexo do outro” e que “a solução total da questão feminina deve se unir a quem tem inscrita em sua bandeira a solução da questão social e cultural para toda a humanidade, ou seja, os socialistas (BEBEL, 1977:45).*

No Programa do Partido Social-Democrata alemão, de 1891, foi incluída a luta “por direitos e deveres iguais de todos, sem exceção de sexo ou de raça” e pelo “sufrágio universal igual, direto e secreto para todos os membros do império com mais de vinte anos, sem distinção de sexo, em todas as eleições”. Propunha também a “abolição de todas as leis que, do ponto de vista do direito [...], colocam a mulher em estado de inferioridade em relação ao homem” (MARX, ENGELS, LENIN, 1971:96).

Por essa ocasião, começam a se destacar lideranças femininas. É o caso de Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo, Alexandra Kollontai, Krupskaja, Inessa Armand.

Clara Zetkin foi a primeira grande líder feminina do movimento socialista alemão e internacional. Em 1891 passou a ser redatora do órgão de imprensa feminina da social-democracia

alemã, considerado o jornal feminista de maior influência na História.

Em 1907, durante o Congresso da Internacional Socialista, Zetkin apresentou uma proposta de resolução que afirmava:

*os partidos socialistas de todos os países têm o dever de lutar energeticamente pela conquista do sufrágio universal feminino [...], direito que deve ser reivindicado vigorosamente em todos os lugares de agitação e no parlamento (ZETKIN, 1976:113).*

Num outro congresso internacional, o de 1910, em Copenhague, Clara Zetkin defende a realização de um dia internacional das mulheres. No entanto, apesar das resoluções aprovadas nos seus congressos, a social-democracia não colocou no centro de sua ação a luta pelos direitos sociais e políticos das mulheres.

A revolução socialista de outubro de 1917 impulsionou o movimento socialista e afetaria profundamente a luta feminista de todo o mundo. Pela primeira vez na história da Humanidade um Estado assumiu programaticamente a defesa dos direitos da mulher.

No início do século XX, na Rússia, 88% das mulheres não sabiam ler nem escrever. Em algumas regiões mais atrasadas, os homens ainda tinham o direito de vida e de morte sobre suas esposas e filhas. As mulheres não podiam votar e nem participar de qualquer organização política. Não existia matrimônio civil, apenas religioso. O divórcio era quase uma impossibilidade para as trabalhadoras e o seu ritual revelava-se extremamente vexatório, até mesmo para as mulheres da burguesia.

Após a revolução, houve mudanças imediatas. Já no governo provisório, sob a direção de Kerenski, foi promulgado o direito de voto feminino. Em outubro de 1917, os bolcheviques estabeleceram para as mulheres a jornada de 8 horas diárias de trabalho

e proibiram-lhes o exercício de serviços noturnos e nas minas.

Alexandra Kollontai, líder socialista e feminista, ocupa o cargo de Comissária do Povo de Assistência Pública – título equivalente ao de ministro de Estado. Foi a primeira ministra da história atual.

A primeira Constituição soviética estabelece que as mulheres tivessem “direitos iguais aos homens em todos os terrenos da vida econômica, pública, cultural, social e político.” As mulheres foram integradas massivamente aos cursos técnicos e superiores. Em 1928, o número de mulheres nesses cursos chegava a 83.137 e em 1933 já havia alcançado o número de 548.832. Uma verdadeira revolução educacional feminina! A maior já vista na história até então!

**Vladimir Ilitch Lênin** foi o grande líder desse movimento revolucionário. Uma de suas máximas era a de que “*o proletariado não pode lograr a liberdade completa sem conquistar a plena liberdade para as mulheres*”. Foi ele quem propôs, em 1902, a inclusão no programa do Partido Social-Democrata Russo o item: “*estabelecimento da plena igualdade de direitos do homem e da mulher*”.

Nessa conjuntura histórica, muitos outros avanços tiveram lugar. Sobre a questão do divórcio livre, por exemplo, Lênin se pronunciou decididamente a seu favor. Vejamos:

*Não se pode ser democrata e socialista sem exigir imediatamente a plena liberdade de divórcio, pois a falta desta liberdade implica a máxima ofensa ao sexo oprimido, da mulher, ainda que não seja nada difícil compreender que o reconhecimento da liberdade de deixar os maridos não significa convidar todas as mulheres a procederem dessa forma. (Lênin, 1980:41-44).*

Já em “As tarefas do proletariado em nossa revolução”, escrito em abril de 1917, Lênin afirmou:

*sem incorporar a mulher na participação independente tanto na vida política em geral como no*

*serviço social permanente que deve prestar todo cidadão, é inútil falar só em socialismo, e nem sequer de uma democracia completa e estável. (Lênin, 1980:46).*

No artigo “O poder soviético e a situação da mulher” (1919), ele escreveu:

*em palavras, a democracia burguesa promete igualdade e liberdade. Mas, de fato, as repúblicas burguesas, por mais avançadas que sejam, não têm dado à mulher, que constitui a metade do gênero humano, plena igualdade com o homem ante a lei nem a têm libertado da tutela e da opressão do homem (...). Abaixo a vil mentira! Não pode haver, não há, nem haverá ‘liberdade’ verdadeira enquanto os privilégios que a lei concede aos homens impeçam a liberdade da mulher. (Lênin, 1980:76)*

Mas Lênin sabia que “*a igualdade na lei não significava igualdade na vida*”. Era necessário que as trabalhadoras conseguissem a igualdade tanto na lei como na vida.

O Código soviético de 1927 foi o mais avançado do mundo até aquele momento. Acabava com a predominância masculina no casamento, característica de todas as outras legislações. Punha fim à distinção entre casamento registrado e “de fato”, entre filhos legítimos e “bastardos”, e dava garantia, às mulheres e aos filhos, direitos esses até então inexistentes. Muitas dessas concepções, por pressão do movimento socialista e feminista, passaram a ser incorporadas às legislações das principais democracias burguesas ocidentais nas décadas que se seguiram. Cabe aos comunistas esse pioneirismo.

A partir de meados da década de 1930 ocorreu um arrefecimento do debate em torno do problema da emancipação da mulher. Predominou amplamente nesta ocasião uma visão economicista (produtivista) e perderam-se as múltiplas dimensões da questão feminina – que se traduziu no campo político, teórico, cultural, moral, etc.

Podemos dizer que os componentes que conduziram à crise do

socialismo foram os mesmos que conduziram à crise do feminismo soviético, pois o desenvolvimento do socialismo acompanha o desenvolvimento do processo de emancipação da mulher. Um se alimenta no outro. Quando um retrocede o outro também tende a retroceder.

Em 1934, pela primeira vez desde 1917, verificou-se um retrocesso – a homossexualidade foi criminalizada –, seguindo-se, em 1936, a proibição da realização do aborto. Mas, o recuo não foi completo. A mulher soviética continuou, por longos anos, usufruindo direitos que, no capitalismo, estavam longe de conseguir. Mesmo na fase mais “conservadora” a URSS não ficou aquém de nenhuma das democracias ocidentais, no campo dos direitos da família e da mulher.

Houve também, até o final da década de 1950, um aumento gradual da participação da mulher no mercado de trabalho. Havia uma “divisão sexual do trabalho” menos assimétrica que em outros países. Na URSS, as mulheres estavam distribuídas em quase todas as profissões. Isso não significa que não houvesse desajustes que desfavoreciam as mulheres – como o fato de as profissões predominantemente femininas terem sido, em geral, menos remuneradas.

Mesmo uma crítica ao stalinismo, como Volkova, foi obrigada a reconhecer que:

*a posição jurídica das mulheres soviéticas e o seu papel na produção encontram-se mais avançados em relação aos países capitalistas, sob todos os pontos de vista. São melhor educadas, vivem melhores e têm um estatuto social mais elevado do que antes da revolução. A educação mista foi reintroduzida, o aborto voltou agora a ser autorizado e embora os divórcios continuem sendo pagos [...]. Existe uma disponibilidade maior de bens de consumo [...] e um aumento dos equipamentos comunais que aliviaram o trabalho das mulheres nos últimos anos (VOLKOVA, 1978:64).*

Heleith Saffioti, por sua vez, escreveu que “a experiência soviética

*demonstra que, se a libertação da mulher e sua consequente integração na sociedade não se realizaram plenamente sob o regime socialista, foi sob este regime que ela atingiu seu maior grau.” (SAFFIOTI, 1976:89-90).*

Aqui fizemos alguns poucos registros, sendo necessário um estudo aprofundado das experiências socialistas para tirar lições e uma melhor compreensão do processo da emancipação das mulheres. Mas, já se comprovou que as mudanças vão além daquelas que envolvem a estrutura econômica e política, mas dizem respeito também a costumes, ideologias e tradições, que não mudam tão facilmente. É preciso construir uma nova mulher e novo homem na sua integralidade.

### Problemas conceituais de gênero

A utilização do conceito de gênero tem contribuído para um melhor entendimento da opressão da mulher e do conjunto das relações sociais. Ele nos remete para a ideia de relações opressoras de sexo/gênero, permite evidenciar que, além de exploração entre as classes sociais, existe uma divisão sexual, também desigual. Tal conceito, no entanto, embora seja largamente difundido e aceito, tem suscitado discussões, revisões teóricas, interrogações e questionamentos. Os impasses destas análises tiveram como fruto o deslocamento do eixo de reflexão nas pesquisas feministas, agora concentrando-se nos significados das representações do feminino e do masculino, ou seja, **nas construções culturais e históricas das relações de gênero.**

Sobre o assunto, Elisabeth Lobo faz a seguinte ressalva:

*a interrogação inicial sobre a origem da opressão conduzia muitas vezes a uma desistorização das*

*questões, reduzidas à pergunta originária da causa da opressão, o que fazia das formas da subordinação feminina meras aparências, portadoras de uma causa essencial. (RANGEL, Olívia e SORRENTINO, Sara, 1994:51)*

O importante a registrar aqui é que correntes consideram a opressão de gênero como primordial em relação a outras dimensões definidoras de um grupo social. E a partir desse entendimento, constroem uma teoria social em torno da posição das mulheres nas sociedades patriarcais.

Desse modo, feministas identificadas com tal concepção defendem o **feminismo como terceira via**. Negam a produção como elemento mais dinâmico e determinante das relações sociais, atribuindo esse papel às relações de gênero. Um exemplo é o chamado ecofeminismo, no qual o patriarcado tem papel mais decisivo que as classes dominantes, seja na definição e no comando das estruturas de poder, seja na ideologia.

Não se pode negar que ainda hoje o patriarcado de fato influencia e determina muitas matrizes de dominação. Mas também é inegável que ele perdeu seu papel histórico ao ser superado, juntamente com a estrutura familiar (antes determinantes da vida econômica e social), com o surgimento das classes, que passaram a deter o poder e a propriedade. A família e o patriarcado passaram progressivamente a ter sua dinâmica e suas funções sociais submetidas ao novo agente do processo social – a luta de classes. Atribuir ao patriarcado uma importância que ele já não tem significa ignorar os verdadeiros pilares de sustentação da exploração e da opressão defendidas por Marx, Engels, Bebel e Lenin e outros.

Um dos desafios do debate sobre a causa da emancipação feminina é situar a opressão da mulher em relação à sua base material e estabelecer os nexos entre produção e reprodução,

classe e gênero. Nesse sentido, Heleith Safiotti e Mary Castro propõem uma rearticulação na abordagem das relações de classe, gênero e raça/etnia, como tramas do tecido social, buscando aprofundar as formas e processos que concretizam essa inter-relação.

### Feminismo emancipacionista

Hoje, autores e autoras no campo do marxismo, além de reafirmarem a contextualização histórica, social e econômica da condição das mulheres na sociedade, contribuem para um melhor entendimento dos entraves ideológicos e subjetivos à emancipação da mulher. Percebem como desdobramento desse quadro de dificuldades, a necessidade, desde já, de se buscar abordá-lo com transversalidade em todos os espaços da sociedade.

*O marxismo deve ser uma das fontes básicas do feminismo emancipacionista, em particular por sua proposta de radicalidade, de transformação social radical das bases, das estruturas da economia política e das culturas de relações sociais pautadas em subordinações, para que todos possam exercer a potencialidade, a criatividade de seres humanos em sua diversidade – projeto ou vir a ser um que o humano se realiza mais além do reino das necessidades (VALADARES, 2007: 55-56).*

A corrente emancipacionista se associa às reivindicações pelos direitos das mulheres, no limite do capitalismo, ou seja, por uma emancipação política. Contudo, essa corrente deve equacionar tal investimento com um programa de construção do socialismo, abrangendo gênero, raça/cor, geração e outras demarcações que produzem várias discriminações e desigualdades sociais. Não pode haver, por exemplo, um reducionismo da luta aos ditames da bandeira liberal – mulheres no poder – sem questionar quais mulheres, com que projetos e como se inserem na sociedade capitalista.

Por outro lado, a perspectiva emancipacionista não se contenta com

uma noção de autonomia abstrata ou apenas para algumas mulheres. Pelo contrário, considera a mulher como sujeito individualizado, mas que faz parte do gênero humano, com relações sociais de sexo/gênero, raça/cor e outras, em uma sociedade de classes.

**O poder de mudar passa por conhecer origens, raízes de opressões e explorações e por construir saberes/poderes que podem levar a mudanças.** Inclui debates ampliados entre homens e mulheres comprometidos com o projeto socialista, rompendo as amarras do imediato. Significa também enfrentar a dialética entre tempos, o aqui e o futuro.

No atual contexto do capitalismo, houve inserção da mulher na vida pública sem, contudo, serem alteradas suas condições de desigualdade. É relevante destacar que tal realidade está relacionada com a divisão social e sexual do trabalho e com a manutenção das responsabilidades domésticas para as mulheres. Ou seja: enquanto a divisão do trabalho doméstico for assimétrica, a igualdade será uma utopia.

Os escritos de Marx são claros: a emancipação humana não tem caráter de inevitabilidade, mas aparece como uma possibilidade, dependendo da ação dos seres humanos. Ainda de acordo com esse pensador, a emancipação humana deve ser efetivada a partir de um duplo ato revolucionário, um complementar ao outro, ambos sendo realizados num único e mesmo processo. **O primeiro possui uma natureza política**, por meio do qual o proletariado pode alcançar o poder político, dando início ao processo de destruição do Estado político e seu fundamento, isto é, a opressão de classe. **O segundo, marcadamente social**, envolve uma revolução social por meio da qual se pode transformar radicalmente a forma de sociabilidade,

com a superação do mercado e da dominação política de classe. Quanto a esse aspecto, a educação pode ter função fundamental.

A corrente emancipacionista, conjugando poder com saber por transformação social, tem como ponto de referência a importância de investimento no sentido de que as mulheres sejam as autoras do processo de transformação, conjugando emancipação política, políticas de ação afirmativas e mudanças pontuais nas relações de gênero. Tal perspectiva abarca a autoidentificação das mulheres em relação ao seu projeto de emancipação de maneira vinculada à emancipação humana.

### O feminismo emancipacionista se caracteriza por:

- Referenciar-se numa mulher identificada com a classe e raça/cor, em contraposição à referência do feminismo de corte liberal e social-democrata que consideram uma mulher genérica, desterrada da classe e da classe-raça/cor.
- Não se pautar por leituras acrílicas do marxismo, quando este se reporta a uma mulher proletária genérica, sem circulação na raça/cor, quando se restringe ao contrato heterossexual ou não considera outras identidades marcadas por sistemas políticos de opressões.
- Considerar que as relações sociais entre os sexos — vetor do conceito de gênero — são condicionadas pela estrutura de classes, pela luta de classes, pelo lugar das mulheres na classe. Mas que também nem definem sujeitos sexuais, nem os sujeitos sexual/social se autodefinem, apenas no plano da organização da economia.
- Levar em conta a estrutura de classes e, nela, as relações pautadas por hierarquias de gênero, raça/cor e outras — o que pede, portanto, referência a práticas concretas, à reprodução ampliada das relações sociais.
- Ter em vista que o conceito de gênero aponta para relações sociais, se reportando

à dialética articulação com outras relações – não somente aquelas que ocorrem entre homens e mulheres. No que se refere a esse conceito, as normas socioculturais é que definem as regras em torno do que seria masculinidade e do que seria feminilidade, do que seriam hierarquias e assimetrias. Considerar gênero um estruturante da totalidade social permite sair das dicotomias entre o específico e o universal, entre a produção e a reprodução, entre o subjetivo e o objetivo. A noção de estruturante da totalidade sugere aproximação com a formulação marxista de que “a sociedade não consiste de indivíduos, mas expressa a soma de relações, de relações nas quais se encontram os indivíduos”. (A luta pela emancipação das mulheres é estratégica, 2012:19–20).

- f. Atentar para que, na atualidade, o termo gênero é reduzido a expressar posição – usado para lidar com direitos das mulheres, sem, contudo, subverter o edifício de relações sociais que se realizam no capitalismo e seus motores, como hierarquia, competição e apropriação privada em proveito de alguns.
- g. Considerar que no feminismo emancipacionista – um feminismo com projeto socialista – o uso do conceito de gênero se afasta do uso do conceito de gênero com aporte culturalista, já que este último relaciona gênero apenas à performática e ao discurso, omitindo restrições materiais. Ao mesmo tempo, naquele se informa sobre trânsitos, diversidades, diferenças e corpo.

O entendimento dos limites da emancipação política, como a da relevância da participação das mulheres na construção do avanço para a emancipação humana é fundamental para o entendimento estratégico da luta de emancipação das mulheres. Na verdade, mesmo hoje, nos marcos do capitalismo, os desafios postos, seja em torno da conquista dos direitos políticos; seja em busca da superação da sub-representação nos espaços na

sociedade, que guarda relação com o aprofundamento da democracia; seja na acumulação de forças para a construção da sociedade socialista, estão a exigir novas respostas e o aprofundamento de reflexões teóricas para impulsionar uma efetiva equidade de gênero, em consonância com o caminho para o fim da opressão de classe.



### Raquel Felau Guisoni

Professora aposentada de Geografia da rede municipal de SP; diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), no período de 2002 a 2010, como secretária de relações de gênero e vice-presidente; integrante do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Santa Catarina (CEDIM/SC), diretora estadual da União Brasileira de Mulheres (UMB/ SC).

### BIBLIOGRAFIA REFERIDA E CONSULTADA

BEBEL, August. *La mujer y el socialismo*. Espanha: Akal editor, 1977.

BUONICORE, Augusto. *As mulheres e a luta socialista*. “Disponível em”: NUPE–Marx UFPR [www.nupemarx.ufpr.br/.../BUONICORE\\_Augusto](http://www.nupemarx.ufpr.br/.../BUONICORE_Augusto), 2012 <[http://www.vermelho.org.br/pe/noticia.php?id\\_noticia=183068&id\\_secao=91](http://www.vermelho.org.br/pe/noticia.php?id_noticia=183068&id_secao=91)> Acesso em 21.01.2013

CASTRO, Mary G. e LAVINAS, Lena. *Do feminismo ao gênero: a construção de um objeto*, in UMA QUESTÃO DE GÊNERO. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.

ENGELS, F. *A Origem da família*, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

Lênin, V. I. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa–Omega, 1980

LOBO, Elizabeth. Os usos do gênero. In *RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO X RELAÇÕES DE SEXO*. Departamento de Sociologia – NEMGE – USP, 1989 (mimeo)

MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARX, ENGELS e LÊNIN. *Sobre a Mulher*. São Paulo: Global, 1980.

\_\_\_\_\_. *Crítica ao Programa de Gotha*/Crítica ao Programa de Erfurt. Porto: Portucalense, 1971.

RANGEL, Olivia e SORRENTINO, Sara. *Gênero conceito histórico*. Revista Princípios, SP, nº 33, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classe: Mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

Valadares, Loreta. *As faces do feminismo*. São Paulo: Anita, 2007.

Volkova, Tâmara – *Ser mulher na URSS* e países do Leste. Antídoto: Lisboa, 1978.

*A luta pela emancipação das mulheres é estratégica*, 2ª Conferencia Nacional sobre a emancipação da mulher. Secretaria Nacional da mulher – PCdoB. Dezembro 2011.

# Igualdade de gênero agora é matéria oficial



Direito da mulher passa a ser tema obrigatório nas salas de aula do DF

A partir de 2013 os alunos do Distrito Federal ganham uma nova disciplina no currículo escolar: questões ligadas à violência contra a mulher, ao preconceito e à discriminação serão abordadas durante o período letivo, como conteúdo integrante das diversas disciplinas. A ideia é tornar o assunto corriqueiro e natural nas discussões e nos trabalhos desenvolvidos com os alunos e com a comunidade.

A decisão de incluir esse novo viés de debate nas escolas é inédita no Brasil e tem como base o fato de Brasília possuir o maior número de denúncias envolvendo ações de violência contra a mulher no País. Dessa forma, o Conselho de Educação do DF entendeu que a educação é o espaço adequado para construir valores e atuar em direção a uma sociedade mais justa.

Segundo a Secretaria de Educação, os professores serão orientados para atuar de acordo com a nova determinação, mas terão autonomia para usar

a metodologia que julgarem mais conveniente. “A orientação é no sentido de que a ação esteja contextualizada”, afirma Ana José Marques, coordenadora de Educação em Diversidade, da Secretaria de Educação do DF.

**Interdisciplinar** – No desenvolvimento de seu trabalho, o professor pode, por exemplo, escolher um texto de Literatura, que fale da mulher e, a partir dele, estabelecer uma conexão com um outro, de História, ou, em relação à Matemática, escolher um material que trate do percentual de mulheres mortas ou agredidas. O importante é estabelecer a discussão”, explica Ana.

Ela destaca que tais discussões devem perpassar o cotidiano da escola, de forma inter e até multidisciplinar. Dessa maneira, o conteúdo passa a ser quase que naturalmente agregado à rotina “e a criança ou adolescente, ao aprender na instituição escolar o respeito à mulher, quando se tornar adulto não irá agredi-la”, disse o

presidente do Conselho de Educação do DF, Nilton Alves Ferreira.

“Indiretamente, já fazemos isso porque trabalhamos nas escolas não



apenas a orientação sexual, mas também a de gênero, tratando de temas diferenciados, como a Lei Maria da Penha, a violência doméstica, entre outros, sendo, com isso, discutidas várias questões relacionadas à mulher”, adianta Ana José Marques.

Mas a nova realidade, tornada oficial, de a temática passar a fazer parte do currículo, amplia e aprimora o trabalho. É o que pensa, por exemplo, Jucimeire Barbosa da Silva, professora da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em Samambaia, cidade próxima a Brasília, ela que já desenvolve um trabalho constante de debate e discussão sobre temas relacionados à mulher. Em sua opinião, é bastante importante a inclusão da matéria no currículo das escolas.

“O meu trabalho é diário. Estou o tempo todo aproveitando os exemplos do cotidiano dos próprios alunos”, conta. Em 2012, utilizando-se do debate sobre o tema Consciência Negra, desenvolveu um amplo trabalho envolvendo a mulher. “A proposta

*Neliane Cunha e Eliceuda França, secretária de mulheres do Sinpro-DF: acompanharão o cumprimento da resolução*



Foto: Katia Maia

foi desenvolver algo artístico, os alunos fizeram máscaras afro e nós discutimos o tema, de maneira aprofundada, em sala de aula”, explicou.

**Datas especiais** – O exemplo de Jucimeire é similar ao de outras escolas e, agora, com a resolução do Conselho, deixará de ser pontual, vindo a tornar-se algo generalizado, amplo. Assim, o Direito da Mulher poderá vir a ser abordado não apenas em datas especiais, como o Dia Internacional da Mulher, o Dia das Mães ou o Dia da Consciência Negra, mas estará presente todo o tempo, no interior da escola.

Para isso, contará ainda com o apoio do Sindicato dos Professores de Brasília (Sinpro) que “pretende apontar caminhos e ir às escolas para promover oficinas”, relatou Eliceuda França, coordenadora da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Sinpro.

“O nosso maior desafio é que os profissionais possam vir a entender que esses debates são atuais, contemporâneos e estão no dia a dia da sociedade. Na verdade, são muitas as questões: uma delas é a de que a raiz

do problema da violência, das drogas, etc. possui um viés racial; há o caso das mulheres grávidas com seus outros filhos, já dependentes; dentre outras tantas. São situações e mais situações a serem debatidas por quaisquer disciplinas, se os professores estiverem atentos ao que acontece para além dos muros da escola e dispostos a discutir. Eles têm, me parece, é que ter vontade política”, concluiu Ana.

**“O nosso maior desafio é que os profissionais possam vir a entender que esses debates são atuais, contemporâneos e estão no dia a dia da sociedade.”**



Foto: Katia Maia

# Respeitar as diferenças é educar para a vida

*"A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo. Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas podem aprender a odiar, podem também aprender a amar".*

**Nelson Mandela**



**Iêda Leal**

Coordenadora do Centro de Referência Negra Lélia Gonzales e Secretária de Igualdade Racial da CUT-GO

**A** educação formal é um instrumento fundamental na construção, desconstrução e ressignificação de valores que perpassam as relações estabelecidas entre os seres humanos dentro das escolas em todos os segmentos, abrangendo mães, pais, estudantes, professores e funcionários administrativos. No entanto, os trabalhadores da Educação é que serão os grandes responsáveis pelas mudanças necessárias para o reconhecimento e valorização da história dos negros no Brasil.

Cada um de nós carrega consigo várias heranças: somos herdeiros de uma sociedade escravocrata que, a todo momento, nos remete à história da escravidão como tendo sido um fato necessário para a construção do País e não como a subjugação de milhares de seres humanos africanos, num período fundamentalmente comercial, de solidificação de uma sociedade capitalista, de desvalorização da pessoa humana e de relações de poder de subalternização da raça negra.

No entanto, somos também herdeiros de uma outra cultura, profundamente marcante e que tem contribuído para a confirmação do nosso ressurgimento histórico: a de acreditar que outro mundo é possível por meio da percepção de uma outra relação com os processos culturais, um outro olhar sobre a constituição das famílias, da economia, da relação com o sagrado ou com os fenômenos da natureza, com o processo educacional, com as possibilidades de alimentação, tanto do corpo como

da alma... Enfim, um jeito de viver o mundo com experiências diferentes, mas com absoluta crença na importância de cada pessoa e num profundo respeito ao próximo.

Nossa história, já há algum tempo, começa a ser contada! Nossa cultura, até pouco tempo desconhecida, necessita agora ser reconhecida e valorizada! É parte de nós e integra a construção política, econômica e racial da história do Brasil. Quando o ex-presidente Lula, em janeiro de 2003, sancionou a primeira lei de seu governo, atendendo a uma demanda de décadas do Movimento Negro Brasileiro, ele não propôs simplesmente uma modificação no currículo escolar brasileiro e, sim, uma profunda ressignificação da educação brasileira.

Nesse contexto, é necessário lembrar que a Lei N° 10.639, sancionada no dia 09 de janeiro de 2003, não é uma lei qualquer, pois altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), incluindo nos currículos escolares o componente História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

Igualmente importante foi a aprovação do parecer N° 03/2004, em 10 de março daquele ano, pelo Conselho Nacional de Educação, tendo por relatora a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Tal parecer apresenta os dispositivos legais que asseguram aos brasileiros o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como igual direito às histórias e culturas componentes da nação brasileira.

**O objetivo de se educar para a igualdade racial é garantir direitos a todos os cidadãos brasileiros. É garantir viver em plenitude a democracia e a laicidade do Estado brasileiro.**



Essa inserção nos currículos escolares necessariamente modifica o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, os livros didáticos, os planejamentos e diários dos trabalhadores em educação, não apenas alterando as relações sociais estabelecidas no ambiente escolar, como também quebrando um círculo vicioso que mantinha nossa população num permanente processo de exclusão política e racial.

As ações, quando assumidas pelo coletivo, possibilitam minimizar significativamente o sofrimento gerado pela violência do racismo no contexto da educação formal. O que a nova legislação propõe é uma mudança cultural. São oportunidades para que brancos, negros, indígenas, todos, enfim, possam conhecer a história brasileira que ainda não foi devidamente contada.

Em 2013, a lei Nº 10.639 completa 10 anos. Momento propício para comemoração, reflexão, avaliação das ações e estratégias. Há experiências exitosas de educação antirracista ocorrendo em todo o território brasileiro, ações que podem ser consideradas pontuais, mas que merecem todo o reconhecimento porque, na maioria das vezes, são ações desenvolvidas por professores ligados ao Movimento Negro que contribuem, sem medir esforços, para mudanças significativas da sociedade. Somos a resistência!

O que precisamos potencializar são o compromisso e a responsabilidade dos trabalhadores atuantes nos sistemas de educação pública e privada do País, no sentido do cumprimento da lei. No processo de implementação e institucionalização de uma educação que promova e oportunize o acesso de todos os cidadãos aos bens de consumo materiais e imateriais, é de suma importância a reflexão e a avaliação. Tais atitudes é que podem fazer com que todos passem a defender um processo impulsionador do redimensionamento das ações e estratégias para garantir um ambiente escolar que acolha a todos e onde vigorem condições de permanência e de continuidade dos estudos.

O papel da educação formal é fundamental para que aconteçam as mudanças sociais tão almejadas por todos nós. Nela, o que se quer criar são práticas pedagógicas que orientem e promovam ações capazes de valorizar a diversidade étnicorracial. Ações capazes de intervir na formação do pensamento das pessoas, com vistas à construção de novos valores e à revisão de valores distorcidos – como o


preconceito racial, a violência contra a mulher, a homofobia –, buscando a justiça social, o fortalecimento de uma identidade cultural humanizada e o reconhecimento dos direitos inerentes aos seres humanos.

Educar para a Igualdade Racial deve-se traduzir na ampla possibilidade de surgimento de um novo olhar sobre a história de resistência de um povo ao longo de mais de 500 anos. Tal possibilidade exige uma sistemática que contemple alguns pontos: o início, por certo, por nossa origem no continente africano; pelo tráfico; pelos 500 anos de escravidão; por Zumbi dos Palmares; pelo movimento de luta dos Quilombolas; pelas cartas de alforria compradas com o suor do povo negro; pela Conjuração Baiana, que foi uma organização de um povo que nunca deixou de lutar contra a escravidão; pelas leis que não garantiam de fato os

nossos direitos de seres humanos – a Lei do Sexagenário, a do Ventre Livre, a Eusébio de Queiroz, a Lei Áurea – que pouco contribuíram para dar dignidade às pessoas, pois sempre se contava com uma maneira de burlar as normas, prejudicando ainda mais a nossa população; pela Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1966, com a qual as Nações Unidas se comprometem na luta contra o racismo; pelo Dia da Consciência Negra; pelo crescimento das organizações em defesa de um mundo justo para todos; pela fundação do Movimento Negro Unificado; pelo Estatuto de Igualdade Racial; pela história da África nas escolas; pela de-

marcação das terras quilombolas; pela criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), em 2003; e pela aprovação da lei nº 10.369/03. Trata-se de uma trajetória de luta que, hoje, atinge um momento em que não queremos ficar sós. A convocação é para que todos possam vir conosco para continuarmos a nossa história.

Os desafios são grandes, mas não fugimos da luta. Possibilitar que crianças, jovens, adolescentes e adultos tenham oportunidade de, efetivamente, valorizar nossa história, nossa cultura, é construir coletivamente uma Educação que possibilite a vigência de relações etnicorraciais nas salas de aula, tendo sempre como perspectiva a necessidade de serem ultrapassados os muros da escola e se ganhar TODA A SOCIEDADE num emaranhado de compromissos a serem honrados por todos nós.



## Educar para a Igualdade Racial deve-se traduzir na ampla possibilidade de surgimento de um novo olhar sobre a história de resistência de um povo ao longo de mais de 500 anos.

# Carmen Foro: "Não basta ser mulher"

**N**ascida em Moju, no nordeste paraense, Carmen Foro, por dois mandatos secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e atual vice-presidenta nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi registrada como cidadã de Igarapé-Miri.

Mulher do campo, ela traz em seu DNA a trajetória de luta e defesa pelos direitos das mulheres que, segundo ela mesma define, está em sua vida desde a juventude, quando acompanhava seu pai, filiado ao Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Carmen Foro recebeu a Revista *Mátria* para um bate-papo e mostrou que mulher tem que ter conteúdo ideológico, feminista.



## Revista Matria – Como começou a sua história de militante sindical?

**Carmen** – Sou do Pará, nascida em Moju mas reconhecida como cidadã de Igarapé Miri. Meu pai era filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e eu me lembro de que, na época, o sindicato servia apenas para extrair dente e arrumar uma consulta do Funrural (Funrural ou Contribuição Social Rural).

A gente plantava banana, fumo, verdura e hortaliças e fazia muita farinha. Tudo que a gente produzia, a gente levava para a cidade de Igarapé Miri pelo canal. A embarcação a remo saía semanalmente às três horas da madrugada de Moju e chegava ao destino às seis da manhã. Tudo era levado para vender.

## RM – Quando você entrou de vez para o sindicalismo?

**C** – Por volta de 1986, eu já era sócia do sindicato, teve uma disputa e uma mobilização muito grande na cidade para tomarmos o sindicato para ele poder vir para a mão dos trabalhadores. Na época, eu já ajudava em muitas coisas no sindicato – a escrever atas, por exemplo.

Eu cursava o ensino médio e comecei um estágio durante a semana na creche do sindicato e, no fim de semana, eu ia para a roça. Por conta dessa participação mais efetiva, me filiei ao sindicato - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé Miri e, em 1988, conseguimos eleger um trabalhador rural para a presidência, antes nas mãos da Prefeitura.

Em 92, quando o nosso presidente se candidatou a prefeito do município e tanto o vice como o secretário se candidataram a vereador, eu, como segunda secretária, assumi a presidência por nove meses.

## RM – Isso ajudou a sua luta?

**C** – Assumi num momento muito difícil porque o sindicato era só assistencialista e

estava sob o comando da prefeitura. Perdemos parte dos benefícios e tivemos muitos problemas – não tinha luz, o dentista não ia etc. Para a sociedade, o sindicato tinha andado para trás.

O lado bom foi que eu tive a oportunidade de conhecer o município todo, fazendo um trabalho de base. Fomos a todas as delegacias, fizemos campanha para imprimir material, festas etc., essas coisas que as mulheres acabam tendo mais instinto para fazer. Eu não tinha nenhuma consciência do potencial das mulheres na sociedade, nesse sentido.

Depois, fui colocada no foco para ser a próxima presidenta do sindicato e, aí, enfrentei problemas porque os companheiros achavam que eu não estava preparada, era muito nova. Eu tinha vinte e poucos anos, diziam que eu era muito boa, mas muito crua.

## RM – Como veio o engajamento com respeito à questão das mulheres?

**C** – Passei a ter um pouco mais de contato com o tema por meio da CUT, por um boletim de sua Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, chamado Campanha de Igualdade de Oportunidades na Vida, no Trabalho e no Movimento Sindical.

A partir daí, a gente começou a construir o encontro de mulheres da zona rural e fui me afirmando com essa identidade política. Fui a primeira mulher a assumir a presidência e a compor a diretoria do sindicato.

## RM – Como você fez?

**C** – Fui montando uma estratégia para aumentar a nossa presença, debatemos a questão das cotas e conseguimos a sua aprovação na nossa federação. Em 1999, saí da secretaria de mulheres da federação para depois voltar, em 2002, com mais conteúdo e maior clareza das coisas. Então,

fizemos um trabalho legal de mobilização e isso me credenciou para ir para a Contag e para a CUT.

## RM – E a Marcha das Margaridas?

**C** – Na Marcha das Margaridas, de 2003, nós trouxemos a maior mobilização do estado do Pará para uma marcha em Brasília. 2000 mulheres! Foram 25 ônibus pela Belém Brasília. Primeira vez em que veio tanta gente de um estado para uma ação nacional!

Isso repercutiu no Pará. Acabei virando referência no estado e nacionalmente quando o assunto era trabalho com mulheres. Em 2005, por ocasião do debate nacional, fui indicada para a Contag, eu já estava na direção da CUT e, em 2006, fui eleita vice presidente nacional da CUT, cargo que ocupei até 2009, quando a Contag se desfilou da Central. Só agora voltamos e recuperamos a vice-presidência.

## RM – O que mudou de lá para cá?

**C** – Agora, eu tenho um desafio ainda maior, porque hoje temos aprovada a cota das mulheres e estamos vivendo um novo processo que é a paridade na CUT. Esse é um dos debates mais importantes que vamos enfrentar no Congresso da Contag, que acontecerá em março.

Eu sinto que a responsabilidade é muito grande porque cada uma de nós que ocupa um posto político não pode ter vaidade porque representamos milhares de mulheres e os desafios para todas nós, do campo e da cidade, são enormes.

A gente tem tido conquistas muito importantes. Queremos também dividir os espaços de governo. E isso é a parte mais difícil.

## RM – O que emperra?

**C** – Acho que existem vários aspectos mas, hoje, com a vivência que eu tenho,

acho que o poder emperra. Esse lugar foi dos homens e, para que entrem algumas mulheres, alguns homens tem que sair. O lugar de poder é dos homens. Essa forma de pensar está muito impregnada.

### **RM – Você acredita que isso vai mudar um dia?**

**C** – Não acredito que haverá transformação alguma se não houver compartilhamento de responsabilidades, se isso não entrar na agenda do conjunto das pessoas. O caso é que, ao que parece, só as mulheres colocam na agenda a divisão sexual do trabalho.

Mas é preciso dizer que a Contag tem um trabalho com mulheres que poucas organizações têm. E há um aumento significativo de mulheres sindicalizadas no meio rural.

### **RM – Você atribui essa sindicalização a quê?**

**C** – Ao trabalho de mobilização, de consciência e a alguns direitos que fomos conquistando, como, por exemplo, a Previdência Social. De 94 para cá, temos direito, por exemplo, ao benefício do salário-maternidade. Isso atraiu muitas mulheres.

Quando os homens querem desqualificar a nossa presença no sindicato, eles falam que é apenas por isso. Obviamente que é isso também, mas não é só isso.

### **RM – Como está a pauta hoje?**

**C** – Estamos num grande debate sobre a produção das mulheres. Os dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) indicam que, no mundo, as mulheres são as maiores produtoras de alimentos, e isso é invisível.

Quando se fala de agricultura familiar, não se quantifica esse dado. Depois de muita briga em torno da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio

(Pnad) saiu um dado informando que são 4 milhões de mulheres produzindo. A renda das mulheres acaba sendo mais significativa para a família do que a própria atividade principal da unidade produtiva. É uma economia invisível que não está nas estatísticas do governo.

### **RM – A Marcha é uma marcha feminista?**

**C** – A Marcha tem como base uma proposta feminista, pode ser que muitas mulheres não tenham consciência disso. Mas sua base é de crítica ao Estado, ao modelo de desenvolvimento excludente que temos.

O próprio governo disse que a pauta da Marcha é diferente da de todos os outros movimentos, inclusive ao da Contag. Enquanto a lógica dos outros é a de modificar algo que já está pronto, nós dizemos que queremos coisas novas.

A próxima marcha é em 2015, ela é sempre no início de um governo.

### **RM – Com relação à pauta de negociação, o que avançou?**

**C** – O Programa Nacional de Agroecologia, anunciado pela presidenta Dilma. Para nós é fundamental, pois ele vem com uma nova lógica a respeito da produção agrícola. Tal Programa foi anunciado na forma de decreto no mês de agosto e deve estar pronto nos próximos 3 meses.

Avançamos também no tratamento diferenciado dado às mulheres pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Foi uma conquista porque a gente brigou para dar prioridade aos grupos de mulheres, inclusive os informais.

### **RM – E a escolaridade da mulher do campo?**

**C** – Abrimos um debate com o Ministério da Educação em relação a dois aspectos:

uma educação não sexista e não reprodutiva de aspectos culturais que existem no campo, mas as negociações estão indo muito devagar.

Acaba-se tratando esse ponto de forma muito geral. O que queremos é que a vida do campo seja reconhecida como uma realidade diferente mas não necessariamente a educação apenas reproduzindo tudo que é de lá. Algumas coisas precisam mudar.

### **RM – Como trazer mais pessoas para o movimento sindical?**

**C** – Na área rural existe o viés dos benefícios que acabam atraindo as mulheres. No geral, é preciso haver uma mudança radical, desde os horários de reuniões nos sindicatos – que às vezes impossibilitam as mulheres de estarem presentes – até um maior investimento em formação, algo em torno do qual a gente briga muito.

É preciso formar mais mulheres numa perspectiva feminista. Sou daquelas que têm convicção de que não basta ser mulher, tem que se ter conteúdo ideológico, feminista, com plataforma clara, com solidariedade entre umas e outras. Mulher que não ache que basta ter o seu lugar num cargo, num posto político, para tudo se transformar.

### **RM – Como você resume o seu trabalho pelos direitos das mulheres?**

**C** – Eu me orgulho muito dele porque sou uma mulher do campo, sei o que é ser invisível, sei o que é não ter tido tantas oportunidades, sei e lembro tudo o que passei com minha família. E quando a gente passa por tudo isso, a gente sente o seu lugar. Em torno de 60% das mulheres que vieram participar da Marcha nunca tinham vindo a Brasília. Esse símbolo de força, coletividade, de que a gente pode ir, criticar e propor é o mais forte que temos.

# Sindicatos de Educação da América Latina



**Fátima Silva**

Secretária de Relações Internacionais da CNTE e Vice-Presidenta do Comitê Regional da Internacional da Educação

Em busca da igualdade em todos os espaços de poder e decisão

*“Quero ir bem alto...bem alto... É que do outro lado do muro tem uma coisa que eu quero espiar.”*

**Pagu**

**A**o longo da história, em todo o mundo, o movimento de mulheres organizadas tem obtido avanços significativos em vários setores: participação no mercado de trabalho, acesso à educação e às universidades, conquista de direitos sociais e civis.

No entanto, nos espaços institucionalizados da política e do poder, as mulheres ainda são subrepresentadas, apesar de serem a metade da população mundial. Essa desvantagem também está presente no movimento sindical. O problema, no entanto, não diz respeito apenas às mulheres, mas é um tema político, exigindo que as organizações repensem seus modelos de participação e representação, criando novas metodologias de superação de práticas sexistas e excludentes.

De acordo com levantamento da Internacional da Educação (IE), no movimento sindical da Educação na América Latina, cerca de 70% dos membros das organizações são mulheres. Porém, nas direções sindicais, elas representam apenas 30%. Repensar as nossas organizações requer reconhecer que o espaço de direção sindical continua sendo majoritariamente masculino e exige de todos nós uma vontade política de modificar tal realidade.

A ausência de mulheres nos espaços de poder e de decisão significa um *deficit* na democracia e uma dívida da sociedade em relação a todas nós. A nossa representação política e sindical é fundamental para se avançar na construção de uma sociedade mais democrática e mais igualitária. É fundamental que, em todos os espaços políticos e representativos,

as mulheres tenham uma inserção condizente com a sua presença no conjunto da população, considerando sempre a diversidade étnica, ou seja, a representatividade negra e indígena.

A luta das mulheres pela cidadania é histórica e foi, literalmente, de perder a cabeça. Em 1793, em plena Revolução Francesa, quando se transpiravam lemas de liberdade, igualdade e fraternidade, Olympe de Gouges acabou decapitada por defender os direitos das mulheres e propor a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, em que afirmava terem as mulheres os mesmos direitos dos homens – serem, portanto, iguais – tendo, também, necessidades específicas por serem mulheres, ou seja, diferentes. É de Olympe a célebre frase **“se a mulher pode subir ao cadafalso, pode também subir à tribuna”**.

Para compreender a nossa subrepresentação nos espaços de poder, devemos utilizar o conceito de gênero, uma categoria que surgiu nas Ciências Sociais, para dar conta dos símbolos, valores, das representações e práticas de cada cultura na relação entre um e outro sexo. Essa reformulação conceitual surgiu para mostrar as desigualdades entre homens e mulheres como uma construção histórica, social e política. Portanto, acontecem no campo político, cultural e relacional. Não foram dadas pela natureza. O conceito de gênero surgiu com o intuito de romper com o conceito de “sexo”, que analisa a relação entre homens e mulheres a partir da biologia, dos corpos sexuados. Portanto,

**A ausência de mulheres nos espaços de poder e de decisão significa um deficit na democracia e uma dívida da sociedade em relação a todas nós.**

gênero não é sinônimo de mulher. Refere-se aos distintos significados, social e político, existentes numa sociedade, ao se tratar do ser mulher e do ser homem.

É necessário lembrar que as desigualdades do presente têm as suas raízes na divisão sexual e social do trabalho, instituída com o surgimento da sociedade patriarcal, quando o trabalho masculino passou a ser supervalorizado e o trabalho feminino desvalorizado. Os espaços públicos e de poder foram dominados pelos homens. E, deles, as mulheres foram excluídas.

A supremacia do poder masculino estendeu-se pelos mais diferentes períodos históricos e, ainda hoje, tem força na sociedade contemporânea. Porém, com outros contornos e outras contradições.

Até hoje, as barreiras culturais têm um peso muito importante na exclusão das mulheres dos espaços políticos. Os padrões machistas a respeito da vida privada, o cuidado com os filhos e as tarefas domésticas fazem com que as mulheres tenham uma dupla jornada de trabalho, dificultando a sua participação social. Por isso, muitas mulheres ocupantes de cargos de direção são solteiras, viúvas ou divorciadas. E, quando têm filhos, são grandes, já criados. Portanto, todos esses fatores devem ser considerados na construção de novas práticas e cultura sindical. As demandas da vida privada das mulheres precisam ser consideradas na agenda dos sindicatos.

A Internacional da Educação tem reiterado que, sendo o Magistério um setor majoritariamente composto por mulheres, é imprescindível a construção de políticas eficazes de participação, formação política e empoderamento das mulheres.

Um passo importante foi a elaboração e publicação de um estudo revelando os obstáculos e as práticas que dificultam a participação das mulheres na vida sindical e apresentando uma série de recomendações para o fortalecimento da democracia sindical e construção de uma nova cultura.

Nesse aspecto, a política de cotas tem-se constituído num importante caminho. As cotas alteram a composição dos espaços de tomada de decisão, trazem diferentes pontos de vista e favorecem novos aprendizados. No entanto, não são uma solução mágica ou automática. Mas, sua aplicação rompe com a visão de que o poder é somente masculino. A aplicação das cotas não carrega um fim em si mesmo, mas inaugura diferentes perspectivas.

É uma construção política cuja base inclui novas configurações para a igualdade de condições entre homens e mulheres.

### Paridade nos sindicatos

Participar de direções sindicais é um direito político das mulheres. A ausência de trabalhadoras nesses espaços tem reflexos não apenas na organização sindical como também nas pautas de negociações que atingem diretamente a vida das trabalhadoras.

É um desafio para o movimento sindical incorporar uma nova concepção de trabalho e de organização sindical, de modo a considerar, na definição da política sindical, o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres no âmbito familiar e doméstico, levando, assim, em consideração as desigualdades de gênero e a divisão sexual do trabalho.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é, atualmente, uma importante referência na construção da igualdade no movimento sindical. O seu 11º Congresso aprovou a paridade de gênero na direção da entidade. Para o movimento nacional dos trabalhadores em Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), está colocado o desafio de realizar esse debate e aprimorar os espaços de participação das educadoras nos cargos de direção.

No âmbito da prática, para a Rede de Trabalhadoras da Educação da América Latina da IE, as organizações da categoria de educadores de cada país precisam, além da política de cotas, investir na seguinte agenda:

- » trabalhar mais a formação político-sindical das trabalhadoras;
- » incorporar novas temáticas na formação, tais como: conceito de gênero, vida pública e privada, direito e legislação, economia, análise conjuntural, entre outros;
- » garantir financiamento para o desenvolvimento de uma política de gênero;
- » incorporar cláusulas de gênero nas negociações coletivas;
- » realizar formação específica para os homens em temática de gênero, permitindo desenvolver uma nova masculinidade.

É assim que vamos rompendo os muros visíveis e invisíveis da exclusão e da discriminação, e engendrando a tão sonhada igualdade entre homens e mulheres, em todos os espaços da vida humana.

## As cotas alteram a composição dos espaços de tomada de decisão, trazem diferentes pontos de vista e favorecem novos aprendizados.

# Elas fazem a diferença



*Camila Vallejo: coragem para desafiar o sistema contra as políticas educacionais herdadas da ditadura no Chile*

Foto: Divulgação

**E**las são jovens, bonitas, estão nas redes sociais e contam com milhares de seguidores virtuais e reais. Com elas, o papo tem um ingrediente a mais: são protagonistas juvenis na luta por uma causa que faz a diferença na vida de seus países. Manuela Braga e Camila Vallejo, uma no Brasil, outra no Chile, representam uma juventude que defende um futuro melhor com educação pública de qualidade.

Em 2011, Manuela Braga foi eleita presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). No mesmo ano, Camila Vallejo, em seu país, o Chile, conseguiu levar às ruas mais de um milhão de pessoas durante manifestações pelas reformas estudantis.

Camila tornou-se uma espécie de porta-voz dos estudantes chilenos, um símbolo da revolta jovem contra o descaso em relação à educação pública. Seu prestígio se espalhou pelo mundo. No fim daquele ano, Camila estava na lista anual, feita pela americana *Time*, como uma das 100 Pessoas mais Influentes do Mundo, tendo sagrado-se ainda, pela *Newsweek*, como uma das 150 mulheres mais corajosas do Planeta. Leitores do jornal inglês *Guardian* também a elegeram, numa enquete na internet, a Pessoa do Ano de 2011. Além disso, a beleza de Camila fez com que o *New York Times* a chamasse de “a revolucionária mais glamurosa do mundo”.

**Militância** – Mas, não é sua beleza que a faz diferente. A jovem dirigente estudantil chilena desafiou o presidente Sebastián Piñera à frente da mobilização estudantil contra as políticas educativas herdadas da ditadura e mantidas pelos governos que se sucederam após a transição para a democracia. Para Camila, é fundamental que os jovens assumam um papel ativo na política.

“Não sou uma comunista inserida em um movimento social alheio a mim. Sou parte dele, bem como todos os meus companheiros das Juventudes Comunistas e do Partido Comunista (PC). Integramos esse movimento espalhado por todas as partes. Por outro lado, em cada fábrica, empresa, sindicato, associação de moradores ou



Manuela Braga, presidente da UBES, quer mobilizar mais jovens para integrar o movimento estudantil

mesmo no parlamento do Chile, em cada lugar onde há um comunista, luta-se para que o movimento social triunfe”, declarou Camila, que no início de 2013 foi lançada pelo PC candidata a uma vaga na Câmara dos Deputados de seu país.

Entre os livros e a militância, a verdade é que Camila e Manuela saíram do lugar comum e assumiram cada qual o seu papel de liderança frente aos governos, em defesa da educação como o mais eficiente fator de desenvolvimento de um país.

“Sempre me incomodei em conhecer estudantes pobres que não assistiam aula por não ter dinheiro para o transporte, em conhecer alunos do turno da noite sem dinheiro para a alimentação. Essa ainda é a realidade de muitos, não somente no nordeste, mas em todo o País”, explica Manuela.

**Antenados** – Essa pernambucana de 20 anos, aluna do Instituto Federal de Ensino de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IF-PE), espera ver o movimento estudantil secundarista ainda mais “antenado” com outras pautas, como a do preconceito contra as mulheres.

“Conheço muitas meninas, dentro das escolas deste país, que têm sonhos, inteligência e muita capacidade para participar dos grêmios, da UBES, mas sofrem preconceito e repressão de todos os tipos. São mal vistas pelas colegas, pela família, pela sociedade, que não compreende uma mulher

nova e livre, ter participação política, poder e voz. Isso precisa mudar”, enfatiza, convocando as potenciais lideranças jovens do Brasil a se tornarem protagonistas na mudança do roteiro de suas vidas e da nação.

Também para Camila, sua entrada no movimento estudantil e na militância tem ligação com “a vontade de mudança e transformação. A juventude vem atentando, cada vez mais, ao poder de transformar e acho que essa vontade que sempre tivemos, de romper paradigmas, é ela que a juventude vem vivendo e, com nosso acesso ampliado à educação, ao mundo do trabalho, temos indagado mais, questionado mais”, afirma.

**Inquietude** – A chilena não sabe precisar exatamente quando teve início esse seu interesse pela causa. Ela explica: “talvez na adolescência, quando comecei a me identificar com valores de esquerda, comuns à minha família. O que acontecia no mundo não me era indiferente, sentia que as pessoas não podiam permanecer de braços cruzados, que havia coisas a mudar”, recorda-se.

De acordo com a jovem do país vizinho, os princípios de solidariedade, de compromisso com a sociedade, de justiça estavam nela bastante arraigados e, como ela própria diz, “reforçaram-se na medida em que constatei o que faltava realizar no meu próprio país, especialmente a partir do momento em que entrei na universidade”, disse.

### Emancipação feminina –

Quanto à participação das mulheres em ações de protagonismo juvenil, Manuela lamenta a repetição do que sucede em instâncias mais elevadas de poder nos espaços ocupados pelas jovens que queiram participar politicamente. Segundo ela, embora reconheça que “a participação das mulheres vem acontecendo de forma significativa”, ainda se percebe a mesma dificuldade experimentada em níveis local e estadual repetindo-se no âmbito estudantil. “O menino pode participar e a menina não”, lamenta.

Manuela relembra o quanto é contraditório o fato de o Brasil viver um momento especial – depois da conquista do voto feminino, em 1932, elegeu recentemente uma mulher ao mais alto cargo do país – e, ainda assim, enfrenta graves dificuldades no que se refere à emancipação feminina.

“No movimento estudantil não é diferente, existe grande resistência e preconceito, do que é exemplo o fato de as meninas geralmente terem mais dificuldade em participar de atividades fora da escola. Acredito que essa realidade será totalmente transformada, com mulheres ocupando cada vez mais os espaços de decisão e, por fim, quando transformamos a sociedade, conquistando espaço tanto para homens como para mulheres”, aposta.





# Não há vagas



Foto: Arquivo do Ministério do Trabalho

**Texto:** Maurício Angelo  
e Laura Veridiana

## Sobram promessas e faltam planejamento e execução na construção de creches pelo país afora

**A**cena é conhecida e bem familiar. Parece algo normal e esperado no Brasil. Mães, tias e avós madrugando em filas, às vezes literalmente acampando, esperando até mais de um dia para tentar conseguir uma vaga na creche ou na escola para o filho, o sobrinho, o neto. Da enorme massa de pessoas que tentam desesperadamente uma chance, o “normal” é que apenas algumas, vencido esse processo desumano, recebem uma senha. Um passe. Para uma nova espera e um novo cadastro.

É triste que isso seja encarado com “normalidade”. Que já não “choque” mais ninguém. A resposta

do governo também é conhecida: a presidenta Dilma Rousseff prometeu entregar 6 mil creches até 2014, mas, até o momento, só construiu 7. Segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, apenas 18% das 10 milhões de crianças que deveriam estar em creches estão matriculadas. Para suprir a demanda, seriam necessárias cerca de 19 mil unidades, muito além, portanto, das 6 mil unidades previstas.

Parece um jogo de gato e rato com a vida humana. É a proposta



Valéria paga creche particular para poder trabalhar

de enxugar gelo. De oferecer uma solução que, mesmo cumprida na totalidade, não chegará nem perto de resolver o problema. Enquanto isso, milhares de mulheres aglomeram-se em filas pelo Brasil afora.

Valéria Clemente de Araújo, 37, é moradora de Valparaíso, cidade do estado de Goiás que faz parte do entorno do Distrito Federal.

Valéria, que trabalha num café de um prédio comercial localizado na área central de Brasília, procurou vaga em creche pública para o filho Mateus, hoje com 7 anos. E, como muitas de suas amigas, não achou. Foi obrigada a pagar uma instituição particular para o garoto, que frequenta a creche desde os 4 meses de idade e atualmente divide seu tempo entre a creche a escola, onde cursa a 1º série. Valéria chega a gastar R\$ 300,00 por mês do seu salário com algo que é de seu direito, mas não é oferecido. “É humilhante. Muito complicado para uma mãe passar por isso. Minhas amigas também foram obrigadas a partir para creche particular. Além de Valparaíso, também não encontramos vagas em Brasília porque eles dão chance para

quem é daqui. Para nós, de fora, eles querem que fiquemos por lá, não desejam nossos filhos misturados com os meninos aqui de Brasília. Existe muito preconceito”, conta.

Como o ensino integral não está implantado nas escolas da cidade em que Valéria mora e na maioria das cidades do país, ela precisa continuar pagando a creche em paralelo com a escola.

### Para especialistas, situação é precária

A primeira meta do Plano Nacional de Educação (PNE) é clara: “ampliar, até 2020, a oferta da educação infantil de forma a atender 50% da população de até 3 anos”. Como tantas outras metas do PNE, essa também está muito longe de se tornar realidade. Segundo Leila Regina Lopes Rebouças, assistente técnica da ONG Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), há várias deficiências impedindo que essa política avance.

“O que se vê nos estados, quanto à dificuldade de implementação dessa meta, é a falta de capacidade da gestão pública, incluindo a burocracia

para a contratação de serviços que promovam licitações. O impacto na vida das crianças e mulheres é avassalador. Impede não apenas o acesso das crianças a uma educação primária de qualidade como também das mulheres ao mercado de trabalho, conquistando autonomia”, afirma.

Leila alerta quanto à dificuldade de serem obtidos dados precisos.

“Dizem que estão construindo creches, mas quando se vê ainda estão em fase de processo licitatório de sondagem, topografia. Há toda uma propaganda criando uma falsa ideia de que a política está sendo implementada. O sucesso da política depende do compromisso do Governo, dos gestores e da transparência do processo”, lembra Leila.

Para Salomão Ximenes, coordenador do programa Ação na Justiça da ONG Ação Educativa, os dados do Censo Escolar 2010, que diferem daqueles coletados nos Censos Educacionais – uma vez que estes últimos medem matrículas em instituições de ensino regulares –, demonstram que em 2010 a taxa de frequência a creches, da população com idade entre 0 e 3 anos, era de 23,5%. “Simplesmente repetir essa meta no novo PNE – manter 50% até 2020 – não pode ser admitido, pois significaria manter como está o ritmo de expansão, admitindo que durante toda a próxima década a

## CRECHES - QUASE NADA

- » 1.140 em construção
- » 1.342 em planejamento
- » 503 em licitação
- » 17 paralisadas
- » 10 projetos reformulados

Fonte: Ministério da Educação/2012

maioria das crianças continuará excluída”, afirma.

Salomão defende que o PNE, ainda em discussão no Congresso Nacional, determine o atendimento de no mínimo 50% da população de 0 a 3 anos até o seu quinto ano de vigência. Até o décimo ano, seria atendida toda a demanda manifesta, ou seja, todas as crianças cujos pais ou responsáveis venham a buscar uma vaga na rede pública. “Também é importante o PNE estabelecer metas de equalização regional e por rendimento das famílias, porque hoje boa parte do atendimento se dá nos municípios e para famílias mais ricas, que ‘puxam’ a taxa de escolarização para cima. É fundamental, do ponto de vista da justiça social, as metas estabelecidas no PNE serem atingidas em cada município”, completa.

### Avanço lento

Nos últimos anos, no entanto, medidas e programas, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento

*Leila Rebouças: falta de creches compromete autonomia das mulheres*



da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Brasil Carinhoso e o Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) simbolizaram um passo importante para dar início à mudança desse quadro. O FUNDEB, criado em 2006, incluiu a educação infantil no rateio de recursos para o financiamento da educação infantil. Ainda assim, um dos principais problemas é o baixíssimo valor assegurado para as matrículas em creches e pré-escolas, que divergem bastante do custo real, como demonstra o estudo sobre o Custo Aluno-Qualidade Inicial, desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e aprovado pelo Conselho Nacional de Educação.

Essa diferença acaba estimulando o atendimento precário, em tempo parcial e em instituições privadas conveniadas com o poder público. O FUNDEB não estabelece limites para matrículas em instituições conveniadas, as quais costumam oferecer remuneração muito inferior ao patamar estabelecido pelo Piso Nacional do Magistério.

O Brasil Carinhoso, criado em 2012 para ajudar a reduzir a pobreza extrema, acrescenta ao valor do Bolsa Família R\$ 70,00 para cada membro da família com filho de até 15 anos. Já o ProInfância oferece assistência financeira ao Distrito Federal e aos municípios para construção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação infantil. Tais auxílios, no entanto, estão longe de garantir a oferta necessária e sofrem com a execução final, sendo, muitas vezes prejudicados e até paralisados pela burocracia, pela incompetência e pela corrupção.

## Metas

**Em conjunto com entidades que acompanham de perto o tema, como a própria Ação Educativa e a Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, há uma série de medidas lembradas por Salomão que poderiam acelerar o processo de democratização do acesso à educação infantil de qualidade. São elas:**

- 1** Implementar o Custo Aluno-Qualidade Inicial em todas as etapas da educação básica;
- 2** Estabelecer um limite temporal e quantitativo para a terceirização da educação infantil, determinando a progressiva substituição dos convênios por atendimento regular, como determina inclusive a legislação trabalhista;
- 3** Apoiar, efetivamente, os Municípios que comprovem insuficiência de recursos próprios para o pagamento do Piso Nacional, incluindo ainda, na carreira do magistério, todos os professores que atuam com educação infantil;
- 4** Reforçar as ações de investimento para construção e compra de equipamentos para novas unidades;
- 5** Elevar por, no mínimo 10 anos, a vinculação constitucional de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, vinculando 25% dos impostos da União e 30% dos impostos e transferências de estados e municípios;
- 6** Promover a responsabilização política, civil e penal dos administradores não cumpridores da legislação quanto ao financiamento da educação e à valorização do magistério.

# A mulher brasileira e sua participação nos cargos de decisão sindicais



**Marta Vanelli**

Secretária geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

**A julgar pelos números, o poder das mulheres ainda deixa a desejar em cargos de direção nos sindicatos**

**A** mulher brasileira tem tido papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do País. Seu mais recente perfil, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que, em uma década, as mulheres estudaram mais, aumentaram sua presença no mercado formal de trabalho, incrementando, assim, a sua jornada.

O total de mulheres ocupadas, entre 2001 e 2011, cresceu de 43,2% para 54,8%. Simultaneamente, houve o adiamento da maternidade em todas as faixas etárias. Dados do Instituto mostram que, em 2001, das mulheres entre os 25 e 29 anos, 31% não tinham filhos. Em 2011, o percentual subiu para 40,8%. Enquanto isso, a taxa de fecundidade caiu para 1,95 filho por mulher.

Hoje, há mais crianças nascidas de mães com idade entre 30 e 34 anos do que de 15 a 19 anos. Há dez anos, o cenário era completamente diferente. Pelo que nos informa a publicação Estatísticas do Registro Civil 2011, do mesmo IBGE, também na hora de casar, nenhum grupo ganhou tanta participação quanto o das mulheres com mais de 30 anos. E mais: ao longo dos anos, também aumentou, no Brasil, o número de brasileiras que são chefes de família. Enquanto em 1996, 20,81% dos lares tinham como chefe uma mulher, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), ano base 2011, passamos a ter 37,4% das famílias com uma mulher como pessoa de referência, o que revela um acréscimo digno de nota.

A mulher está mais forte e com maior escolaridade, mas o caminho para a representatividade e a participação em cargos de comando e direção, principalmente em entidades de classe, ainda é difícil de ser observado. O que se percebe é que há uma longa estrada a percorrer.

A classe trabalhadora é composta por homens e mulheres e essas, em nossa sociedade capitalista, além de oprimidas em função de sua classe, também o são por seu gênero. Fazem parte de sua realidade a dupla jornada, os baixos salários, o trabalho precário e o assédio moral e sexual.

Os dados sobre a participação das mulheres comprovam que elas ainda têm uma participação sindical inferior não correspondente à sua inserção no mercado de trabalho. E, por mais que a sindicalização das mulheres tenha aumentado, nas diretorias das entidades essa inserção não as permite ocupar os três cargos tradicionalmente considerados mais importantes: presidência, secretaria geral e tesouraria.

No meio sindical, as mulheres ficam segregadas nos cargos de menor poder político. Tal constatação é uma demonstração clara de que nas relações sociais de gênero há uma divisão sexual de poder, concretizada no cotidiano das entidades, nos cargos, nos mecanismos de poder sindical – seja no discurso, na experiência sindical, no tempo de mandato, na coordenação dos trabalhos em assembleias, nas

---

**A luta pela paridade fortalece a luta das mulheres para garantir a igualdade no interior do movimento sindical, no qual a maioria das mulheres convive com o machismo secular dos homens.**

viagens a Congressos, nos cursos de formação, etc.

Desde a criação da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora, em 1986, hoje Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora, da Central Única dos Trabalhadores, foram editadas muitas publicações para contribuir com o debate, até mesmo aprofundando-o onde já se fizesse presente, sobre a distribuição do poder entre as mulheres nos sindicatos.

A resolução do 11º Congresso Nacional de 2012, ao aprovar a paridade nas direções, indica que “participar de direções sindicais é um direito político das mulheres. (...) A aplicação da paridade é um passo importante para a construção de políticas que alterem as condições de participação política e sindical das mulheres”.

Essa resolução já reflete as mudanças na composição de cargos nas CUT estaduais. Assim é que, das 27 representações, oito têm mulheres na presidência, representando 29,6% do total.

A CNTE é composta por entidades sindicais representantes de profissionais da educação básica e, segundo as pesquisas, 82% desses profissionais são do sexo feminino. Paradoxalmente, durante esses 19 anos, da aprovação da cota até a paridade, a presença de mulheres na direção da CNTE oscilou de 23% (na gestão de 1993 a 1995) a 67% (na gestão de 2005 a 2008). No centro do poder, as mulheres alcançaram 33% na gestão de 1997 a 1999 e 67% nas gestões de 2002 a 2005 e de 2005 a 2008, períodos em que a primeira e única mulher, Juçara Dutra Vieira, ocupou a presidência.

Como demonstrado no Box ao lado, analisando a composição das atuais direções dos sindicatos filiados à CNTE, assim como a sua presença nos principais cargos de poder,

percebemos que, na grande maioria dos sindicatos, o percentual de mulheres nas direções é razoável. No entanto, a situação muda quando verificamos o percentual de mulheres no centro do poder. Das 44 entidades filiadas, 20 têm mulheres na presidência, representando 45%.

Merece registro o fato de que são os sindicatos da região sul os que concentram o maior percentual feminino nas direções e no centro do poder. Um destaque também deve ser dado ao SindUTE/MG, ao SINTEAL/AL e ao CPERS/RS, entidades estaduais, e aos sindicatos municipais: SINTERG/Rio Grande/RS, SINPROSM/Santa Maria/RS, SINTERPUM/Timon/MA e SINPMOL/Olinda/PE, onde todo o poder está com as mulheres.

Continuando, temos ainda um outro importante destaque: a APEOESP/SP, maior entidade filiada, tem 47% de mulheres na direção, as quais detêm 67% dos cargos detentores de maior poder. Também é preciso destacar que os dois sindicatos de funcionários/as de escolas, SAE/DF e AFUSE/SP, possuem 50% e 59%, respectivamente, de mulheres na direção sem que, no entanto, sua participação se localize no centro do poder.

Ao aprovarmos a paridade nas direções, não podemos confundir-la com divisão de espaço de poder e de decisão nas entidades, os dois são diferentes, conforme vivenciamos hoje nas direções dos sindicatos. Ao implementar a paridade, que é um aspecto da democratização do espaço sindical, precisamos lutar para garanti-la também nos espaços de poder e decisão, aspecto que aprofunda a paridade. Afinal, estatisticamente, o perfil da mulher brasileira já demonstra sua força e seu papel determinante na vida do País. O que falta é fazer valer o que já está indicado na prática.

| Sindicato/Estado e ou Município | % de Mulheres na Direção | % de Mulheres nos Principais Cargos |
|---------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| SINTEAM/AM                      | 47%                      | 33%                                 |
| SINTEPP/PA                      | 34%                      | 33%                                 |
| SINTET/TO                       | 30%                      | 0%                                  |
| SINTERO                         | 27%                      | 33%                                 |
| SINTERR/RR                      | 38%                      | 0%                                  |
| SINTEP/MT                       | 48%                      | 60%                                 |
| FETEMS/MS                       | 37%                      | 40%                                 |
| SINPRO/DF                       | 54%                      | 33%                                 |
| SAE/DF                          | 50%                      | 0%                                  |
| SINTEGO/GO                      | 64%                      | 67%                                 |
| APLB/BA                         | 50%                      | 0%                                  |
| SINTESE/SE                      | 70%                      | 60%                                 |
| SINTEAL/AL                      | 89%                      | 100%                                |
| SINTEPE/PE                      | 35%                      | 33%                                 |
| Sinproja/PE*                    | 67%                      | 67%                                 |
| Sinpmol/Olinda - PE             | 67%                      | 100%                                |
| SIMPERE/Recife - PE             | 74%                      | 67%                                 |
| SINTEP/PB                       | 46%                      | 17%                                 |
| SINTE/RN                        | 48%                      | 60%                                 |
| APEOC/CE                        | 41%                      | 33%                                 |
| SINDIUTE/CE                     | 80%                      | 75%                                 |
| SINTE/PI                        | 49%                      | 33%                                 |
| SINPROESSEMA/MA                 | 44%                      | 50%                                 |
| SINTERPUM - Timon - MA          | 100%                     | 100%                                |
| SindUTE/MG                      | 57%                      | 100%                                |
| APEOESP/SP                      | 47%                      | 67%                                 |
| AFUSE/SP                        | 59%                      | 0%                                  |
| SINPEEM/SP                      | 55%                      | 33%                                 |
| SINDIUPES/ES                    | 37%                      | 25%                                 |
| APP/PR                          | 47%                      | 67%                                 |
| SINTE/SC                        | 53%                      | 67%                                 |
| CPERS/RS                        | 67%                      | 100%                                |
| SINPROSM/Santa Maria - RS       | 83%                      | 100%                                |
| SINTERG/Rio Grande - RS         | 80%                      | 100%                                |
| CNTE                            | 38%                      | 33%                                 |

\* Jabotão dos Guararapes - PE



# HPV – A prevenção começa na escola

**DF sai na frente e deve vacinar em 2013 cerca de 190 mil meninas em toda a rede de ensino público**

**F**alta pouco para uma nova vacina ser incorporada ao calendário de imunização do Governo Federal. Já foi aprovado pelo Senado Federal um Projeto de Lei que determina a vacinação de meninas de 9 a 13 anos de idade contra o Papilomavírus humano (HPV). O texto, é bem verdade, ainda precisa ser aprovado pela Câmara dos Deputados, o que deve ocorrer ainda em 2013, segundo previsão da autora da matéria, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O HPV não é muito conhecido pela população em geral, apesar de ser o responsável pelo câncer do

colo de útero em 90% dos casos. Para preveni-lo é recomendado não apenas o uso do preservativo (camisinha) como também a vacinação, mas essa ainda é recente e cara. Nas clínicas particulares, custa em média R\$ 1.000,00.

**Mortalidade** – De acordo com a senadora Vanessa Grazziotin, “o câncer de colo uterino é o segundo tumor maligno de maior incidência na população feminina, no Brasil, só perdendo para o câncer de mama, constituindo-se num problema grave na área da saúde da mulher”. Ela explicou que a estimativa é de que quase 5 mil pessoas morram por ano



em decorrência da doença, acrescentando que “as maiores vítimas são as mulheres de baixa renda”.

A motivação da senadora em apresentar o material ao Congresso Nacional deu-se, principalmente, em função de “o Brasil ser um dos líderes mundiais de incidência da doença, entre as mulheres até os 25 anos”. Ela destacou que na região Norte a situação ainda é mais crítica, sendo a causa mais comum de morte por câncer.

**Saiu na frente** – A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que a vacinação contra HPV seja incluída nos programas nacionais de

imunização. Nesse sentido, o governo do Distrito Federal decidiu se antecipar ao Projeto de Lei em andamento no Congresso e já no primeiro semestre de 2013 iniciará a vacinação de crianças entre 11 e 13 anos de idade.

Cerca de 190 mil meninas, nessa faixa etária, deverão ser vacinadas em toda a rede de ensino público, explica Marília Coelho, subsecretária de Vigilância à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. O processo de imunização será realizado em parceria com a rede educacional e, conforme detalha a subsecretária, e vai além da simples vacinação em si. “Estamos trabalhando com a Secretaria de Educação para realizar um trabalho junto às famílias, cuja proposta é a de explicar a importância da vacina e esclarecer o porquê de sua aplicação em crianças, antes do início da vida sexual, justamente pelo fato de a imunização ser recomendada principalmente em meninas e adolescentes, antes do início da vida sexual, quando sua eficácia é de quase 100%”.

**Campanha** – Haverá, portanto, um intenso trabalho de divulgação. Já foi elaborada uma cartilha para explicar a vacina, seus efeitos, sua eficácia e sua importância e, ainda segundo Marília, está se desenvolvendo “um trabalho junto aos educadores, para que haja reuniões com as famílias das meninas para serem dadas as explicações necessárias”.

A imunização será feita no próprio colégio, desde que a criança ou adolescente tenha autorização dos pais para receber a dose, a ser aplicada em três etapas – uma a cada mês.

Em complemento, será realizada uma campanha publicitária de esclarecimento das famílias para que exista uma ampla compreensão quanto à necessidade das crianças se

vacinarem contra o HPV. “Vamos explicar a importância da vacina para a fase adulta da criança. O exemplo será o da vacina de poliomielite e de tuberculose, que tomamos quando somos crianças, com um mês de idade, e que elas valem para o resto da vida”, contou.

Pesquisas revelam serem as meninas que ainda não fizeram sexo as principais beneficiadas. Para as mulheres, o indicado é manter a rotina de realização do exame Papanicolau e de prevenção das DST pois, mesmo comprovada a eficácia da vacina e mesmo sua aplicação ocorrendo em larga escala, a redução significativa dos indicadores da doença pode demorar algumas décadas.

Segundo o Ministério da Saúde, a vacina funciona estimulando a produção de anticorpos específicos para cada tipo de HPV. A proteção contra a infecção dependerá da quantidade de anticorpos produzidos pelo indivíduo vacinado. A duração da imunidade conferida pela vacina ainda não foi determinada, principalmente pelo pouco tempo em que é comercializada no mundo, desde 2007.

*Senadora Vanessa Grazziotin, autora do projeto*



Foto: Divulgação

# A diferença é o respeito

**O** ano de 2012 trouxe uma mudança significativa para todos nós. É que a chamada tradicional família brasileira deixou de apresentar um perfil de tipo “clássico” já que, pela primeira vez em nossa história, o Censo capturou uma nova realidade no País: os novos arranjos familiares, que passaram a responder por 50,1% dos lares.

São as “famílias-mosaico”, que abrigam pais separados, mães ou pais sozinhos com filhos, netos e avós morando sob o mesmo teto e casais em união homoafetiva.

No último levantamento foi preciso listar pelo menos 19 laços de parentesco para dar conta dos novos tipos de família que respondem por 28 milhões de lares, sendo 60 mil deles habitados por pessoas que compõem estruturas homoafetivas. Desse total, a maioria, 53,8%, é formada por mulheres.

Cada vez mais, casais homoparentais estão adotando e tendo seus próprios filhos. Mas, se, por um lado, gays e lésbicas estão preparados para, felizes, terem filhos, por outro, a sociedade ainda caminha para aceitar essas novas famílias.

**Avanço** – O Brasil vive nos últimos anos uma sequência de avanços na garantia dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT), em virtude da conquista de várias medidas: a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento

à homofobia, o estabelecimento de decisões no Supremo Tribunal Federal (STF) a favor de união homossexual, a estruturação de políticas públicas específicas, a garantia de mudança de sexo a cargo do Sistema Único de Saúde (SUS), a recomendação do Ministério da Educação para o uso do nome social de travestis nas escolas.

A realidade tem levado as escolas a conviver com situações e questionamentos que as desafiam a se adequar e a enfrentar com naturalidade o que hoje já é uma realidade para milhares de crianças e adolescentes. “Existem questões de fundo,



Miriam Debieux Rosa: naturalidade com os novos arranjos familiares





como trabalhar junto aos professores e escolas que esse é um novo tipo de família e que as funções parentais maternas e paternas podem ser exercidas independentemente do arranjo familiar”, explica Miriam Debieux Rosa, professora de Psicologia e Psicanálise na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e Universidade de São Paulo (USP).

Já existe na rede de ensino pública e privada, e mesmo por parte do governo, a preocupação de abordar a questão da homoafetividade. “É uma discussão nacional, é uma necessidade social contemporânea que temos que discutir, debater e fazer avançar para garantia de direitos dessas pessoas”, esclarece Ana José Marques, – coordenadora de educação em diversidade, da Secretaria de Educação do governo do Distrito Federal.

No Paraná, na cidade de Londrina, os alunos do colégio estadual Vicente Rijo convivem há mais de dois anos com uma alternativa para estudantes transexuais e travestis. Eles têm a opção de poder usar um banheiro para alunos homossexuais.



Foto: Kátia Maia

A medida foi aprovada pelo Conselho Escolar e segundo a direção da escola, foi adotada porque dois alunos reclamaram de constrangimento no sanitário masculino. Outras situações pontuais aconteceram e, desde então, o banheiro dos professores passou a ser utilizado como alternativa para esses alunos.

Na época, um estudante de 17 anos (que não quis se identificar) disse que aprovava a medida. “Meninos ficam olhando com cara feia”, afirmou o jovem.

Na avaliação dos professores e da direção da escola, a medida não é discriminatória e não visa isolar os homossexuais, mesmo assim, não pretendem estimular que mais alunos utilizem os banheiros já denominados alternativos. “O nosso objetivo é a educação. É conscientizar para que essas realidades possam ser trabalhadas de forma que todos tenham direitos”, declarou o diretor Donizetti Brandino.

O presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Toni Reis, criticou a medida adotada no Colégio Estadual Vicente Rijo, classificando a iniciativa como “segregacionista”.

“É uma solução simplista para uma situação complexa. Somos totalmente contra. Você não pode ir criando banheiros, bibliotecas, salas especiais para pessoas com especificidades. As individualidades precisam ser respeitadas. É um princípio totalmente equivocado” declarou Reis em 2012.

**Aprendizado** – O respeito à diversidade é um tema que tem sido discutido na escola, até porque “é na infância que se aprende a lidar com a diferença”, destaca Tatiana Lionço,

*Ana José Marques: debate é uma necessidade social contemporânea*



Foto: Divulgação

*Tatiane Lionço: “é uma questão de saúde pública”*

docente de graduação e mestrado e ativista LGBT.

Tatiane lembra que “Respeito à Diversidade se Aprende na Infância” foi tema do 9º Seminário LGBT realizado pela Câmara dos Deputados, em Brasília, em 2012. No evento, foi retomada a discussão iniciada quando da apresentação do projeto “Escola Sem Homofobia”. Foram debatidas a educação, o ambiente escolar, a homofobia na infância e a adolescência e a sexualidade na infância e adolescência.

“Não é uma questão ideológica discutir sexo e drogas com crianças e adolescentes, é uma questão de saúde pública, pois trata-se de discutir prevenção, questões de civilidade, ética relacional, como o enfrentamento da misoginia, do machismo, da discriminação por orientação sexual”, conclui Tatiane Lionço.



# Música sem barreiras

Joyce, Lurdez da Luz e Karina Buhr: tradicionais e novas vozes da música brasileira usam a arte para abordar a igualdade de gênero

Texto: Maurício Angelo

*Joyce Moreno, uma das pioneiras do olhar feminino na MPB*

**E**specialmente a partir dos anos 60, ao lado das profundas mudanças e revoluções pelas quais a sociedade passou em todo o mundo, a música se constituiu, de maneira destacada, como uma seara de combate e enfrentamento, intensificada em países que passaram por uma ditadura, como foi o caso do Brasil.

Entre inimigos bem conhecidos, como o próprio regime militar, gerador de dezenas de canções de protesto, e o exílio de nomes consagrados da nossa MPB, existiam temas mais delicados, como o machismo e a igualdade de gênero.

Joyce Moreno foi uma das primeiras vozes a encarar esse “Brasil moderno” sob a ótica feminina,

compondo em primeira pessoa e trazendo para o centro da discussão um hábito considerado normal na época, questionando-o, em sua prática de artista. “Eu achava ridículo quando ouvia uma mulher cantando no neutro ou até no masculino. E também achava estranho ouvir músicas de autores homens falando no feminino, ainda que algumas dessas músicas fossem muito bonitas. Aos 18 anos, comecei a compor no feminino, a falar de questões da mulher, e não parei mais”, afirma a artista, hoje com quase 50 anos de carreira, dezenas de discos gravados, atuante nos palcos do Brasil e do mundo e também na web, por meio do blog <http://outras-bossas.blogspot.com.br/>

Herdando um legado dos tempos do teatro de revista e das “rainhas do rádio”, a bossa e a nova MPB chegaram com tudo com nomes como Joyce e também Gal Costa, Maysa, Maria Bethânia, Elis Regina, Clara Nunes, Nara Leão, entre tantas outras. Para Joyce, cada uma pode contribuir à sua maneira para a mudança do pensamento vigente. “No meu caso pessoal, sempre me interessou mais o aspecto da composição, da fala feminina direta e da criação de uma linguagem própria. O mais complicado, em 1968, ano do meu disco de estreia, foi o fato de eu ser uma compositora, compondo no feminino singular. Isso, sim, foi considerado estranho na época. Mas, de todo modo,

acho que todas deram uma contribuição, cada uma do seu jeito”.

Joyce se considera uma “feminista pós-movimento feminista”, por preferir a posição das teóricas feministas francesas, mais inclusiva e solidária, à das feministas americanas, vista por ela como agressiva demais em relação aos homens. “Na nossa realidade brasileira, o mais importante é ajudar os homens a se libertarem de certos preconceitos machistas, às vezes tão gravados no inconsciente que eles mesmos não percebem. E partir para uma relação mais igualitária mesmo”, pondera.

Das pioneiras até hoje, a música e a sociedade brasileira passaram por mudanças, ao mesmo tempo em que continuam carregando o ranço do machismo, tratado por novos nomes e novos rostos. É o caso não só de Lurdez da Luz e Karina Buhr, que deram o seu depoimento para a *Mátria*, mas também de Juliana Kehl, Vanessa da Mata, Thais Gulin, Tulipa Ruiz, Bárbara Eugênia, Céu, Roberta Sá, Ana Cañas, Marina De La Riva, Aline Calixto, Bluebell, Luisa Maita e outras, que colocam a mulher no centro do que de melhor é feito na música da atualidade.

### Lurdez da Luz: voz feminina no rap

O rap e o hip-hop sempre foram estilos considerados machistas e misóginos, caracterizando a maioria de suas criações pela agressão direta a mulheres e inferiorizando-as ao papel de objeto sexual, especialmente no hip-hop feito nos Estados Unidos.

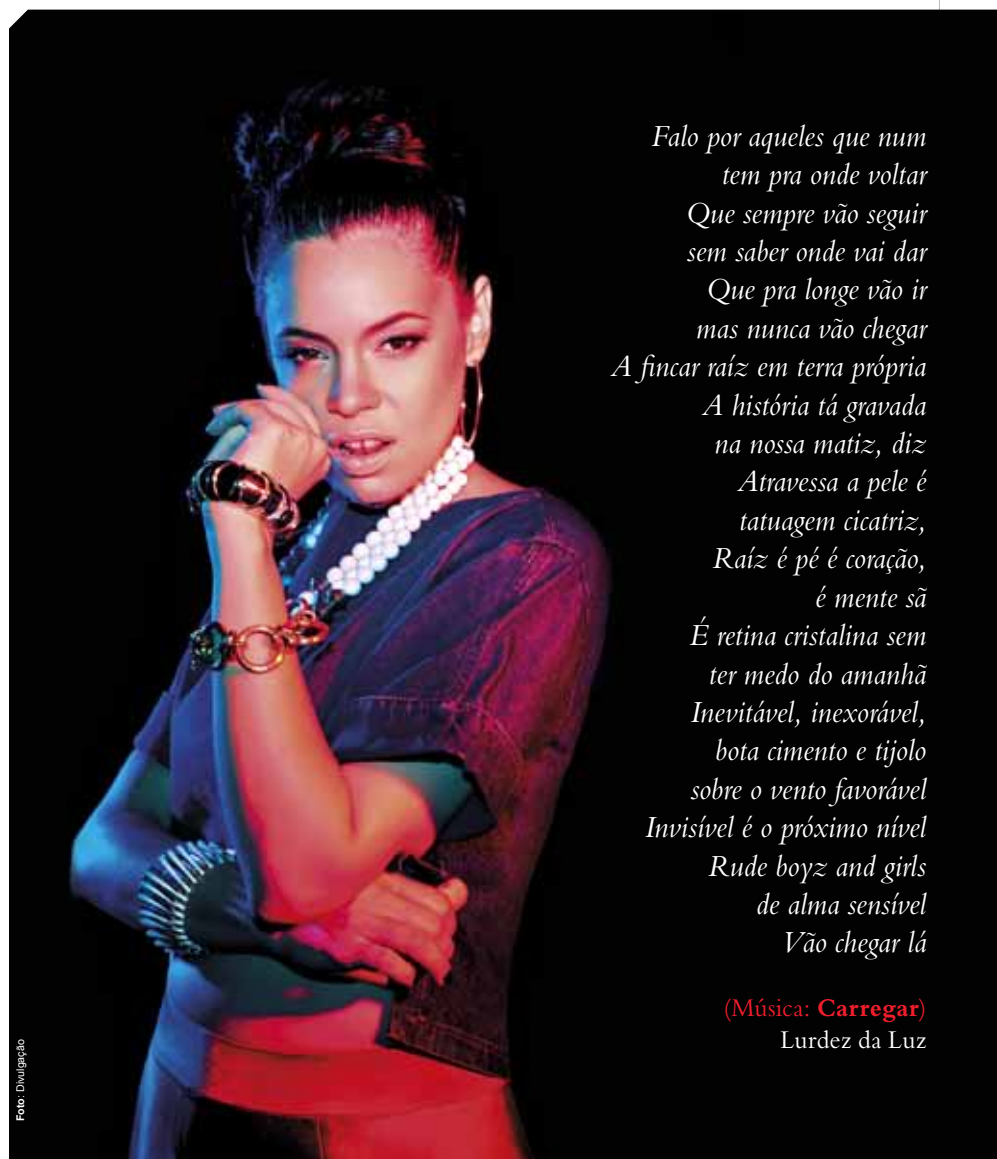
No Brasil, ainda que esse padrão não seja seguido à risca, o rap sempre foi mais resistente a mudanças. E uma nova leva de mulheres começa a mudar esse cenário. Lurdez da Luz é um dos principais nomes desse momento, ao lado de outras *rappers*, como Karol Conká, Flora Matos e Stefanie Ramos.

Lurdez nasceu em São Paulo e foi integrante do grupo Mamelô Sound System, surgido no fim dos anos 90, até partir para a carreira solo, em 2009, ganhando reconhecimento nacional e internacional. Para Lurdez, a melhor maneira de combater o preconceito é compor e escrever livremente. “Acho que você se libertar ao máximo, escrevendo o que quer que seja, sem se preocupar com setores que vão achar ruim, essa é a melhor forma de combate. Meu primeiro compromisso é fazer uma música que eu ache muito legal de ouvir e que traga inovação de alguma forma”.

O caráter de conscientização intrínseco ao rap ganha novos contornos

na voz e na mente de uma mulher. “Sempre tenho alguma mensagem para propagar, um MC tem que ter isso claro, a responsabilidade pelo seu discurso. Quero ser uma voz ativa que representa muita gente e interesses maiores, mesmo quando trato de uma letra pessoal”.

Segundo Lurdez, um novo público está sendo atraído para esse gênero musical. “Vejo que o rap feito pelas mulheres tem trazido um novo público para ele, pessoas que gostam de outros estilos musicais, que têm outras experiências e que não gostavam antes de rap. Acho que a sensibilidade e a diversidade expostas nas letras são fundamentais para isso”, finaliza.



*Falo por aqueles que num  
tem pra onde voltar  
Que sempre vão seguir  
sem saber onde vai dar  
Que pra longe vão ir  
mas nunca vão chegar  
A fincar raiz em terra própria  
A história tá gravada  
na nossa matiz, diz  
Atravessa a pele é  
tatuagem cicatriz,  
Raiz é pé é coração,  
é mente são  
É retina cristalina sem  
ter medo do amanhã  
Inevitável, inexorável,  
bota cimento e tijolo  
sobre o vento favorável  
Invisível é o próximo nível  
Rude boyz and girls  
de alma sensível  
Vão chegar lá*

(Música: **Carregar**)

Lurdez da Luz

# Karina Buhr: direto ao ponto

**K**arina Buhr é um dos principais nomes da nova geração de compositoras brasileiras. A baiana que cresceu em Recife começou no Comadre Fulozinha, um coletivo de artistas, e partiu para a estreia solo em 2010. De imediato, Karina foi celebrada como uma das mais incisivas vozes de sua geração, além de ter sido reconhecida não só pela incendiária *performance* de palco que a caracteriza, como também pela postura mais agressiva e direta nas letras e nas causas que defende, entre elas, o feminismo.

Em 2012, Karina lançou o projeto “Sexo Ágil” no Dia Internacional da Mulher (08 de Março), tentando justamente alertar para o machismo escondido em comportamentos do cotidiano, tanto de homens quanto de mulheres. Na entrevista a seguir, Karina revela essa característica marcante, fala com propriedade sobre aquilo que a incomoda e discorre sobre como a arte pode contribuir para promover mudanças.



Foto: Divulgação

**Revista Matria** – Quando se trata de igualdade de gênero, você tem uma das atuações mais notáveis e intensas seja nas letras, seja na performance de palco, seja até na sua participação na prática e nas redes sociais. Como todos esses pontos convergem para uma luta direta e indireta contra o machismo e o preconceito?

**Karina** – Isso faz parte do dia a dia de todos nós. Esse assunto tem que ser discutido sem cessar, todos os dias das nossas vidas, entre homens e mulheres. Esse é o único jeito das mudanças acontecerem. É tão da nossa cultura essa agressão – vinda dos homens para as mulheres e das mulheres contra elas mesmas – que já se tornou quase natural, é triste perceber essa realidade a cada minuto. Como também é triste ver mulheres aceitando tais práticas, ou chamando de “feminista chata” quem luta contra isso.

**RM** – Ainda faz sentido falar em “machismo” na música popular brasileira atual?

**K** – Infelizmente, faz todo sentido. A música popular brasileira não está fora da nossa tradição machista. Música é tida como coisa de homem, as mulheres têm até o direito de participar, mas num lugar bem menor, sem dividir o papel de agente motor das coisas. Os homens são os gênios, as mulheres são as musas. Homens respeitadíssimos no que fazem podem existir um sem número deles, já às mulheres é reservado o lugar da disputa. Mesmo que isso não seja verdade, de jeito nenhum, entre elas, a mídia cria uma disputa eterna e sempre as desvaloriza, a todas elas, sem exceção, mudando o tom de acordo com as situações.

O discurso é de que os grandes compositores são os homens e as mulheres..., “ah... existe até uma que compõe bem, mas o que faz são composições ‘de

mulheres’”, elas são um setor especial, inferior. É assim que é, como se assim verdadeiramente fosse.

**RM** – Como o machismo da sociedade reflete no campo artístico?

**K** – Reservando aos homens o papel de gênio e às mulheres o de seguidoras de algum gênio homem. Limita a ação das mulheres. Os “grandes”, tanto quanto na ciência, são homens. Para as mulheres existe um setor especial, como falei na resposta anterior. É triste, agressivo e opressor, como em todos os outros setores da nossa vida.

**RM** – Como você sente a recepção e a abordagem do público e da mídia ao trabalho das cantoras, nos últimos anos?

**K** – Existe uma tendência a colocar todas as mulheres no mesmo balaio e também de chamar todas de cantoras, mesmo quando algumas são bem mais compositoras do que cantoras, como é o meu caso e de outras também. Não há nenhum problema em ser “só” cantora, claro. Mas, não deixa de ser uma maneira de minar nossas ideias, nossas criações e nos colocar num patamar apenas de análise das potencialidades vocais. Sendo que a arte e a comunicação na arte vão muito além disso. Mulheres que fazem trabalhos completamente diferentes uma das outras são tratadas de maneira igual e como se fizessem a mesma coisa.

**RM** – Fale um pouco sobre a origem e o objetivo do seu projeto “Sexo Ágil”.

**K** – A origem é tudo isso sobre o que a gente falou antes. É desde pequena não conseguir entender nem concordar com nada no que diz respeito ao tratamento diferente dado a homens e mulheres. E é viver isso até hoje.

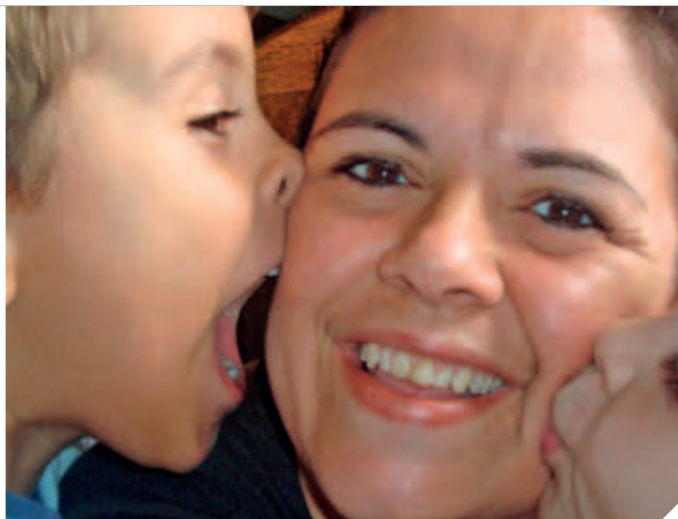
Queria jogar bola e não podia, queria surfar e não podia, andar de skate e não podia (Que bom que isso tudo está mudando!). Tem que namorar pouco, enquanto os meninos namoram muito e são incentivados a fazer mais e mais, tem que ser educada, mais do que os meninos, tem que ser meiga, usar roupas comportadas. Ou também ter obrigatoriamente que usar batom, salto alto, arrumar cabelo, porque isso é “coisa de menina”.

Sempre quis fazer algo no dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher), porque não engulo quando chega essa data e as mulheres recebem rosas «pelo seu dia». Meu dia é todo dia, não quero rosa de «dia da mulher». Conheço as razões históricas da data, como marco importante em torno das conquistas das mulheres, mas não aguento mais ser tratada como exceção.

**RM** – Recentemente, o Distrito Federal incluiu de forma oficial a matéria sobre direito das mulheres no currículo escolar. Como você vê a importância de iniciativas como essa e como isso pode ser tratado na escola por meio da arte?

**K** – Isso é muito importante, sempre num sentido de mostrar igualdade e não ressaltar as ditas características femininas. Um aspecto que sempre me incomodou (inclusive quero abordá-lo no próximo Sexo Ágil – quero fazer outros –), é o fato de se estudar história nas escolas sem nenhuma referência à matança histórica de mulheres, em todas as épocas, e a violência e a discriminação contra elas.

As crianças precisam saber o porquê de serem homens a grande maioria, a quase a totalidade, dos grandes gênios da ciência e das artes que se fizeram conhecidos e imortalizados! É extremamente absurdo um fato como esse não ser esclarecido desde sempre, na escola.



### ◀ Famílias chefiadas por mulheres são 37,3% do total no País, aponta IBGE

Entre 2000 e 2010, o percentual de famílias chefiadas por mulheres no País passou de 22,2% para 37,3%. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também aumentou o número de mulheres solteiras com filhos e o percentual de casais sem filhos. Os dados mostram ainda que as mulheres têm chefiado mais famílias, mesmo quando possuem marido. Nesses casos, houve, no período, um aumento percentual significativo, saindo de 19,5% para 46,4%. Também conforme o IBGE, no total de famílias brasileiras houve aumento de casais sem filhos (com ou sem parentes no convívio): passaram de 14,9% para 20,2%.

### Amazonas e Rio Grande do Sul elegem prefeitas negras ▶

Do norte ao sul, dois estados bem diferentes colocaram no poder mulheres negras em suas prefeituras. Lindinalva Ferreira (esq.), eleita em Novo Airão, no Amazonas, é a primeira prefeita negra do PT no estado. Após ser derrotada em 2004 e 2008, Lindinalva finalmente chegou ao poder em 2012. Já Tânia Terezinha da Silva (dir.) conquistou a vitória em Dois Irmãos, no Rio Grande do Sul, cidade de colonização alemã em que 91% da população é branca, segundo o Censo. Tânia é a única mulher negra eleita prefeita no RS, que tem 497 municípios.



### ◀ Pela primeira vez um navio brasileiro será comandado por duas mulheres

Hildelene Lobato Bahia tornou-se a primeira comandante mulher da Marinha Mercante do Brasil, em 2009, a bordo do navio Carangola. Agora, ela acaba de assumir o comando do petroleiro Rômulo Almeida, da Transpetro, em que será auxiliada por Vanessa Cunha. Esta será a primeira vez que um navio brasileiro contará com duas mulheres em seu comando. A temporada no mar durará 90 dias e as duas se alternarão na chefia, cumprindo turnos de 12 horas cada.

### SUS atende a 2,5 vezes mais mulheres vítimas de violência do que homens ▶

Segundo dados do Ministério da Saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) registrou a internação de 5.496 mulheres, em 2011, em decorrência de agressões. Além das vítimas internadas, 37,8 mil mulheres, entre 20 e 59 anos, precisaram de atendimento no SUS por terem sido vítimas de algum tipo de violência. O número é quase 2,5 vezes maior do que o de homens que foram atendidos em função desse mesmo motivo e na mesma faixa etária, conforme dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Sinan).





### ◀ Recorde de participação feminina no Congresso dos EUA

Com um total de 20 senadoras e 81 mulheres na Câmara dos Deputados, o Congresso dos Estados Unidos nunca esteve tão feminino. O contingente conquistou sete assentos a mais do que na legislatura anterior, somando um total de 101 dos 535 existentes (19%). Esse número tem aumentado a cada eleição, depois do salto histórico ocorrido em 1992, ano da eleição do presidente democrata Bill Clinton.

### Estudante paquistanesa é atacada pelo Taleban por defender a educação feminina em seu país ▶

Malala Yousafzai, de 15 anos, foi baleada na cabeça e no pescoço em ataque do Taleban ao ônibus escolar em que voltava para casa, em Swat, no norte do Paquistão. Yousafzai defende a educação feminina e o direito das mulheres no país. A menina foi transferida de avião para a Inglaterra, onde recebeu tratamento e precisou se recuperar durante meses. Uma série de vigílias aconteceram em todo o mundo para orar por sua recuperação.



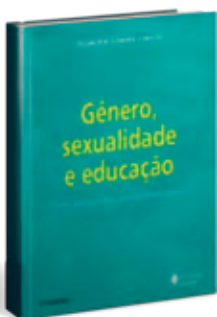
### ◀ Crise global afeta mais meninas e mulheres

A crise econômica global afetou mais fortemente mulheres e meninas, segundo um relatório divulgado por organizações de direitos das crianças e de desenvolvimento. Segundo o levantamento feito pelas organizações *Plan International* e *Overseas Development Institute*, o encolhimento econômico elevou a mortalidade infantil de meninas e levou mais mulheres a passar fome e até mesmo a sofrer abusos.

### Contando jornada doméstica, mulher trabalha mais do que homem, diz OIT ▶

Estudo divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostra que, no Brasil, as mulheres trabalham mais do que os homens, quando se calcula o tempo total de trabalho – a jornada gasta com afazeres domésticos e a jornada formal no mercado de trabalho. Os números, relativos ao ano de 2009, mostram que as mulheres têm uma jornada de cerca de cinco horas a mais por semana do que os homens. A OIT informou que os homens trabalham, em média, 43,4 horas por semana no mercado de trabalho e outras 9,5 horas em casa, perfazendo uma jornada semanal de 52,9 horas. Ao mesmo tempo, as mulheres têm uma jornada total de 58 horas semanais, sendo 36 horas no mercado formal de trabalho e 22 horas em casa.





### Sugestão de Leitura

- » **A Causa Palestina.** Hasan Zarif. Central Única dos Trabalhadores (CUT), 2012.
- » **Figuras da Violência: ensaios sobre narrativa, ética e música popular.** Idelber Avelar. UFMG, 2011.
- » **Trabalho Infantil Doméstico no Brasil.** André Viana, Josiane Rose Petry e Veronese Custódio. Ed. Saraiva, 2012.
- » **Gênero, Sexualidade e Educação - Uma Perspectiva Pós-estruturalista.** Guacira Lopes Louro. Ed. Vozes, 2010.
- » **Mulheres Que Brilham - Histórias Inspiradoras De 50 Mulheres Que Fazem A Diferença.** Cândida Maria. Ed. Original, 2011. A jornalista Maria Cândida viajou pelos quatro cantos do mundo a fim de investigar a mulher contemporânea. Entrevistou mulheres de países tão distintos quanto África do Sul, Filipinas, Vietnã, Tailândia, França, Holanda, Finlândia, Lituânia, Peru, Estados Unidos, México e Brasil.
- » **A Beleza Impossível. Mulher, mídia e consumo.** Moreno, Raquel. Ed. Ágora, 2009. De que maneira a mídia manipula nossa consciência em nome dos interesses do mercado? Onde entram as "diferentes" – gordinhas, velhas, negras – nesse sistema? A obra da psicóloga Rachel Moreno responde a essas e outras perguntas de maneira vigorosa e crítica, apontando caminhos para que possamos nos defender dessas armadilhas.
- » **Ação Psicopedagógica na Sala de Aula.** Márcia Ferreira. Editora PAULUS.
- » **Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas.** Pesquisa 2010. Instituto Ethos e Ibope Inteligência.
- » **Gênero, Sexualidade e Educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. Guacira Lopes Louro. Editora Vozes, 11ª edição, 2010.
- » **Juventudes e Sexualidade.** Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorena Bernadete da Silva. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- » **Cadernos de Educação.** (Ano XV - Número 23 - julho a dezembro de 2010) V Encontro Nacional do Coletivo Antirracismo "Dalvani Lellis". Escola de Formação da CNTE.
- » **Convenção 156 recomendação 165 OIT.** Organização Internacional do Trabalho. Secretaria especial de políticas para as mulheres. Sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares.
- » **Assédio sexual.** Ministério da Saúde Assédio violência e sofrimento no ambiente de trabalho, Brasília-DF, 2008.
- » **Olhares feministas.** Organização: Adriana Piscitelli, Hildete Pereira de Melo, Sônia Weidner Maluf, Vera Lucia Puga. 1ª edição Brasília-DF, 2009. Coleção educação para todos. Ministério da Educação.
- » **VI Relatório Nacional Brasileiro.** Convenção para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. CEDAW. Organização das Nações Unidas (ONU). Brasília-DF, 2008. Secretaria Especial de políticas para as Mulheres.
- » **Comitê CEDAW - Experiências e desafios.** Silvia Pimentel. Secretaria especial de políticas para mulheres. Brasília-DF, 2008.
- » **As mulheres ou os silêncios da história.** Michelle Perrot. Tradução Viviane Ribeiro. EDUSC.
- » **Mercado de trabalho e gênero.** Comparações internacionais. Organizadoras: Albertina de Oliveira Costa, Bila Sorj, Cristina Brusschini, Helena Hirata. FGV editora, 1ª edição, 2008.
- » **História das Mulheres no Brasil.** Mary Del Priore. Organização: Carla Bassanezi. Coordenação de textos: Editora UNESP - editora contexto, 2008.
- » **A libertação da Mulher.** Samora Machel, Alexandra Kollontai, J. Posadas, P. Lafargue, Vito Kapo e outros. Global editora, 3ª edição.
- » **Educar para a Igualdade.** Gênero e educação escolar. Prefeitura Municipal de São Paulo. Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.
- » **Imagens de mulher e trabalho na telenovela brasileira (1999-2001).** Lucia Helena Rincón Afonso. Editora da UCG e Anita Garibaldi.
- » **Pelas lentes do cinema.** Bioética e ética em pesquisa. Dirce Guilhem, Débora Diniz, Fábio Zicker (Eds.). Editora UnB e Letras Livres. Brasília-DF, 2007.
- » **Trabalho e Família: rumo a novas formas de conciliação com co-responsabilidade social PNUD e OIT.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- » **Mulher Adolescente/jovem em situação de violência.** Propostas de intervenção para o setor saúde. Módulo de autoaprendizagem. Stella R. Taquette. Organizadora: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2007.
- » **Gênero e diversidade na Escola.** Formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Organização: Maria Elisabete Pereira, Fabiola Rohden, Maria Elisa Brandt, Leila Araujo, Graça Ohana, Andreia Barreto, Roerta Kacowicz. CEPESC. Rio de Janeiro, 2007.





## Vídeos

- » **Acorda Raimundo... Acorda!!!** Disponível em: [www.youtube.com](http://www.youtube.com)
- » **Violência, feticídio y patriarcado.** Disponível em: [www.youtube.com](http://www.youtube.com)
- » **Vista a minha pele.** Disponível em: [www.youtube.com](http://www.youtube.com)

## Filmes

- » **Histórias Cruzadas.** (Índia, Emirados Árabes, EUA, 2012, 137 min.) Direção: Tate Taylor. O Filme trata da luta pelos direitos civis dos negros, no início da década de 1960. Não se trata apenas de racismo, ou opressão, e sim a valentia de pessoas corajosas e dispostas a mudar os valores pré-estabelecidos pela sociedade.
- » **Amor?.** (Brasil, 2011, 100 min.) Direção: João Jardim. Oito histórias envolvendo casos amorosos onde os envolvidos passaram por algum tipo de violência, física ou psicológica.
- » **Carregadoras de Sonhos.** (Documentário, Brasil, 2009/2010, 65 min.) Direção: Deivison Fiuza. O filme mostra quatro professoras em ação e os obstáculos que elas enfrentam para conseguir chegar à sala de aula no interior de Sergipe. Coragem, determinação e sonhos, as forças que movem essas quatro educadoras.
- » **15 filhos.** (Brasil, 1996, 20 min) Direção: Maria Oliveira e Marta Nehring.
- » **Era uma vez eu Verônica.** (Brasil, 2012, 1h 40min) Direção: Marcelo Gomes.
- » **Preciosa - Uma História de Esperança.** (EUA, 2009, 110 min). Direção: Lee Daniel.
- » **Carregadoras de sonhos.** (Brasil, 2010, 65 min). Direção: Deivison Fiuza.
- » **Stella.** (França, 2008, 103 min). Direção: Sylvie Verheyde.
- » **Alguém que me Ame de Verdade.** (EUA, 2007, 90 min.) Direção: Diane Crespo e Stefan C. Schaefer
- » **Chega de Saudade.** (Brasil, 2008, 92 min.) Direção: Laís Bodanzky.
- » **Eternamente Pagú.** (Brasil, 1987, 101 min.) Direção: Norma Bengell.
- » **Chica da Silva.** (Brasil, 1976, 117 min.) Direção: Carlos Diegues.

## Publicações

- » **Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística.** A publicação é resultado de projeto de monitoramento de mídia impressa conduzido pela ANDI – Comunicação e Direitos, em parceria com o Instituto Patrícia Galvão. A publicação analisa como os meios de comunicação abordam os temas relacionados à situação das mulheres na sociedade. Os dados apresentados traçam um panorama atual e apontam as tendências da cobertura jornalística acerca dos temas: Mulheres e Poder, Violência contra as Mulheres e Mulheres e Trabalho. A íntegra da publicação pode ser acessada no link: [www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/imprensa-e-agenda-de-direitos-das-mulheres-versao-web.pdf](http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/imprensa-e-agenda-de-direitos-das-mulheres-versao-web.pdf)
- » **Elas não brincam em serviço. 12 histórias de trabalho doméstico de crianças e adolescentes.** Cartilha para educadores [http://www1.cendhec.org.br/cms/export/sites/default/cendhec/pt/arquivos/elas\\_nao\\_brincam\\_educadores2.pdf](http://www1.cendhec.org.br/cms/export/sites/default/cendhec/pt/arquivos/elas_nao_brincam_educadores2.pdf)
- » **Boas Práticas de Combate ao Trabalho Infantil.** <http://www.fnpeti.org.br/boas-praticas/tid.pdf>

## Blogs

- » [blogueirasfeministas.com](http://blogueirasfeministas.com)
- » [www.abortoemdebate.com.br/wordpress](http://www.abortoemdebate.com.br/wordpress)
- » **Joyce Moreno** <http://outras-bossas.blogspot.com.br/>

## Internet

- » [www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br)
- » [www.ecos.org.br](http://www.ecos.org.br)
- » [www.papai.org.br](http://www.papai.org.br)
- » [www.ceert.org.br](http://www.ceert.org.br)
- » [www.maismulheresnopoderbrasil.com.br](http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br)
- » [www.homenspelofimdaviolencia.com.br](http://www.homenspelofimdaviolencia.com.br)
- » [www.geledes.org.br](http://www.geledes.org.br)
- » [www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)
- » [www.anitagaribaldi.com.br](http://www.anitagaribaldi.com.br)
- » [www.soscorpo.org.br](http://www.soscorpo.org.br)
- » [www.cndm.gov.br](http://www.cndm.gov.br)
- » [www.agende.org.br](http://www.agende.org.br)
- » [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br)
- » [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)
- » [www.dialogoscontraoracismo.org.br](http://www.dialogoscontraoracismo.org.br)
- » [www.agenciapatriciagalvao.org.br](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br)
- » [www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-mulheres](http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-mulheres)
- » [www.sof.org.br](http://www.sof.org.br)



## SUGESTÕES DE ATIVIDADES

- ▶ **A mulher na mídia** ▶ Através da música podemos mostrar as várias formas como a mulher é retratada na mídia. Na americana My Humps do Black Eyed Peas e a brasileira Firma Milionária do MC Max, a mulher é um objeto de consumo que nada tem a oferecer além de um belo corpo, moldado para agradar os homens em troca de bens materiais. Já nas músicas Mulher Guerreira do grupo Atitude Feminina e Stupid Girls da Pink isso é contestado. Incentive o debate mostrando os videoclipes e perguntando se a turma, e principalmente as meninas, se identificam com alguma das músicas e se sentem representadas por alguma das imagens apresentadas.
- ▶ **Violência contra a Mulher** ▶ A campanha argentina Pára, Dejá caminar en paz por la calle traz uma boa reflexão sobre os diferentes tipos de violência contra a mulher. Em uma simples caminhada, as mulheres sofrem violência verbal e psicológica ao serem assediadas pelos homens. Converse com os seus alunos. As cantadas na rua podem ser consideradas um tipo de violência? Nessas situações, a mulher se sente elogiada ou com medo e oprimida?
- ▶ **As novas famílias** ▶ Peça aos alunos que se entrevistem, em duplas, sobre a composição familiar de cada um: quantos moram na casa? Quem é o principal provedor? Parentes moram perto? Assim, os alunos perceberão que na própria sala há várias famílias diferentes. Outro ponto a ser discutido é como eram as famílias de antigamente, segundo a experiência de pais e avós: mudou muito? Debata as razões dessa mudança.
- ▶ **Se a história fosse outra** ▶ Sugira a leitura coletiva do texto "No país de Blowmink". Leia com a turma, em voz alta e pausada, para que os estudantes possam mostrar seu estranhamento ainda durante a leitura. O texto fala de uma sociedade em que a homossexualidade é proibida. Sugira que os alunos reescrevam o final da história pensando em outras possibilidades.
- ▶ **Trabalho infantil** ▶ Assista com a turma o curta-metragem Vida Maria, sobre o trabalho infantil na área rural. Debata sobre o ciclo de trabalho mostrado no filme: como ele pode ser quebrado? Qual é o limite entre a ajuda dos filhos nos afazeres domésticos e o trabalho infantil?

**Fonte:** Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professores(as) em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e relações étnico-raciais. Caderno de atividades.

Estas são as datas e dias de luta das mulheres pró-igualdade de direitos

### FEVEREIRO

- 1** Ratificação pelo Brasil da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, ONU, 1984).
- 24** Dia da conquista do voto feminino no Brasil (1932).

### MARÇO

- 8** Dia Internacional da Mulher.
- 21** Dia Internacional pelo Fim da Discriminação Racial.

### ABRIL

- 7** Dia Mundial da Saúde.
- 27** Dia das Trabalhadoras Domésticas.
- 31** Dia Nacional da Mulher.

### MAIO

- 1** Dia do Trabalhador e da Trabalhadora.
- 7** Dia Mundial das Crianças Afetadas e Infectadas pelo HIV/AIDS.
- 13** Dia de Denúncia contra o Racismo.
- 18** Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
- 28** Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher / Dia de Combate à Mortalidade Materna.
- 30** Dia de Luta pela Maior Participação Política das Trabalhadoras Rurais.

### JUNHO

- 4** Dia Internacional das meninas e meninos vítimas de agressão.
- 5** Dia Mundial do Meio Ambiente.
- 15** Dia Mundial Contra a Violência em Relação à Pessoa Idosa.
- 21** Dia de Luta por uma Educação não-sexista e sem discriminação.
- 24** Fundado o Jornal Movimento Feminino, 1947.
- 28** Dia Internacional do Orgulho Gay e Lésbico.

### JULHO

- 25** Dia da Mulher Afro-latino-americana e Afro-caribenha.

### AGOSTO

- 7** Sanção da Lei nº 11.340/2006 que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha).
- 9** Dia Internacional dos Povos Indígenas / Sob a liderança de Berta Lutz é fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1922.
- 12** Dia de Luta contra a Violência no Campo - Marcha das Margaridas / Publicado o manifesto dos conjurados baianos da Revolta dos Alfaiates, exigindo abolição, independência e liberdade (1978).
- 19** Dia Nacional do Orgulho Lésbico.
- 29** Dia da Visibilidade Lésbica no Brasil.

### SETEMBRO

- 6** Dia Internacional de Ação pela Igualdade da Mulher.
- 7** Dia dos Direitos Cívicos das Mulheres.
- 23** Dia Internacional Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças.
- 28** Dia Latino-americano de Criminalização do Aborto / Dia da Mãe Preta (Homenagem à Lei do Ventre Livre).
- 29** Aprovação da lei 9.100/1995 que garante cotas para mulheres na política.

### OUTUBRO

- 1** Dia Internacional por uma Terceira Idade Digna.
- 10** Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher.
- 12** Dia Internacional da Mulher Indígena / Dia Nacional de Luta por Creches.
- 15** Dia do(a) Professor(a) / Dia Mundial da Mulher Rural.
- 25** Dia Internacional contra a Exploração da Mulher.
- 28** Dia do(a) servidor(a) público(a).

### NOVEMBRO

- 3** Instituição do Direito e Voto da Mulher (1930).
- 18** Dia Nacional de Combate ao Racismo.
- 20** Dia Nacional da Consciência Negra.
- 25** Dia Internacional da Não-violência contra a Mulher.

### DEZEMBRO

- 1** Dia Mundial de Luta contra a AIDS.
- 10** Dia Mundial dos Direitos Humanos.
- 18** Adoção da CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (ONU, 1979).



## DIREÇÃO EXECUTIVA DA CNTE - GESTÃO 2011/2014

Roberto Franklin de Leão (SP) - Presidente  
 Milton Canuto de Almeida (AL) - Vice-Presidente  
 Antonio Lisboa Amâncio Vale (DF) - Secretário de Finanças  
 Marta Vanelli (SC) - Secretária Geral  
 Fátima Aparecida da Silva (MS) - Secretária de Relações Internacionais  
 Heleno Araújo Filho (PE) - Secretário de Assuntos Educacionais  
 Alvisio Jacó Ely (SC) - Secretário de Imprensa e Divulgação  
 Rui Oliveira (BA) - Secretário de Política Sindical  
 Gilmar Soares Ferreira (MT) - Secretário de Formação  
 Marilda de Abreu Araújo (MG) - Secretária de Organização  
 Marco Antonio Soares (SP) - Secretário de Políticas Sociais  
 Isis Tavares Neves (AM) - Secretária de Relações de Gênero  
 Joaquim Juscelino Linhares Cunha (CE) - Secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários  
 Ana Denise Ribas de Oliveira (RS) - Secretária de Assuntos Jurídicos e Legislativos  
 Maria Antonieta da Trindade (PE) - Secretária de Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação  
 Selene Barboza Michielin Rodrigues (RS) - Secretária de Assuntos Municipais  
 José Carlos Bueno do Prado - Zezinho (SP) - Secretário de Direitos Humanos  
 Cláudio Mata Magalhães de Sales (RO) - Secretária Executiva  
 Odair José Neves dos Santos (MA) - Secretária Executiva  
 José Valdivino de Moraes (PR) - Secretária Executiva  
 Joel de Almeida Santos (SE) - Secretária Executiva

### SUPLENTE

Carlos Lima Furtado (TO)  
 Janeayre Almeida de Souto (RN)  
 Rosimar do Prado Carvalho (MG)  
 João Alexandrino de Oliveira (PE)  
 Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)  
 Francisco de Assis Silva (PI)  
 Denise Rodrigues Goulart (RS)  
 Alex Santos Saratt (RS)  
 Léda Leal de Souza (GO)

### CONSELHO FISCAL - TITULARES

Mário Sérgio F. de Souza (PR)  
 Ivaneia de Souza Alves (AP)  
 Rosana Sousa do Nascimento (AC)  
 Berenice Jacinto D'arc (DF)  
 Jakes Paulo Félix dos Santos (MG)

### CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

Ida Irma Dettmer (RS)  
 Francisco Martins Silva (PI)  
 Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)

### COORD. DO DEPTO. DE FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO (DEFE)

Edmilson Ramos - Lamparina (DF)

### COORD. DO DEPTO. DE ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO (DESPE)

Maria Madalena A. Alcântara (ES)

ACOMPANHE  
 A CNTE NAS  
 MÍDIAS SOCIAIS



facebook



@cnte\_oficial



<http://wn.com/cntecutie>



<http://www.formspring.me/cnteoficial>

CNTE • SDS • Edifício Venâncio III • Salas 101/106 • Brasília-DF • CEP: 70383-900  
 Tel.: (61) 3225.1003 • Fax: (61) 3225.2685 • [cnte@cnte.org.br](mailto:cnte@cnte.org.br) • [www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br)

**Coordenação da Revista Matria:** Isis Tavares Neves • Secretária de Relações de Gênero da CNTE

**Projeto Gráfico, Redação e Edição:** Frisson Comunicação

**Direção Executiva:** Ana Paula Messeder

**Jornalista Responsável:** Katia Maia (Mtb: DF 1708 JP)

**Revisão:** Carmen Lozza

**Reportagem:** Cristina Sena, Edvaldo Santos, Kátia Maia, Maurício Angelo e Laura Veridiana

**Fotografia:** Arquivo Matria

**Editoração Eletrônica:** Noel Fernandez Martinez

**Colaboração:** Bruno Soares

**Impressão:** Athalaia Gráfica e Editora

**Tiragem:** 17 mil exemplares



# ESSA MULHER

*De manhã cedo essa senhora se conforma  
Bota a mesa, tira o pó  
Lava a roupa, seca os olhos  
Ah, como essa santa não se esquece de pedir  
Pelos mulheres, pelos filhos, pelo pão  
Depois sorri meio sem graça e abraça  
Aquele homem, aquele tudo que a faz assim feliz*

*De tardezinha essa menina se namora  
Se enfeita, se decora, sabe tudo, não faz mal  
Ah, como essa casa é tão bonita  
Ser cantora, ser artista, isso tudo é muito bom  
E chora tanto de prazer e de agonia  
De algum dia, qualquer dia entender de ser feliz*

*De madrugada essa mulher faz tanto estrago  
Tira a roupa, faz a cama, vira a mesa, seca o bar  
Ah, como essa louca se esquece  
Como os homens enlouquecem  
Nessa boca, nesse chão  
Depois parece que acha graça e agradece  
Ao destino, àquilo tudo que a faz tão infeliz*

*Essa menina, essa mulher, essa senhora  
Em quem esbarro a toda hora  
Num espelho casual  
É feita de sombra e tanta luz  
De tanta lama e tanta cruz  
Que acha tudo natural*

*Composição de Ana Terra e Joyce Moreno, consagrada na voz de Elis Regina.*



Confederação Nacional dos  
Trabalhadores em Educação  
www.cn-te.org.br



Filiada à  
**CUT**



CEA  
Internacional  
de Educação